

SOCIOLOGIA

VOL. XXXX | JULHO-DEZEMBRO 2020

Joaquim Costa

Tatiana Filipa Silva Mestre

Carlos Alberto da Silva

Andreia Magalhães

Sandra Mendes

Pedro Varela

João Queirós

Filipe Aquino



SOCIOLOGIA

**REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS DA
UNIVERSIDADE DO PORTO**

VOL. XXXX | JULHO-DEZEMBRO

2020

DIRETOR:

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

CONSELHO DE REDAÇÃO:

António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

CONSELHO EDITORIAL:

Alice Duarte, FLUP/IS-UP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Ana Paula Marques, ICS-UM; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidade da Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/IS-UP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco (UPV)/Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva (CEIC), Espanha; Bernard Lahire, École Normale Supérieure de Lyon (ENSL)/“Dispositions, pouvoirs, cultures, socialisations” (Centre Max Weber), França; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hermes da Costa, CES; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Lígia Ferro, IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CIJE; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Pedro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/ University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Víctor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vítor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA' CET-IUL.

COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

INDEXAÇÃO:

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em SciELO; DOAJ; European Index for the Humanities and the Social Sciences (ERIH PLUS); Fonte Académica (EBSCO Publishing); Redalyc.org; Google Scholar; CAPES Periódicos; Open Science Directory (EBSCO Publishing); Latindex; Sherpa / Romeo; Sociology Source Ultimate; EZB; Erih Plus; Ulrichsweb; Worldcat OCLC; Journals for Free; Academic Journals Database

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc40>

**OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES
OS ARTIGOS FORAM SUBMETIDOS A PEER REVIEW**

SUMÁRIO

EDITORIAL	4
ARTIGOS	
Católicos e relações de classe: as visões de Liga Operária Católica, Juventude Operária Católica e Associação Cristã de Empresários e Gestores Joaquim Costa	6
Realidades do mundo do trabalho de uma equipa comunitária de suporte em cuidados paliativos e as suas implicações nos cuidados aos doentes em trajetórias de fim de vida Tatiana Filipa Silva Mestre e Carlos Alberto da Silva	35
Trabalho com significado e sentido de vida: um estudo com líderes empresariais Andreia Magalhães	57
Convocações ecológicas: o meio ambiente nas campanhas presidenciais brasileiras Filipe Aquino	75

Formação doutoral em Serviço Social. Contributos para a construção de ciência a partir da análise socio-histórica no caso de Portugal e dos Estados Unidos da América	
Sandra Mendes	95

RECENSÕES

FERRO, Lígia; POVEDA, David (eds.) (2019), <i>Arts and Ethnography in a contemporary world: From learning to social participation</i> , London, Tufnell Press.	
Pedro Varela	123
MASCLET, Olivier; AMOSSÉ, Thomas; BERNARD, Lise; CARTIER, Marie; LECHIEN, Marie-Hélène; SCHWARTZ, Olivier; SIBLOT, Yasmine (Dir.) (2020), <i>Être comme tout le monde. Employées et ouvriers dans la France contemporaine</i> , Paris, Éditions Raisons d’agir.	
João Queirós	127
SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES	131
ESTATUTO EDITORIAL	151
NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS	154

EDITORIAL

O número XXXX da *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, de dezembro de 2020, inicia-se com um artigo da autoria de Joaquim Costa sobre católicos e relações de classes, mais propriamente sobre a questão das relações de classe entre trabalhadores e patrões quanto à justiça social. O autor aborda essas relações a partir das representações de alguns dos membros da Associação Cristã de Empresários e Gestores, a Liga Operária Católica e a Juventude Operária Católica. Por sua vez, Tatiana Filipa Silva Mestre e Carlos Alberto da Silva analisam os discursos dos profissionais de saúde envolvidos nos cuidados domiciliários a pessoas “em fim de vida”. O interesse dirige-se especificamente para a natureza do trabalho e todos os outros aspetos que lhe estão subjacentes. O trabalho empírico desenrolou-se no Alentejo, conjugando as entrevistas aos profissionais com a observação direta do espaço doméstico dos doentes em fase terminal de vida. O texto de Andreia Magalhães estrutura-se em torno de uma pergunta – “Quais os fatores reconhecidos por líderes empresariais portugueses para a realização de um trabalho com significado relevante?” Tendo por assunção principal que o trabalho é central para a vida social, e mobilizando uma abordagem não habitual na Sociologia, conclui da relevância de fatores como o “Estímulo profissional e colocação de desafios”, “Utilidade social e realização profissional”, “Concretização de objetivos e adição de valor” e “Gosto e prazer no trabalho efetuado” para a centralidade do trabalho. Num registo ancorado na sociologia política e na sociologia do ambiente, Filipe Aquino coloca-nos perante os discursos de candidatos à Presidência Brasileira - Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva em 2010; Dilma Rousseff, Aécio Neves e Marina Silva em 2014. Da análise que realiza conclui, entre outros aspetos, um interesse restrito pela ecologia e o desenvolvimento sustentável, não obstante uma retórica impregnada por um discurso, de cunho eleitoral. O interesse de Sandra Mendes centra-se na emergência e desenvolvimento do “projeto científico do Serviço Social” em Portugal a partir da década de 1930. Fá-lo não de um modo isolado, mas estabelecendo uma comparação com os E.U.A. O ensino assume uma particular posição nuclear naquele processo em ambos os países. A autora apresenta uma análise inovadora da situação dos quatro cursos de doutoramento em

Serviço Social, de diversas instituições do ensino superior, mobilizando para o efeito os relatórios de avaliação científica e pedagógica da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. Por último, apresenta uma revisão do livro de FERRO, Lúcia; POVEDA, David (eds.) (2019), *Arts and Ethnography in a contemporary world: From learning to social participation*, London, Tufnell Press.

Boa leitura

Carlos Manuel Gonçalves

Católicos e relações de classe: as visões de Liga Operária Católica, Juventude Operária Católica e Associação Cristã de Empresários e Gestores

Joaquim Costa

Departamento de Sociologia
Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho

Resumo

O artigo estuda um tema que tem vindo a ser secundarizado: o das relações e representações recíprocas entre católicos com diferentes pertenças de classe, neste caso, entre patrões e trabalhadores. Estas representações incidem nas relações entre trabalho e capital, bem como na produção e na distribuição/redistribuição da riqueza, e envolvem a noção de justiça social. Escolhi, para estudar, 3 associações católicas – uma de empresários (Associação Cristã de Empresários e Gestores - ACEGE), uma de trabalhadores (Liga Operária Católica – LOC), outra de jovens, hoje sobretudo estudantes, mas de tradição operária (Juventude Operária Católica – JOC) – com base em documentos das próprias e em entrevistas. Os membros da ACEGE vêem a religião como integrativa e nunca insubordinadora na empresa; os da LOC revelam uma conceção desencantada das relações económicas que obriga à mobilização permanente e a um papel eventualmente disruptivo da religião; a JOC carece de opinião sistemática e revela os limites geracionais que enfrenta.

Palavras-Chave: Cristianismo. Interesses de classe

Catholics and class relationships: the views of LOC, JOC and ACEGE

Abstract

This paper focuses on a theme that has been underestimated: that of reciprocal relations and representations between Catholics separated by different class belongings, in this case, between employers and workers. These representations focus on the relationship between labor and capital, as well as on the production and distribution / redistribution of wealth, and involve the notion of social justice. I chose to study, three Catholic associations - one of businesspersons (*Associação Cristã de Empresários e Gestores / ACEGE* – Association of Christian Entrepreneurs and Managers), one of workers (*Liga Operária Católica / LOC* – Catholic Worker's League), another of young people, mainly students, but of working-class tradition (*Juventude Operária Católica / JOC* – Young Catholic Workers) - based on their own documents and interviews. ACEGE members see religion as integrative and never insubordinate in the company; LOC

COSTA, Joaquim (2020), “Católicos e relações de classe: as visões de Liga Operária Católica, Juventude Operária Católica e Associação Cristã de Empresários e Gestores”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXX, pp. 6-34.

members reveal a disenchanted conception of economic relations that forces permanent mobilization and an eventually disruptive role for religion; JOC lacks systematic opinion and reveals the generational limits it faces.

Keywords: Christianity. Class interests.

Catholiques et relations de classe: les visions de LOC, JOC et ACEGE

Sommaire

L'article étudie un thème refoulé: celui des relations et représentations réciproques entre catholiques à classes sociales différentes, en l'occurrence entre patrons et travailleurs. Ces représentations se concentrent sur la relation entre le travail et le capital, ainsi que sur la production et la distribution / redistribution de la richesse, et impliquent la notion de justice sociale. J'ai choisi, pour étudier, 3 associations catholiques - une pour les entrepreneurs (*Associação Cristã de Empresários e Gestores / ACEGE* – Association des Chefs d'Entreprises et Administrateurs), une pour les travailleurs (*Liga Operária Católica / LOC* – Ligue Ouvrière Catholique), une autre pour les jeunes, principalement des étudiants, mais avec une tradition ouvrière (*Juventude Operária Católica / JOC* – Jeunesse Ouvrière Catholique - JOC) - sur la base de leurs propres documents et entretiens. Les membres de l'ACEGE considèrent la religion comme intégrative et jamais insubordonnée dans l'entreprise; celles du LOC révèlent une conception désenchantée des relations économiques qui nécessite une mobilisation permanente et un rôle éventuellement perturbateur pour la religion; le JOC manque d'opinion systématique et révèle les limites générationnelles auxquelles il est confronté.

Mots clefs : Christianisme. Intérêts de classe.

Católicos y relaciones de clase: las visiones de LOC, JOC y ACEGE

Resumen

El artículo estudia un tema que ha sido inhibido: el de las relaciones y representaciones recíprocas entre católicos con diferentes pertenencias de clase, en este caso, entre empresarios y trabajadores. Estas representaciones se centran en la relación entre trabajo y capital, así como en la producción y distribución / redistribución de la riqueza, e involucran la noción de justicia social. Elegí, para estudiar, 3 asociaciones católicas – una para empresarios (*Associação Cristã de Empresários e Gestores / ACEGE* – Asociación Cristiana de Empresarios e Directivos), una para trabajadores (*Liga Operária Católica / LOC* – Liga Obrera Católica), otra para jóvenes, principalmente estudiantes, pero con una tradición obrera (*Juventude Operária Católica / JOC* – Juventud Obrera Cristiana) – con base en sus propios documentos y entrevistas. Para los miembros de ACEGE, la religión es integradora y nunca insubordinada en la empresa; los de LOC revelan una concepción desencantada de las relaciones económicas que requiere una movilización permanente y un papel eventualmente disruptivo para la religión; la JOC carece de una opinión sistemática y revela los límites generacionales que enfrenta.

Palabras clave: Cristianismo. Intereses de clase

Introdução

Para estudar as relações e representações recíprocas entre trabalhadores e empresários católicos, tal como as formulei no Resumo, escolhi três associações “de classe”: a Liga Operária Católica (LOC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Associação Cristã de Empresários e Gestores.

A LOC e a JOC são “movimentos de acção católica” (Ferreira e Fontes, 2000: 9), isto é, movimentos com ligação profunda à Acção Católica, embora a formalidade e o estatuto dessa ligação tenham variado ao longo do tempo. A ideia de *acção católica* é moderna e visa reagir à emancipação das sociedades em relação à tutela religiosa e clerical. De certa maneira, aspira à *restauração católica* através da acção esclarecida dos católicos, particularmente dos leigos, mas sujeitos à autoridade episcopal; é um *catolicismo social*, inspirado na Doutrina Social da Igreja (DSI), apontado ao *reformismo interclassista* dentro de uma “concepção corporativa da sociedade” (Duarte, 2007-2008: 195, 204; Ferreira e Fontes, 2000: 9, 10). Em Portugal, a Acção Católica foi fundada em 1933, pelo episcopado, com uma orgânica de movimentos especializados depois variável ao longo dos anos, sendo-lhe notório o propósito de compatibilizar o corporativismo social católico e o do Estado Novo.

LOC e JOC foram fundadas em 1935, destinadas ao mundo operário. Cedo, porém, o militantismo obreiro de muitos dos seus dirigentes criou tensões com a hierarquia eclesiástica e com as autoridades políticas (Duarte, 2007-2008: 214/5). Diversos episódios dessa tensão ficaram emblemáticos: o saneamento do então assistente nacional da LOC, Padre Abel Varzim, em 1948; a campanha presidencial de 1958, que mobilizou “locistas” e “jocistas” contra o candidato do regime; a submissão, em 1969, do *Voz do Trabalho* (jornal da LOC) à censura prévia. De certa maneira, a JOC funcionava como ramo juvenil e alfobre da LOC, transitando muitos dos seus membros da primeira para a segunda (como as minhas entrevistas viriam a confirmar), num processo de reprodução da velha cultura operária e sindical, reivindicadora, por exemplo, do pleno direito à greve (Duarte, 2007-2008: *passim*; Ferreira e Fontes, 2000, 11-15). A LOC faz parte do Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos, enquanto a JOC se filia na Coordenação Internacional das Juventudes Operárias Católicas. Como veremos, as mutações profundas por que passou o mundo do trabalho e da escolaridade colocam sérios problemas de sobrevivência às duas organizações.

Natureza muito diferente tem a ACEGE. Apesar de alguns dos seus membros mais velhos terem mantido no passado ligações com à UCIDT (União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho, filiada na Acção Católica Portuguesa), não é um “movimento de acção católica”. Foi fundada em 1998 e é membro da UNIAPAC (International Christian Union of Business

Executives), onde mantém contactos no mundo empresarial internacional. Hipoteticamente ecuménica, é de facto, em Braga, uma associação de empresários católicos decididos a fazerem reflectir nas suas empresas essa condição de católicos. Tal como a LOC, é uma associação com forte identidade de classe, mas, ao contrário desta, não parece ameaçada pelo tempo futuro e não o receia.

Neste artigo, rejeito a tese da *retirada das classes*. Elas continuam a ser fundamentais à sociologia. Concebo-as num sentido materialista: existem em relações de produção e geram interesses, mas recuso a teleologia do materialismo histórico. A passagem da produção fordista à pós-fordista fragmentou e tornou mais opacas as relações de classe da tradicional pirâmide polarizada nas expressões (não marxistas) *colarinho branco* e *colarinho azul*, introduzindo-lhe novas diferenciações verticais e horizontais, novas relações de emprego, novas divisões nas classes (intracategoriais e intergeracionais), novas técnicas de gestão que enfraquecem as lealdades entre trabalhadores. Ao mesmo tempo que vai desaparecendo uma velha *cultura de classe* operária (a da LOC), a expansão da precariedade sugere a criação do *precariado*, como classe(s) emergente(s), embora a sua apreensão sociológica se faça em termos díspares e ainda incipientes (compare-se as perspectivas de Savage *et al* com a de Guy Standing). Muito sugestivas nestas dinâmicas de classe são as metamorfoses por que passa o mundo sindical: enquanto os sindicatos convencionais vão minguando aos poucos, irrompem em episódios abruptos os sindicatos ditos “inorgânicos”, sinal de que os interesses de classe não estão extintos, antes em reformulação, confusa que seja (cf. Oesch, 2011, 47-65; Queiroz, 2005, 15-24; Savage *et al*, 2013; Standing, 2014).

Para além de ter feito entrevistas semiestruturadas (de 01.02.2019 a 10.07.2019) a 21 membros residentes em Braga, das três associações (LOC, JOC e ACEGE), delas recolhi e estudei documentação vária. Também recorri a bibliografia sociológica e ainda a textos de diversa índole, nomeadamente bíblicos, da DSI e da imprensa internacional¹

Daqui até à Conclusão, o artigo seguirá a seguinte ordem: a secção 1 discutirá os labirintos bíblicos, teológicos e pastorais acerca da riqueza e da pobreza, incluindo actuais polémicas envolvendo o Papa Francisco nesta matéria; a 2, as soluções engendradas por crentes vários dada a necessidade de vivermos em economias; as 3, 4 e 5, os dados recolhidos nas entrevistas, divididos, respectivamente por a) riqueza/pobreza e empresa, b) conceitos de justiça social, c) síntese da questão riqueza/pobreza à luz da polarização entre capital e trabalho.

¹ Por razões de economia de texto e de fluidez de leitura, os demais esclarecimentos de teor metodológico, incluindo os tópicos das entrevistas, bem como os dados locais das três organizações, encontram-se no Anexo.

1 – Riqueza e pobreza: um labirinto

Nos termos de certa escatologia cristã, o pobre estará no Julgamento Final e teremos de lhe prestar contas. Estava nele, e não no rico, o rosto silencioso de Cristo na Terra. Esse caminho da Salvação exorta os ricos a desfazerem-se dos seus bens, e não os pobres a enriquecerem.

Seguindo esta linha, os religiosos fazem votos de pobreza, não de riqueza². A prova do camelo e da agulha está destinada aos ricos e não aos pobres. Cristo terá sido um pobre que resistiu à tentação demoníaca da riqueza. Os apóstolos predicaram as virtudes da pobreza, não a do comércio. S. Paulo desacredita os predicadores de Corinto porque se fazem pagar pela sua actividade – são falsos profetas (Henaff, 2010: 19-21).

A Bíblia tem ambiguidades em relação à riqueza e à pobreza. A par de longevidade e vasta descendência, a acumulação de riqueza pode ser sinal da bênção divina, enquanto a escassez o será da cólera ou do abandono. Mas a pauperização não deixava de ser um escândalo e os profetas contra ela vociferavam (Amós, Isaías, Jeremias) culpando o comportamento dos ricos. Os anos sabático, jubilar e de perdão das dívidas, mesmo se incumpridos, sugerem uma noção de justiça social através da redistribuição periódica dos bens, para evitar a sua acumulação excessiva nas mãos de uns poucos. (Marguerat, 2010: 37 e 38).

Em Mateus e Lucas encontramos a mais radical oposição entre os bens da terra e os do céu: “Ninguém pode servir a dois senhores: pois ou há-de aborrecer ao um, e amar ao outro; ou se há-de chegar ao um, e desprezar ao outro. Não podeis servir a Deus e a Mammon” (Mt 6, 24; v. tb. Lc 16, 13)³. Há quem interprete o versículo muito latamente, opondo a Deus, não o dinheiro, mas a idolatria do dinheiro; ainda assim, permanece a absoluta incompatibilidade entre dedicar a vida à salvação e dedicá-la à riqueza. Eis o dilema do homem rico que pergunta a Jesus o que fazer para alcançar a vida eterna. Zeloso cumpridor dos mandamentos, aflige-se com a resposta: “Uma coisa te falta; vai, vende tudo quanto tens, e dá-o aos pobres, e terás um tesouro no céu”; (...) “pesaroso desta palavra, foi-se triste; porque tinha muitas possessões” (Mc, 10, 17-22). Daí os versículos seguintes levarem à sentença “Mais fácil é passar um camelo pelo olho de uma agulha, do que entrar o rico no Reino de Deus” (Mc 10, 25; v. tb. Mt 19, 24).

Pela leitura dos Evangelhos, Jesus hostilizou o dinheiro e foi sempre pobre, mas usava-o. Recebeu dinheiro e nomeou um tesoureiro, aparentemente porque, no dizer de Antoine Novis, o dinheiro é “indispensável à marcha do mundo” (Novis, s/d: 2) e aquele era um mundo

² Sobre este assunto, v. Dubrulle (2009), em curto e denso artigo.

³ As citações bíblicas aqui feitas seguem a tradução de João Ferreira Annes d’Almeida, por razões de gosto pessoal. Sendo versão de um protestante, nas passagens escolhidas não colide com as traduções católicas, pelo que pode, sem inconvenientes, ser usada a propósito de movimentos católicos.

monetizado, com actividade bancária e usura. O próprio Jesus recorreu ao dinheiro para ilustrar “a alegria de Deus perante uma conversão” ou “o ardor despendido para frutificar os tesouros que Deus nos confiou”, como se lê na Parábola dos Talentos e n’A Dracma Perdida (Bichot, 2009: 60, 61).

O episódio do Tributo a César deixa transparecer uma pragmática da vida cristã face ao quotidiano secular: aceita-o como uma contingência que, se não levada demasiado a sério, pode ser descontraída, à maneira evangélica de “olhai os lírios do campo”. É um pacto com o mundo, contraposto ao horror a Mammon e aos compromissos letais, dos quais nasceu uma bipolaridade que marcou a história do cristianismo até hoje: os *padres do deserto*, num extremo; as *éticas protestantes*, no outro.

A partir do século III, nos desertos, procederam à “total amputação do mundo” aqueles que queriam viver “como um homem que não existe”, silenciosos e alojados como se fosse em túmulos. Jejum, oração, pobreza, castidade – as sementes que deixaram para os séculos (Campo e Draghi, 2003: 11-21). Esta pulsão nunca desapareceu e teve os seus paroxismos disfuncionais, de modo que, no século XIV, João XXII editou a bula *Cum inter nonnullus*, pela qual era falso Jesus e os apóstolos não terem possuído quaisquer bens e herético afiançar o contrário. As utopias quiliásticas e igualitárias, tal como as doutrinas pauperistas, são um atavismo cristão.

As doutrinas opostas também seguem as suas pulsões. A bula de João XXII procurava acomodá-las. A rede de mosteiros de Cluny já fazia circular consideráveis quantias em dinheiro. Alguns faustos eclesiásticos provocaram reacções escandalizadas. A proibição da usura não coibia o papado medieval de ser um grande cliente da banca (Bichot, 2009: 61-63). Entretanto, nasciam os primeiros mercadores protomodernos e, com eles, os primeiros mercadores declarados santos, em meados do século XIII (Fiore, 2014: 221, 222).

Também mercadores são os primeiros “membros influentes” da comunidade reformada de Genebra ainda antes de Calvino lá chegar (Biéler, 2009: 138). Há uma burguesia urbana que se emancipa e está na raiz do que Weber viria a chamar *o espírito do capitalismo*. Verifica-se um reencantamento não sacramental do mundo, santificador da “gestão da criação” (Marguerat, 2010, p. 42), alentado já não por “pecadores humildes”, mas, sim, por “santos seguros de si mesmos”. O que era *turpitude* – acumulação do ganho – passa a ser sinal virtuoso (Weber, 1983a: 38, 49, 96).

Não se pense, contudo, que o universo protestante, muito variado, é isento das tensões já faladas, inerentes à relação entre vida espiritual e vida mundana. John Wesley, o fundador do metodismo, não via conciliação entre riqueza e religião, inclusive na sua, afligindo-se porque a boa religião conduz à riqueza: esforço e sobriedade geram riqueza; riqueza gera vaidade, paixão

pelos bens do mundo e orgulho no viver; “dêem o que puderem”, era o lenitivo que receitava (Weber, 1983a: 132).

O clamor pentecostal do “evangelho da prosperidade”, tão diverso do “ascetismo mundano” descrito por Weber (porque é consumista e ostentativo), faz-nos esquecer que, há mais século, e com repercussões durante décadas, o pentecostalismo americano era bem pouco pró-capitalista (Luca e Madinier, 2016: 19, 20).

No lado católico, a unicidade eclesial tão-pouco impediu uma grande diversidade no entendimento do que deve ser a inserção do crente no mundo. Pelos exemplos aqui enunciados, desde logo pelos da Bíblia, essa inserção é inseparável da economia, da propriedade e da distribuição dos bens. Muito conflito engendrou a economia na história do cristianismo e, mais em particular, na do catolicismo. A doação da terra à humanidade tem o potencial disruptivo de os seus frutos terem de ser distribuídos. A bula *Cum inter nonnullus*, os movimentos pauperistas medievais e modernos, a acumulação de tesouros pela Igreja, o confisco de bens eclesiásticos, a receção de alguns documentos da DSI, a Teologia da Libertação, etc. – a tudo subjaz a economia. Os documentos da DSI ou com ela relacionados mantêm o princípio do destino universal dos bens, recaindo sobre a propriedade o ónus de “uma hipoteca social” (Carta Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* [SRS], n. 42). Será o Papa Francisco que revelará maior preocupação com os “excessos do direito de propriedade” (Neves, 2016, p. 300); fala em “dívida social da propriedade privada”⁴, esclarece que “a desigualdade é raiz dos males sociais” (Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* [EG], n. 202), sabe que “incomoda que se fale de distribuição dos bens” (EG, n. 203); a propósito do dinheiro, diz “esterco do diabo”⁵, lamenta que os direitos humanos sejam a justificação “para uma defesa exacerbada dos direitos individuais ou dos direitos dos povos mais ricos” (EG, n. 190).

No último século, talvez nenhum papa tenha sido tão violentamente criticado quanto Francisco por causa da economia. Boa parte da contundência foi publicada nas páginas de imprensa como *Financial Times*, *Wall Street Journal*, *The Economist*, *Forbes*. Foi nesta que Tim Worstall, agraciado com uma boa e cara educação beneditina, confessou reagir à EG com “uma raiva mal controlada” contra o papa; “quase rosna” com o bom homem que é Francisco, certamente entendido em transubstanciação e consubstanciação, mas um completo ignorante da ciência económica atual, matéria na qual, “afortunadamente”, não tem infalibilidade (Worstall, 2013).

⁴ Conferência de imprensa no voo Paraguai-Roma, em 12. julho. 2015 (*apud* Neves, 2016, p. 328).

⁵ Em várias ocasiões; v. Neves (2016, p. 27), nota (14).

No *The Economist*, B.C. alarma-se com um papa que classifica como ultraradical e leninista, embora tenha a desculpa de ser apenas um intuitivo que contrabalança respostas erradas com perguntas certas (B.C., 2014).

Michael Sean Winters, em publicações do *National Catholic Reporter*, citou a argumentação de outro autor: Francisco tem um grande coração; pena é ter pouca credibilidade por não provar com números o que diz. O artigo é uma resenha de reacções à EG (Winters, 2014).

No *New York Times*, Paul Vellely adverte que os bispos norte-americanos poderão ter estremecimentos com este papa por terem criticado as freiras que se preocupam demais com feminismo, pobreza e injustiça social, e de menos com aborto e sexo (Vallely, 2015).

O católico Michael Novak, na *National Review*, confessou que, à primeira leitura, ficou estupefacto com o sectarismo infundado da EG. Depois, lendo uma tradução decente, aligeirou a sua reacção e até compreendeu aquele papa vindo de um país pobre e sem verdadeiro capitalismo. Ainda assim, sobrariam algumas proposições facciosas e enviesadas, afinal não muito graves porque, esclarece, uma exortação não é uma encíclica – é um “sermão” informal (Novak, 2013).

Joe Carter, no *Acton Institute Poerblog*⁶, sossega aqueles que se alarmam com a “distribuição de rendimentos” reclamada pelo “gentil Papa Francisco”: entende que o distributismo não existe; é uma utopia inexequível (Carter, 2014).

2 – *Ora et labora*

Nas representações comuns do Reino dos Céus não há economia nem trabalho. Nas reacções à EG, uma das críticas feitas ao papa foi a de que ele, não tendo o sentido das realidades, interpretava o mundo como se fosse a utopia do Reino de Deus (Winters, 2014). Ora, o mundo não é o Reino de Deus. Mesmo nas ordens contemplativas, a existência material obriga a que exista economia. A divisa beneditina *ora et labora* exprime um compromisso tenso entre o necessário e o contingente, na linha das Cartas aos Tessalonicenses: “Sem cessar orai” (1 Ts 5, 17) e “(...) nem de graça o pão de alguém comemos, mas com trabalho e canseira, noite e dia trabalhando: por a nenhum de vosoutros pesados ser” (2 Ts, 8).

Na vida monástica moderna, Isabelle Jonveaux descobriu vários processos de legitimação da actividade económica. Um deles consiste em negar a própria economia até onde for possível, através de trocas para-económicas de dádiva e de troca. Outro concilia os preceitos da pobreza e da caridade: tudo o que exceder um valor fixado nas receitas do mosteiro é doado para fins religiosos e de assistência. Também acontece os monges abdicarem de contas pessoais,

⁶ O Acton Institute é presidido pelo padre católico Robert Sirico.

entregando à comunidade os rendimentos do seu trabalho, que os redistribui segundo as estritas necessidades de cada um. Alguns mosteiros legitimam a acumulação de quantias consideráveis aplicando-as em investimento “ético” ou “socialmente responsável”.

Os tipos desta actividade económica são muito diversos. Há ramos que têm em si mesmos uma natureza religiosa; por exemplo, produzir hóstias ou velas. Outros, embora diferentes, permitem transcender o aspeto material; é o caso do artesanato, que ultrapassa o prosaísmo fabril, e é o da arte, perfazendo ambos como que uma continuação da Criação, uma ação que não pode circunscrever-se ao comércio. O empenho ecologista é outra via, quase escatológica. Um processo desconcertante nesta legitimação da actividade económica consiste em transferi-la para terceiros, laicos, enquanto os monges apenas exercem funções de controlo (Jonveaux, 2013).

Philippe Steiner estuda a oposição durkheimiana entre a coesão social associada à religião e a incoesão social associada à economia, correspondente àquela outra entre sagrado (forma transfigurada da própria sociedade) e profano. A dispersão inerente à actividade económica seria corrigida pelo reagrupamento do rito religioso, o indivíduo pela colectividade, o utilitário pelo ideal. Mas é o mesmo Durkheim a unir as duas dimensões da vida. Os ritos propiciatórios juntam religião e economia, funcionando como técnicas agronómicas; além disso, economia e religião relacionam-se com o poder, o que as une uma à outra (Steiner, 2012: 247-250; Durkheim, 1985: 23, 35, 307, 313, 326-327, 440, 598). No século XVIII, o economista Turgot comparava a ação do mercador no mercado com a acção divina, pois compra trigo onde ele abunda e é barato para o colocar onde escasseia e é caro – Deus faria tal e qual. No fim do artigo, Steiner concilia tudo na fórmula “coesão mercantil” (Steiner, 2012: 256 e 261). Podemos concluir que Deus é economista e gestor.

Enquanto Deus distribui trigo, o santo distribui riqueza – um santo capitalista democrático, esclarece Michael Novak, visto ser a “sociedade capitalista democrática” a que melhor responde “às implicações sociais dos evangelhos”, fundada que será em alicerces “de ordem moral, espiritual e religiosa”. Aliás, “a iniciativa e a criactividade económicas pessoais” são um dom doado por Deus à humanidade. Quanto à “desigualdade natural”, considera-a um “bom factor” que, infelizmente, o socialismo viola ⁷. Mais faz saber que a inveja, muitas vezes, veste “o disfarce da igualdade” (Novak, 2001: 10, 24, 65, 303,313).

Começámos esta secção com a tradicional escatologia cristã. Terminamo-la com uma nova: no Julgamento Final, também prestaremos contas ao rico.

⁷ Ademais, alguém descobriu recentemente que, nos países em vias de desenvolvimento, “as desigualdades de rendimento se associam a uma maior felicidade”. Nos países ricos, por enquanto, ainda não foi descoberta qualquer relação entre as duas variáveis (Cabanas e Illouz, 2019: 57).

Em poucas páginas percorremos um ângulo raso e fomos de um extremo a outro, do elogio do pobre ao do milionário, dos padres do deserto aos santos mercadores ricos. A respeito desta evolução, é quase instintivo destacarmos o calvinismo, mas o actual estado de coisas ultrapassa, e muito, as fronteiras denominadas cristãs e o próprio cristianismo. Há um “islão de mercado” que copia o modelo do evangelismo americano, bem como um “budismo neoliberal” legitimador dos ricos (Luca e Madinier, 2016: 21-22). Há também “novas espiritualidades” muito bem adaptadas ao sucesso material (Dawson, 2011, *passim*).

O nosso modelo de racionalidade é o da economia – a ciência social –, baseado no interesse egoísta, o qual teria a sublime capacidade de, mesmo sem querer, criar e difundir riqueza em forma de bem. Esse modelo, escreve Patrick Riordan, de descritivo passa a prescritivo e normativo, invadindo tudo, inclusive a nossa linguagem, pelo que se torna plausível e inspira confiança. Os economistas têm razão ao verem economia em tudo. A acção desinteressada só é racional se trazer alguma vantagem; caso contrário, é irracional. A conduta altruísta é inexplicável. Mas, moralmente, continua a achar-se que o altruísmo tem valor, ao contrário do egoísmo. Que fazer dos bons sentimentos (Riordan, 1996, caps. 1-4)? Talvez nada. A menos que – quem sabe? – o amor seja lucrativo, logo racional.

3 - De “Deus quer o lucro” à “brutal concentração de riqueza”

Atente-se nas sentenças abaixo, proferidas por membros da ACEGE, quer em textos do seu *site*, quer em entrevistas que me concederam.

“Deus quer o lucro. Uma empresa sem lucros é que é mal vista por Deus – é um fardo, não gera benfeitorias. Ser empresário com lucro é um dom”. “O lucro é, até, um dever, desde que obtido de forma ética”.

“Deus ama as nossas empresas”; “quer as nossas empresas vivas e sustentáveis”; “ama o contexto em que elas actuam, um contexto de luta permanente, de vantagem tangencial, de competição instável”. “[O amor é] factor de maximização do lucro”; “[o retorno poderá ter] uma dimensão material e outra imaterial”. “A riqueza é uma consequência provável do amor”, que é “um poderoso factor de riqueza”.

“[Se bem usado] muito lucro é bom”.

“Dinheiro e poder são dons, desde que nas mãos certas”. “Deus é o líder mais forte que existe”.

“Moisés foi um líder”.

“Já não estamos no tempo das Cruzadas. Difundir e sustentar a fé faz-se de maneira diferente. Os empresários podem fazer isso”.

“[Os líderes empresariais] com os talentos que Deus lhes deu, são um dos principais factores de esperança [para milhões de pessoas]”. “Nunca tantos esperaram tanto dos líderes empresariais”.⁸

Lendo-os, facilmente os associamos a vários tópicos das secções anteriores. É muito claro que, numa bipolaridade atrás discutida, se afastam dos *padres do deserto* e entram pela *ética protestante* adentro; que não anseiam pela pobreza evangélica, antes vendo na acumulação de riqueza um sinal da bênção divina, pois Deus ama o lucro lícito. Dedicam-se à “gestão da Criação”, como os “santos seguros de si mesmos” que Weber associou ao *espírito do capitalismo*, e que Novak vê distribuindo riqueza no uso daqueles dons oferecidos por Deus à humanidade, que são a iniciativa e a actividade económicas. E Deus não é apenas mercador, economista ou gestor – é “o líder mais forte que existe”.

É óbvio que não estamos no Reino de Deus, nem numa das suas utopias. Aqui há economia, orgulhosamente, sem a negação até onde for possível, da própria economia, como vimos atrás. Tão-pouco se remedeia a queda na economia fazendo votos de pobreza ou abdicando de economia pessoal em favor de uma frugal economia comunitária, ou restringindo os ramos de actividade a estritos limites aceitáveis pela sua natureza. Igualmente descartado está o expediente de externalizar, como medida higiénica, a exploração económica e a sua gestão – pelo contrário, é considerado uma *vocação* nobre exercê-las e, sobretudo, liderá-las fazendo uso dos talentos concedidos por Deus, o que corresponderá, afinal, à assunção de um dever.

Trata-se de homens e mulheres que não receiam enfrentar as tentações do dinheiro e do poder e transmutá-los em dons. São os novos cruzados, incumbidos de “difundir e sustentar a fé”, pelo exemplo, certamente, mas também pelo bem, visto a prosperidade ser, em si, vista como um bem desejado por Deus, “uma consequência provável do amor”.

A fé pode inclusive ser uma “vantagem competitiva”, reconhece uma entrevistada (A1): “Dá-me força e motivação para enfrentar as dificuldades, sinto que não estou abandonada”; “Ajuda-me em termos de racionalidade”.

De outro entrevistado (A4), também empresário, ouvi: “Se eu não fosse um homem de fé, o negócio já tinha fechado; passei muitas dificuldades, tive de fechar lojas, mas aguentei-me e nunca despedi ninguém”. Já um gestor (A5) coloca na questão uma variação significativa, isto

⁸ Os parágrafos 1º, 4º, 5º e 6º foram proferidos membros da ACEGE nas entrevistas; o 3º, por um dirigente nacional da ACEGE, no encontro de Famalicão que reuniu, em 25. 05. 2019, membros da ACEGE e da LOC, na Fundação Cupertino de Miranda, sob o lema do Trabalho Digno; o 2º é um conjunto de citações de Leite (2014: 39, 43-47, 52); o 7º é uma citação de um texto da ACEGE (2011: 179).

é, a religião pode ou não ajudar na actividade, mas nunca desajuda: “Quando há desespero, a religião não conta; as pessoas nessas condições pensam é em sobreviver”; mais em geral, sustenta: “Numa empresa ou em qualquer organização, seria mais fácil se todos fossem católicos, mas, mesmo assim, a religião não é problema, não coloca problemas ao comércio”; “Ser ou não cristão não interfere na decisão do gestor. O mercado é que manda e de modo cada vez mais rápido e há uma ditadura financeira”; “O cristão deve é fazer as coisas com amor, independentemente de ganhar mais ou menos com elas”; “Fazer as coisas com amor elimina o *stress*”.

Fica evidente o desígnio de estabelecer entre economia e religião uma intrínseca compatibilidade, se não uma abençoada afinidade. Para tal, chega-se a deitar mão da genealogia evangélica: “Jesus Cristo recrutou os discípulos em contexto profissional”, homens “de origens sociais e económicas muito diversas”⁹. A boa economia nasce deste alfofre, de modo que o crescimento económico constitui bem comum (ACEGE, 2011). O amor, como vimos, “é um poderoso factor de riqueza”. É que “O amor sabe de economia”. Partindo da “regra de ouro”, recusa o sentimentalismo porque o amor também é racional e, portanto, vê que “dar a empresa aos pobres” seria imolá-la na competição e Deus ama as “empresas geneticamente vocacionadas para a concorrência”, assim como para a “maximização do lucro”. Rodeado de escrúpulos legais e éticos, “o amor não podia ter como consequência necessária adular a vocação das empresas para a maximização do resultado dos investimentos realizados”. Como gerir com amor sem perturbar “geneticamente os fundamentos da economia?”. Ao ser racional, ao ver para além do curto prazo, ao fortalecer a sustentabilidade das empresas, o amor “não constitui generosidade, mas sim investimento”; claro que é considerado “o maior activo da empresa”. Para além do seu valor intrínseco, o amor gera “colaboradores felizes” que, por o serem, são mais produtivos (ACEGE, 2018 c); ademais, “não deixa de fora o elo mais forte da cadeia económica” que são os accionistas (Leite, 2014: 20, 36/7,42-44, 52-58, 66).

Em síntese, o amor é avaliado como racional porque só traz vantagens. É um bom sentimento com valor económico e que não “adultera a vocação das empresas para a maximização dos resultados dos investimentos realizados”. O amor na gestão não inclui a igualdade, mas, sim, a equidade. Num artigo do seu *site*, a ACEGE deixa clara a diferença de conceitos. “Igualdade significa tratar todos da mesma forma (...) «equidade» (...) significa que as pessoas são recompensadas de forma proporcional ao seu contributo” (ACEGE, 2018 e). Desde logo, há o contributo da propriedade. “O empresário deve distribuir com equidade os lucros da empresa, mas não com igualdade. A distribuição igualitária é uma utopia. É justo remunerar o risco do

⁹ Dirigente nacional da ACEGE, no encontro de Famalicão (EF); v. tb. ACEGE (15).

empresário, o seu trabalho, às vezes a sua solidão. Se eu não tivesse essa recompensa, talvez vivesse de rendimentos” (entrevistada A1).

Reconhecendo que a empresa é “fundada por interesses não coincidentes” a ACEGE apresenta-a como “uma comunidade humana (...) estruturada segundo o princípio da cooperação e não do conflito (ACEGE s/d a), que deve criar “um ambiente familiar no local de trabalho” (ACEGE s/d b).

Esta perspetiva integrativa e não conflitual da empresa foi relativamente comum quer nas entrevistas, quer na observação a que procedi, e não apenas entre empresários e gestores. Uma das entrevistadas da JOC (J1) reconheceu que trabalha numa empresa onde existe assédio moral; para evitar represálias, esconde das chefias e do patrão o facto de ser sindicalizada. Contudo, revela uma permanente atitude conciliatória. Em situação de tensão ou conflito laboral, evita o conflito e recorre a uma oração de conciliação que evoca mentalmente. Detesta greves, das quais acha que se abusa (“Tem de fazer-se uma greve por ano, pelo menos”). Só em casos extremos será lícito fazer greve – “O salário mínimo não justifica uma greve”. Recomenda empatia mútua nas empresas, o que não desobriga as pessoas dos seus direitos: recentemente lutou por dias de descanso a que os trabalhadores tinham direito, na empresa em que trabalha.

Ainda da JOC, outra entrevistada (J3), a propósito da atitude menos integrativa que reconhece existir na LOC, afirma que “ver empresários de um lado e trabalhadores do outro é muito simplista”. Tal como a anterior, aprecia a ACEGE, que considera “muito pertinente” para “empresários e gestores poderem partilhar as dificuldades que sentem nas suas vidas empresariais”.

Neste modelo, uma empresa bem integrada é uma empresa feliz. Num texto intitulado “Felicidade organizacional traduz-se em produtividade” (ACEGE, 2018 c), a ACEGE expõe a sua adesão à cultura da felicidade organizacional, desenvolvida pela Psicologia Positiva e pela Economia da Felicidade, que identifica “a felicidade e a positividade com a produtividade, a funcionalidade, a excelência e, até, a normalidade – e a infelicidade com o seu contrário”. A ciência económica concluirá que “a felicidade é realmente um critério muito melhor e mais justo para medir a utilidade do que o dinheiro” (Cabanas e Illouz, 2019: 20, 41, 69). O texto no *site* da ACEGE divulga os números de um estudo, para concluir, em destaque, que “a remuneração apenas contribui em 12%” para aquele tipo de felicidade; os restantes 88% dever-se-ão a uma paleta variada de factores (ambiente, desenvolvimento pessoal, definição de objectivos, etc.) (ACEGE, 2018 c).

Elogio da riqueza, afinidade entre religião e economia, visão integrativa da empresa – esta trilogia funciona como uma espécie de sociodiceia empresarial, típica das “camadas” social e economicamente favorecidas, que reclamam o direito a esse favorecimento, e que Weber achava

ser “em alto grau universal”: “A «legitimação» (...) é o que pedem interiormente à religião os privilegiados, se em geral lhe pedem alguma coisa”; “adscrevem em primeiro lugar à religião a função de «legitimar» o seu próprio estilo de vida e a sua situação” (Weber, 1983b: 393).

Diferente é a mundividência da LOC, tanto no *site* quanto nas entrevistas. Desde logo, nota-se-lhe especificidades de linguagem que a demarcam, tais sejam “exploração” ou “classe trabalhadora”, bem como a defesa de causas de classe típicas, de que são exemplos a defesa da contratação coletiva e a valorização de sindicatos e comissões de trabalhadores (v. Ecclesia, 2018 a e 2018 b). Ou seja, linguagem e causas próprias de uma concepção do mundo – e da empresa – polarizada entre interesses opostos, além de desequilibrados. Comprovamo-lo na denúncia do estado do mundo, na economia e na política: “sistema diabólico”; “O sistema mundial capitalista exerce violência estrutural”; “(...) o projecto de morte, protagonizado pelo sistema capitalista”; “uma brutal concentração da riqueza nas mãos de poucos”; “o modelo económico vigente é suicidário e mata”; uma “ânsia de ganância, à custa dos trabalhadores, dos desempregados, dos débeis, dos pobres e dos excluídos”; “a exploração e a precariedade laboral é (*sic*) uma praga mundial que não podemos aceitar”; “Esta economia que exclui e mata”; Recurso a medicamentos antidepressivos [por parte dos trabalhadores]”; “precariedade (...) flexibilização (...) destruição das defesas dos trabalhadores” (v. Ecclesia, 2018 a).

Esta matriz de percepção, ideologicamente bem firmada, estende-se à concepção do próprio Estado: “Cremos que não é justo submeter/escravizar o Estado de direito ao mercado neoliberal (...) Quando é o mercado que governa, o Estado torna-se débil e termina submetido a uma perversa lógica do capital financeiro” (v. Ecclesia, 2017 b). Sobre o Serviço Nacional de Saúde, não há dúvidas: “Porque se trata de um bem tão precioso não se pode considerar a saúde como um negócio”. Também a eliminação de postos públicos de correios, na sequência da privatização dos Correios de Portugal é visada: “Estas eliminações de serviços estão a acontecer por meros interesses económicos” (v. Ecclesia, 2018 c).

A concepção do Estado por parte da ACEGE é outra, subjacente, por exemplo, na sua tomada de posição sobre o Orçamento do Estado para 2008 (ACEGE, 2007). Aí, o diagnóstico centra-se num Estado gastador, que “continuará a consumir, abusivamente, recursos da sociedade, o que é, de si, injusto”; “sem a reforma do Estado, os recursos nacionais, já de si escassos, continuarão, de modo estrutural, a ser desperdiçados”. Boa parte do desperdício irá para os trabalhadores da Administração Pública, um dos “grupos sociais com maior poder reivindicativo (...) em detrimento dos grupos sociais em maior sofrimento, como os pobres e os desempregados”, trabalhadores, para mais, isentos de “critérios de eficiência (...) em contraste [com] os portugueses do sector privado”, constituindo esta dicotomia uma injustiça social em si” (ACEGE, 2007).

Três anos depois, a ACEGE voltaria ao tema, a propósito da *crise*. O diagnóstico não difere, no substancial, do anterior e identifica a grande causa da crise: “(...) o desperdício do Estado, principal origem do déficit orçamental e do nosso endividamento público”. Portanto, será “essencial reduzir o custo do Estado”. Para tal, terá de conseguir “ganhos de eficiência e reduções de custos pré-fixados, tal como se aplicaria a qualquer organização em situação de insolvência”. Se for necessário despedir funcionários públicos, então que se o faça, com o cuidado de lhes dar “medidas compensatórias, de reintegração especialmente favoráveis”. Aos cidadãos cabe o “direito fundamental” de “que o Estado seja gerido com a mesma eficiência com que são geridas as organizações da sociedade civil”. É “justo e solidário” trabalhadores públicos e privados terem os mesmos direitos, obrigações e riscos; “não é justo nem solidário” os do privado suportarem “com mais impostos, custos públicos que não sejam necessários” (ACEGE, 2011: 177-180).

Este tipo de apreciações, tipicamente patronal e liberal, contrapõe-se ao das da LOC vistas atrás. Trata-se de uma irredutibilidade recíproca, assente em concepções de antropologia cristã quase opostas. Em vez da afinidade entre religião e economia, vista na ACEGE, releva na LOC uma afinidade fundamental entre religião e trabalho que se abstém de elogiar a riqueza. “O trabalho é a melhor forma de repartir a riqueza” (v. Ecclesia, 2017 a); é ele, e não a liderança empresarial, o maior talento que Deus deu. Haverá uma crescente desigualdade, denunciada abundantemente nos documentos da LOC acima referidos, face à qual o Estado representa uma proteção e não uma ameaça. Por isso, os funcionários públicos não são interpretados como concorrentes dos privados; são trabalhadores indispensáveis à regulação dos conflitos de interesses e à proteção social.

Várias vezes, ao longo das entrevistas, os membros da LOC manifestaram a concepção de que, na empresa como na sociedade em geral, existe um irredutível conflito de interesses que é possível moderar, mas não extinguir. “No mundo laboral, há sempre conflito de interesses; o que é evitável é a exploração” (L1); “existe sempre divergência de interesses patrão/trabalhador; a concorrência de preços pressiona os salários para baixo” (L8); “Na relação laboral há que entender os dois lados, mas já fiz greves” (L4). “Eu sempre quis fazer pontes, mas um sindicalista tem de agitar as águas (...) Aconselhei F. a não perdoar um cêntimo da indemnização a que tem direito [por causa de um acidente de trabalho]” (L6, padre). “Eles [patrões] não me perdoam um cêntimo e eu também não lhes perdoou um cêntimo (...) Nunca fui maltratada, mas fui muito explorada” (L7).

Um dos dirigentes locais da LOC mais empenhados no diálogo com a ACEGE reconhece que a tarefa nem sempre é pacífica, sobretudo entre os mais velhos: “Alguns, ao fim de uma vida de exploração, não podem ver um patrão à frente” (L4). Um entrevistado resumiu a questão: LOC e ACEGE “são de classes diferentes” (L1).

São várias as opiniões dos filiados na LOC sobre os empresários católicos. “Estão um pouco melhor, pelo menos no trato” (L3); “Não se distinguem dos outros” (L1.); “Alguns são honestos e com consciência social, mas muitos são exploradores (L2); “Uma que conheci não me deixou boa impressão” (L7); “São os mais sacanas”, acrescentando, a propósito de um administrador do Pingo Doce ser da ACEGE: “Aquele 1º de Maio foi uma vergonha!”¹⁰(L8). “A ACEGE está a sensibilizar os empresários para os problemas dos trabalhadores” (L4). Quatro destes entrevistados consideram haver hostilidade dos empresários e das chefias para com os trabalhadores sindicalizados e, sobretudo, para com os delegados sindicais.

Do outro lado, a opinião sobre o sindicalismo não é boa. A ACEGE dá o mote, pelo menos em relação às centrais sindicais. No seu *site* publicou um artigo crítico das grandes desigualdades remuneratórias nas empresas, a meio do qual se lê: “Falar de justiça social não é fácil! Infelizmente é uma frase apropriada por centrais sindicais que, longe de defenderem o que professam, só aborrecem, dessensibilizam (...) como se estivéssemos nos inícios do século XX e na dialéctica da luta de classes.” (ACEGE, 2018 d).

Nas entrevistas, o tom é semelhante: “Os sindicatos não são conciliadores. Apostam no litígio e não no diálogo. São muito politizados” (A1) – informa este membro da ACEGE que pediu a dois “colaboradores” para representarem os colegas e as suas preocupações, esclarecendo que “não é uma Comissão de Trabalhadores”); “Com o sindicato da UGT [União Geral dos Trabalhadores] ainda é possível dialogar, mas com o da CGTP [Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses], não; mal entram na sala começam aos insultos (A2); “Na época do PREC, tive sindicalistas na empresa. Foi uma guerra, mas já passou. Sou assim: pão numa mão, chicote na outra” (A4.); “Que eu saiba, não tenho sindicalistas na empresa (...) não há comissão de trabalhadores (...) Tenho uma relação de proximidade com os trabalhadores” (A6); acrescenta que, quando trabalhara como assalariado numa empresa, viu sindicalistas em ação e não lhe agradaram porque lhe pareceram “facciosos”; “Os sindicatos, muitas vezes, funcionam como extensões dos partidos, o que é pena, porque, se assumidos seriamente, são essenciais, tal como as comissões de trabalhadores” (A5, que dá o exemplo da Autoeuropa, cuja comissão de trabalhadores é “importantíssima para a viabilidade da empresa em Portugal”).

Pela sua linguagem oficial, dir-se-ia da JOC que é a versão homóloga da LOC para a juventude católica. Nos comunicados em geral, as duas organizações unem-se na linguagem comum. Veja-se: “Solidariedade com a greve geral” porque “contestar de forma individual não é a melhor solução”; contra a “precariedade laboral”, a “desregulação dos horários laborais”, as

¹⁰ Referência à polémica campanha de grandes descontos feita pelo grupo de distribuição Pingo Doce no dia 1º de Maio de 2012 que levou multidões de consumidores às suas lojas.

“medidas de austeridade”, o agravamento das “desigualdades sociais” e “da pobreza e da exclusão social”; invocação do Catecismo da Igreja Católica para considerar que a “greve é moralmente legítima” se usada com critério (JOC, “Ecclesia”, 2010); igualmente, a mobilização para o Dia do Trabalhador denunciando “precariedade”, recibos verdes, “baixos salários”, insultos sofridos no quotidiano laboral (Ecclesia, 2019 a).

As entrevistas, porém, revelam um mundo quase estranho ao da LOC e mesmo à linguagem oficial da sua própria organização. Nenhum dos entrevistados conhece o *site* da JOC ou os seus comunicados; o que prevalece são os contactos horizontais com os pares, pessoalmente ou através do *Facebook*. A entrevistada J1 é taxativa: no dia-a-dia da JOC “não há debate político” nem muita gente “ligada à esquerda”. Outra esclarece que a JOC sobretudo dá apoio psicológico para se enfrentar as adversidades (J2), o que é confirmado pelo assistente diocesano.

Das três raparigas que trabalham, só uma é sindicalizada. Outra confessa não saber sequer se existe sindicato para a sua profissão. A terceira reconhece-se “explorada” e “desrespeitada” no trabalho, mas não é sindicalizada, adiantando que “isso [sindicatos] não se nota nos locais de trabalho” nem é falado entre colegas (J2).

Quanto aos outros três, ainda estudantes do ensino não superior, “não sabem o que é um sindicato”, nas palavras do assistente diocesano. No resto, mostram certa divergência de posições, embora convirjam noutras. Todos temem a precariedade laboral (até por a verem nas suas famílias ou em amigos próximos), reprovam excessivas disparidades salariais, reconhecem que nas empresas há conflito de interesses, têm má opinião dos “Call Centers” (conhecem pessoas que lá trabalham ou trabalharam), não têm qualquer intenção de se sindicalizarem. Estes três adolescentes e a estudante-trabalhadora apenas têm uma vaga noção do que é a ACEGE, ao passo que as restantes duas conhecem-na e apreciam-na.

4 – Conceitos de justiça social

Quando, em 2013, um novo Papa proclamou que “a desigualdade é a raiz dos males sociais” e, em cima disso, que “incomoda que se fale de distribuição dos bens” (EG, nn. 202 e 203), parecia, pelo alarido causado, que fazia doutrina nova. Porém, assim não é, pois a condenação da excessiva desigualdade de rendimentos vem desde a origem da Doutrina Social da Igreja. Logo no seu n. 1, a fundadora Carta Encíclica *Rerum Novarum* denunciava “a abundância de riqueza nas mãos de um pequeno número e a indigência da multidão”. Pio XI prosseguiu na recusa de “um verdadeiro despotismo económico nas mãos de poucos” (Carta Encíclica *Quadragesimo Anno* [QA], n. 105), depois de ter apelado a uma justa distribuição das riquezas (QA, n. 57). Igualmente João XXIII invetivou “a abundância e o luxo desenfreado duns poucos

privilegiados [que] contrasta, de maneira estridente e ofensiva, com as condições de mal-estar extremo da maioria” (Carta Encíclica *Mater et Magistra*, n. 69). Assim também o Concílio Vaticano II, na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, n. 63, ao lamentar o “agravamento das (...) desigualdades” e o “desprezo pelos pobres”. João Paulo II deplorou o “grave problema da distribuição desigual dos meios de subsistência”, “um factor de ordem moral” (SRS, n. 9). Bento XVI exortou a que “as opções económicas não façam aumentar, de forma excessiva e moralmente inaceitável, as diferenças de riqueza”, condenando “o aumento maciço da pobreza, em sentido relativo” (*Caritas in Veritate* [CV], n. 32) e a “desregulamentação do mundo do trabalho” (CV, n. 25).

No Vaticano, o Pontifício Conselho *Justiça e Paz* tem reforçado estas posições papais ¹¹. Da parte da Congregação Para a Doutrina da Fé veio o documento *Oeconomicae et Pecuniariae Quaestiones* (OPQ) de 2018, na verdade, um violento ataque ao aumento das desigualdades e à financiarização predatória da economia. Em Portugal, a Comissão Nacional Justiça e Paz não se alheou do problema e veio a público, pela escrita do seu presidente corroborar as teses da OPQ (ACEGE, 2018 f).

Posição semelhante a esta é adoptada pelas três organizações aqui estudadas, seja em documentos publicados, seja em intervenções públicas de representantes seus.

LOC e JOC não surpreendem nas denúncias de baixos salários, grandes disparidades salariais, acumulação de grandes lucros através da exploração laboral ou do empobrecimento dos trabalhadores. Fazem-no nos termos habituais, num tom sindical e reivindicativo.

Por parte da ACEGE, o problema é apresentado com vários matizes. O primeiro, talvez o mais comum no seu discurso institucional, invoca a intrínseca dignidade de cada ser humano, que deve ser respeitada, omitindo, contudo, qualquer referência à distribuição de rendimentos e à desigualdade económica. Facilmente encontramos expressões típicas desta atitude: “individualidade e dignidade de cada Pessoa” (ACEGE, s/d a), “concepção da dignidade da pessoa humana” (ACEGE, s/d c), “vida integral de cada colaborador” (ACEGE, s/d b), “bem-estar pessoal” (ACEGE, s/d b), “o respeito pelo outro” (ACEGE, 2017), “o princípio do amor ao próximo [na gestão]” (ACEGE, s/d a), “pessoas mais felizes [nas empresas]” (Ecclesia, 2019 a), “Horários compatíveis com os horários escolares” (ACEGE, s/d b); e, em caso de despedimento inevitável, “Apoio psicológico”, “recuperar a autoestima” (ACEGE, s/d e).

Outra gradação assume um carácter informativo e divulgador das diversas perspectivas acerca da desigualdade económica. Assim, numa sequência de textos publicados no seu *site*,

¹¹ V., por exemplo, o documento “Para uma reforma do sistema financeiro e monetário internacional na perspectiva de uma autoridade pública de competência universal”, de 2011.

desfilam opiniões muito diferentes. Por exemplo, enquanto um executivo empresarial critica as críticas aos grandes leques salariais imputando-as a “desinformação ou falta de informação”, uma executiva opõe-se a excessivos desequilíbrios salariais, assumindo adoptar essa posição nas empresas que tem gerido, por motivos de “uma maior equidade, uma maior justiça ou, pelo menos, uma menor injustiça” (ACEGE, 2018 b). Por sua vez, um académico de gestão expõe os variados conceitos de justiça distributiva, concluindo que o mercado, em si mesmo e sozinho, não consegue resolver o problema das remunerações (ACEGE, 2018 e).

Também ao bispo de Coimbra é dada voz, a propósito de um encontro promovido pela ACEGE em que participou; invoca a DSI para dizer que um mundo equilibrado não se pode reger apenas pela lei da oferta e da procura, e recorre à EG para denunciar as desigualdades que levam à “revolta nas famílias e nos povos” (ACEGE, 2018 a). A denúncia vaticana feita em OPQ é replicada num texto de Pedro Vaz Patto, presidente da Comissão Nacional Justiça e Paz (ACEGE, 2018 f) e num outro, de Helena Oliveira (ACEGE, 2018 g).

Finalmente, num terceiro tipo de atitude perante a desigualdade económica, a ACEGE refere-se em específico à distribuição de rendimentos nas empresas. Fá-lo num tom mais exortativo do que de denúncia. Por exemplo, em *O Amor Como Critério de Gestão* (Leite, 2014), o antigo presidente da ACEGE informa que na sua sociedade de advogados as políticas salariais “são generosas”, pagando sempre acima do salário mínimo, ao nível do “salário médio”, “a empregados que aceitariam o ordenado mínimo nacional”; ao falar no amor como critério de gestão mais em geral, aponta os seus impactos na pobreza e no salário mínimo (Leite, 2014: 44, 57). Em “Reflexão Sobre a Crise” (ACEGE, 2011), a associação “coloca à consciência dos líderes empresariais” “pagar o salário mínimo mais elevado possível, de modo a retirar da pobreza aqueles que integram cada comunidade empresarial”, bem como proceder a diagnósticos sociais internos a fim de construir “sistemas internos de solidariedade, abertos a todos os colaboradores, de preferência confidenciais” e estabelece o “dever moral dos produtores de riqueza” darem “respostas a quem mais precisa”; para enfrentar a crise, insta os líderes empresariais a acolherem “como privação temporária impostos excepcionais sobre os que mais têm, pessoas ou empresas, de modo a proteger quem já passa fome” (ACEGE, 2011: 181-183). Foi numa intervenção pública do presidente da ACEGE que encontrei o tom mais assertivo na matéria: “O salário mínimo em Portugal não é mau; o que é mau é o número de pessoas a receber esse salário mínimo. Deve-se pagar acima disso, mesmo que não seja por muito”; “O leque salarial deve ser discutido nas empresas”; “Se eu abrir uma filial na Índia, baixo os custos laborais”; “Se eu fizer *outsourcing*, baixo as desigualdades salariais na empresa”; “Antes da responsabilidade social das empresas está a responsabilidade pessoal”; “Criar valor para o accionista é um princípio muito coxo”;

“Como católico, não troco eternidade por sucesso”¹². Podendo parecer tímidas, a verdade é que estas referências à justiça distributiva interna são raras no meio empresarial¹³.

Fora do estrito discurso institucional, e ainda sobre a desigualdade de rendimentos, as entrevistas repetiram os padrões acabados de ver, com homogeneidade de oposições na LOC, alguma na JOC e mais diversidade na ACEGE.

Todos os entrevistados da LOC condenaram as grandes desigualdades económicas, advindas tanto de diferenças salariais como de lucros. Assim, o entrevistado L1 até aceita que haja grandes lucros desde que a equidade faça aumentar em proporção a contraparte dos salários, para que os trabalhadores tenham “uma vida digna e sem pobreza”. “Muitos [patrões] são exploradores”, assim resume o entrevistado L2 a situação de dilatar lucros comprimindo salários. Uma outra vê retrocesso na luta contra a desigualdade e considera que o princípio “os acionistas acima de tudo” é “anticivilizacional e leva à economia que mata (...) é a nossa vergonha e o nosso desassossego” (L5). Também pessimista quanto à redução da desigualdade, o entrevistado L8 vê “os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres”; “A distribuição e concentração de riqueza é o grande problema”; “O salário mínimo aumentou, mas os salários médios estagnaram ou baixaram e ficam colados ao salário mínimo”. O actual contexto laboral favorecerá a exploração programada, entende a entrevistada L3 tendo em conta a precariedade e o recurso habitual às agências de trabalho temporário: “Assim, pode-se manipular o trabalhador” pagando-lhe o mínimo possível.

Os entrevistados da JOC mostram uma maior flutuação de juízos, às vezes desconcertantes. A entrevistada J2 não tem dúvidas de que é explorada indecentemente pelo patrão (“mais vale não ser crente, mas ser decente”) e de que voltará a sê-lo se, ao concluir o curso universitário, tiver de estagiar.

O assistente diocesano, sem se alongar na matéria, sentencia: “um salário justo é necessário”, o que nem sempre acontece, diz. Duas entrevistadas (J1 e J3) não mostram muito interesse pelo tema – nas empresas onde trabalham não existem grandes disparidades salariais, dizendo uma que “nas empresas públicas há mais disparidades salariais” e que, como já vimos, que “o salário mínimo não justifica uma greve”. As duas mais moças deploram que haja exploração (“isso é pecado”), mas o rapaz acha que a exploração “não é assim tanta”, se bem que todos desejam uma menor desigualdade económica.

¹² Comunicação proferida no Encontro de Famalicão (EF).

¹³ Por exemplo, das dezoito empresas que, no período de recolha de informação, constituíam o índice PSI/20, da Bolsa de Lisboa, apenas duas afloravam ao de leve e ambigualmente o assunto nos seus *sites* (v. Jerónimo Martins (s/d) e REN (s/d)).

Quanto à ACEGE, há notável não unanimidade de opiniões nos entrevistados. Todos discordam das grandes disparidades salariais nas empresas, excepto um: “O administrador deve ganhar bem; o resto é inveja”, ao que acrescenta ser contra os subsídios de desemprego (“alimentam a preguiça”). Quatro afirmam pagar acima do salário mínimo, se bem que para um deles haja trabalhadores “que não merecem o salário mínimo”. O gestor público só pode pagar pela tabela oficial. Dois distribuem pelos trabalhadores os lucros, um deles na dupla modalidade de salário e formação. Um concorda com a regra “o máximo valor para o accionista” desde que se destine a reinvestimento e não a ostentação. Outro tem uma tese rara num gestor: é preciso combater a concentração de riqueza através da redistribuição e “isso faz-se com impostos”.

5 – Capital e trabalho

Nas mundivisões empresariais acima reproduzidas, o mundo não é o Reino de Deus e não deve ser a utopia do Reino de Deus. Por isso, tem de ter economia, trabalho e sentido das realidades. O Criador, sabendo que não criara o Seu Reino, terá atendido, na Criação, às necessidades práticas das suas imperfeitas criaturas e, assim, inscreveu a propriedade privada nos Dez Mandamentos, com o que proibiu o roubo e a cobiça, além de ter instalado “a paz, a ordem e os incentivos pessoais positivos” (Novak, 2001: 208; v. tb: 22).

Assim, parecerão ociosos os exercícios monásticos legitimadores da economia, já que esta foi legitimada na origem de tudo. O economista católico Hermann Gossen assenta a epistemologia da ciência económica: a busca da utilidade máxima obedece a leis de “ascese utilitária”, leis que Deus colocou no coração dos homens a fim de que eles possam governar-se (*apud* Steiner, 2012: 256 e 257).

É nesta linha que Michael Novak prodigaliza loas aos fundamentos morais, espirituais e religiosos do capitalismo (abundantes em Novak, 2001). Tudo como dizia Weber dos “santos seguros de si”, *in maiorem gloriam Dei*.

Entretanto, dado vivermos numa sociedade capitalista, mas pluralista, a única exigência religiosa de um cristão é a de que as organizações sociais lhe permitam nelas viver e trabalhar sem se negar às suas obrigações (Moreira, 2015: 115). Pelo que vi, isso é perfeitamente possível. No juízo dos membros da ACEGE, religião e economia não coexistem em tensão; antes as une uma abençoada afinidade, que torna a actividade económica uma vocação e não um mal menor mais ou menos tolerado. Falam à vontade de riqueza, da criação de riqueza, não receando as tentações do dinheiro e do poder. No seu entendimento, ganhar dinheiro é um dever; Deus ama as empresas lucrativas, pelo que o amor não pode ter como efeito a diminuição do lucro dos novos “cruzados”.

Da Reforma, disse Daniel Marguerat que definiu a condição cristã como a “gestão da Criação confiada por Deus”, o que libertou e santificou o “espírito empreendedor” (Marguerat, 2010: 42). Seria uma espécie de Cocriação que se poderia aplicar aqui, não fora tratar-se de empresários e gestores católicos. Não são *profetas*, no sentido weberiano, e, portanto, se há gestor, Ele é Deus; são os *gestores de Deus*.

Embora reconheça que na empresa há “interesses não coincidentes”, a ACEGE vê-a como uma comunidade assente na cooperação e não no conflito, interpretado este sempre como disruptivo e desintegrador. Isso leva à antipatia pelos sindicatos precisamente porque “não são conciliadores” (cf. supra). É uma atitude que corresponde à tendência dominante de ver a religião como força integrativa e nunca insubordinadora, junto dos crentes nos locais de trabalho ou, se quisermos adotar os termos de Emma Bell, retirados da crítica marxista da religião, como instrumento de *falsa consciência* e não de *emancipação* (Bell, 2007: 433, 440).

No entanto, e como Max Weber repetidamente comentou, há sempre tensão entre religião e interesses do mundo, entre fraternidade religiosa e mercado, do que resultam as soluções ascéticas e místicas (mundanas e extramundanas), bem como outras que, taumaturgicamente, eliminam essa tensão declarando-a extinta e evangelizando a prosperidade, que tem de ser sempre justificada.

Um dos pontos sensíveis desta questão é o “escândalo da pobreza”. Se o lucro está ao serviço do bem comum e se o santo distribui riqueza, então é preciso que haja em algum grau partilha e distribuição, ou seja, desvio à maximização do interesse. Da parte da ACEGE, no discurso institucional e nas entrevistas, há referências à pobreza e à necessidade de a combater. A exortação a que se pague acima do salário mínimo é corrente e também se fala da moderação do leque salarial nas empresas. Quanto ao princípio do “máximo valor para o accionista”, merece críticas (“é um princípio muito coxo”) ou condicionalismos (“sim, se for para reinvestimento”). Em caso de crise económica profunda, aceita-se “impostos excepcionais” sobre as empresas para “proteger quem já passa fome”.

Os discursos da LOC são diferentes. Desde logo, num deslocamento da afinidade entre religião e economia – ela existe, sim, mas unindo religião e trabalho. É o trabalho – não a propriedade, com a sua administração – o prolongamento da Criação. Além disso, na forma capitalista, o trabalho é sempre prestado sob conflito de interesses, sendo ele a parte mais fraca nesse conflito; a riqueza pode ser um bem, mas raramente é comum. Na linguagem que utiliza (“exploração”, por exemplo) nota-se uma concepção desencantada, sem ilusões, da natureza das relações económicas, alheia às crenças religiosas dos entrevistados: sem uma mobilização permanente, a contraparte – o capital – maximizará os proveitos da produção económica, oferecendo, no máximo, concessões paternalistas. Para os seus membros, a existência de

interesses comuns – a viabilidade da empresa e dos postos de trabalho – não oblitera os interesses contraditórios na repartição da riqueza. Daí a importância que atribuem ao sindicalismo – todos os entrevistados são sindicalizados e vários têm ou tiveram cargos dirigentes em sindicatos ou em centrais sindicais – assente na convicção de que a conciliação nem sempre é possível e, logo, de que os conflitos fazem parte da natureza das coisas. Tal como com os membros da ACEGE, a religião intervém na sua leitura do mundo laboral, mas podendo ter uma função insubordinadora, de resistência, por vezes disruptivas.

Conclusão

Na opinião comum, se todos fôssemos autênticos cristãos, conflitos laborais não existiriam. De um lado, bastaria a conversão interior do amor e aplicá-lo na gestão e no trabalho; do outro, é a ordem socioeconómica mesma, muito pouco cristã, que exclui o amor fraterno da sua lógica.

É significativo que, ao contrário da ACEGE, a LOC contenha no seu discurso a expressão “sistema capitalista”; na verdade, trata-se de uma *expressão-teoria*, isto é, contém, implícita em si, uma teoria (crítica) do objecto nomeado¹⁴. No entanto, nenhum entrevistado reivindicou o igualitarismo nas empresas. As reivindicações ficam-se pela equidade, segundo a teoria da suficiência: que todos ganhem o suficiente para uma vida digna. Mesmo os mais conspícuos sindicalistas com carreira na CGTP e conotados com o Partido Comunista Português, seguiram esta linha realista de quem conhece os tempos que correm e conclui que a hora é de resistência; quanto ao resto, ficam as utopias, incluindo a de uma sociedade cristã. Na ACEGE, pelo contrário, transparece uma perspectiva confiante, de optimismo histórico apesar de haver crises.

Em ambos os lados há gestos de diálogo sob a pertença religiosa comum, os quais encontram os seus limites nas pertenças de classe diferentes. De um, vem a sensibilidade para, além do respeito no trato pessoal, aceitar limitar excessos numa ordem necessariamente imperfeita, mas que seria pior, ou até inconcebível porque contranatura, se destruísse os seus fundamentos; do outro, vem uma pragmática de controlo de danos relativa a uma ordem imperfeita, mas não necessária e que atenta contra os fundamentos da fraternidade cristã. Dir-se-ia defrontar-se cada um com o seu *máximo de consciência possível*, aquele limite de conhecimento do mundo social que não pode exceder sem contrariar os seus interesses socioeconómicos

¹⁴ A ACEGE não a usa, tal como muitos economistas modernos, tal como muitas revistas de economia não a usam – é o “segredo mais bem guardado da profissão [de economista]”: o silenciamento da natureza irredutivelmente capitalista desta economia (v. Heilbroner e Milberg (1998: 20, 145-146-149).

(Goldmann, 1978: 124-130). É então que se põe o problema da percepção dos interesses de classe, fulcral para a formulação do que será o *interesse de classe*. A decadência da LOC e da JOC, incapazes de se reproduzirem (v. Anexo), sugerindo que acompanham a extinção do mundo fordista, revela-nos que há uma forma de consciência que se vai tornando impossível, ao ponto de a própria noção de interesse de classe ser questionada. É já a velha fórmula da religião como falsa consciência ou como emancipação que se desvanece naquilo a que Mark Fischer (2018) chamou *realismo capitalista* – uma imensa despolitização que “des-economiza” o mundo e submete-o à “gestão”, de modo que tudo é *gerido*, do Estado às empresas – que serão, em glosa ao conhecido brocardo conservador cristão, a *célula-base da sociedade* –, vivendo nós na intensa circulação dos produtos empresariais porque não há alternativa à realidade.

Às consciências cristãs lembra-se constantemente que a Deus o que é de Deus e a César o que é de César. Às vezes, o laicismo vem de onde menos se espera.

Bibliografia

- ACEGE (2011), “Reflexão sobre a crise”, *Brotéria*, vol. 173, pp. 177-185.
- ARNSPERGER, Christian (2012), “De l’homme réel à l’homme possible en économie – une transgression chrétienne de l’identité capitaliste?”, in Benoit Bourguine, Joseph Famerée, Paul Scolas (dir.), *La Transgression Chrétienne des Identités*, Paris, e Louvaina, CERF e U.C. Louvain, pp. 37-59.
- ASSMANN, Hugo, HINKELAMMERT, Franz J. (1993), *L’idolâtrie du marché – critique théologique de l’économie de marché*, Paris, CERF.
- BELL, Emma (2007) “Disruptive religion: the case of the Catholic worker-priests (1943-1954)”, *Journal of Management, Spirituality & Religion*, nº 4(4), pp. 433-442.
- BELLET, Maurice (1995), “De l’exclusion comme symptôme”, in Christophe Derenne e Laurent Deutsch (dir.), *La fragmentation sociale – enjeux et perspectives*, Paris, Economica, pp. 169-180.
- BICHOT, Jacques (2009), “*Sollicitudo rei socialis*: finance et structures de péché”, in Paul Dembinski (dir), *Pratiques Financières, Regards Chrétiens*, Paris, Desclée de Brouwer, pp. 59-87.
- BIÉLER, André (2009), *La pensée économique et sociale de Calvin*, Genebra, Georg Éditeur.
- CABANAS, Edgar, ILLOUZ, Eva (2019), *Happycracia. Cómo la ciencia y la industria de la felicidad controlan nuestras vidas*, Barcelona, Paidós.
- CAMPO, Cristina, DRAGHI, Piero (orgs.) (2003), *Ditos e feitos dos Padres do Deserto*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- DAWSON, Andrew (2011), “Consuming the self: new spirituality as «mystified consumption»”, *Social Compass*, nº 58/3, pp. 309-315.
- DEBERGÉ, Pierre (2015), “La place de l’argent dans la Bible”, *Croire – La Croix*.

COSTA, Joaquim (2020), “Católicos e relações de classe: as visões de Liga Operária Católica, Juventude Operária Católica e Associação Cristã de Empresários e Gestores”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXX, pp. 6-34.

DUARTE, Sandra (2007-2008), “A Liga Operária Católica: em defesa da concepção corporativa da Doutrina Social da Igreja (1949-1974)”, *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 19-20, pp. 195-216.

DUBRULLE, Luc (2009), “Entre archétype et scandale, la mise en place théologique de la catégorie morale du pauvre”, *Transversalités*, juillet-septembre, pp. 23-33.

DURKHEIM, Emile (1985), *Les formes élémentaires de la vie religieuse*, Paris, PUF.

FERREIRA, António Matos; FONTES, Paulo Oliveira (2000), “Acção Católica Portuguesa”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, s/l, Círculo de Leitores, pp. 9 – 19.

FIORE, Ciro Di (2014), “Aspirações de renovação religiosa da Igreja e heresias”, in Umberto Eco (ed.), (2014), *Idade Média. Castelos, mercadores e poetas* (vol. III), Alfragide, D. Quixote, pp. 219-228).

FISCHER, Mark (2018), *Realismo capitalista - ¿No hay alternativa?*, Buenos Aires, Caja Negra Editora.

GOLDMANN, Lucien (1978), *Sciences humaines et philosophie – pour un structuralisme génétique*, Paris, Éditions Gonthier.

HEILBRONNER, R., MILBERG, W. (1998), *La crisis de cisión en el pensamiento económico moderno*, Barcelona / Buenos Aires, Paidós Ibérica.

HENAFF, Marcel (2010), “Logiques de l’argent et gratuité”, *Lumière et Vie*, n° 286, avril-juin, pp. 17-30.

JONVEAUX, Isabelle (2013), “L’économie dans l’utopie monastique: les stratégies d’adaptation”, *Social Compass*, n° 60(2), pp. 160-173.

LEITE, António Pinto (2014), *O amor como critério de gestão*, Cascais, Principia.

LUCA, Martine, MADINIER, Rémy (2016), “Les entreprises face au religieux”, *Archives des Sciences Sociales des Religions*, n° 175, juillet-septembre, pp. 11-23.

MARGUERAT, Daniel (2010), “Pour une Spiritualité de l’Argent”, *Lumière et Vie*, n° 286, avril-juin, pp. 35-43.

MOREIRA, José Manuel (2015), “O mercado é o princípio da ordem social? (Economia de mercado, virtudes e mensagem de Francisco)”, *Humanística e Teologia*, ano 36, Fascículo 1, Junho, pp. 111-126.

NEVES, João César das (2016), *A economia de Francisco – diagnóstico de um equívoco*, Cascais, Principia.

NOVAK, Michael (2013), “Agreeing with Pope Francis”, *National Review*, 07 de dezembro.

- (2001), *A ética católica e o espírito do capitalismo*, Cascais, Principia.

NOVIS, Antoine (s/d), “Jésus Se méfait-t-Il de l’argent?”, *Croire – La Coix*.

OESCH, Daniel (2011), *Redrawing the class map – stratification and institutions un Britain, Germany, Sweden and Switzerland*, New York, Palgrave MacMillan.

QUEIROZ, Maria Cidália (2005), *Classes, identidades e transformações sociais – para ler as evoluções da estrutura social portuguesa*, Porto, Campo das Letras.

RIORDAN, Patrick, SJ (1996), *A politics of the common good*, Dublin, Institute of Public Administration.

SAVAGE, Mike (2013), “A new model of social class? Findings from the BBC’s Great Britain class survey experiment”, *Sociology*, 47(2), pp. 219-250.

COSTA, Joaquim (2020), “Católicos e relações de classe: as visões de Liga Operária Católica, Juventude Operária Católica e Associação Cristã de Empresários e Gestores”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXX, pp. 6-34.

STANDING, Guy (2014), “O precariado e a luta de classes”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, pp. 9-24.

STEINER, Philippe (2012), “Religion et economie chez Durkheim: deus formes de cohésion sociale?”, *Archives de Sciences Sociales des Religions*, n° 159, juillet-septembre, pp. 247-263.

VALLELY, Paul (2015), “The Pope’s priorities in America”, *New York Times*, 16 de setembro.

WEBER, Max (1983 a), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Lisboa, Presença.

- (1983 b), *Economia y sociedad*, Mexico, Fondo de Cultura Económica.

WINTERS, Michael Sena (2014), “Libertarians become vocal critics of *Evangelii Gaudium*”, *National Catholic Reporter*, 30 de janeiro.

WORSTALL (2013), “In which a good catholic boy starts shouting at the Pope”, *Forbes*, 26 de novembro.

Fontes web

ACEGE (2007) – *Tomada de posição da ACEGE sobre o Orçamento de Estado 2008*, [Consult. a 01.11.2018]. Disponível em: <<https://www.acege.pt/tomada-de-posicao-da-acege-sobre-o-orcamento-de-estado-2008/>>

ACEGE (2016) – *ACEGE, uma organização em prol de uma sociedade mais justa e organizada*, [Consult. a 01.11.2018]. Disponível em: <<https://www.acege.pt/acege-uma-organizacao-em-prol-de-uma-sociedade-mais-justa-e-organizada/>>

ACEGE (2017) – *As lições do Papa Francisco aos líderes empresariais*, [Consult. 08.10.2018]. Disponível em: <<https://www.acege.pt/as-licoes-do-papa-francisco-aos-lideres-empresariais/>>

ACEGE (2018 a) – *A economia do dom*, [Consult. a 01.11.2018]. Disponível em: <<https://www.acege.pt/a-economia-do-dom/>>

ACEGE (2018 b) – *Empresas ligam cada vez mais remuneração a nível de responsabilidade*, [Consult. a 01.11.2018]. Disponível em: <<https://www.acege.pt/empresas-ligam-cada-vez-mais-remuneracao-a-nivel-de-responsabilidade/>>.

ACEGE (2018 c) – *Felicidade organizacional traduz-se em produtividade*, [Consult. a 08. 10. 2018]. Disponível em: <<https://www.acege.pt/felicidade-organizacional-traduz-se-em-produtividade/>>

ACEGE (2018 d) – *Justiça salarial: uma questão ética e moral*, [Consult. a 01.11.2018]. Disponível em: <<https://www.acege.pt/justica-salarial-uma-questao-etica-e-moral/>>.

ACEGE (2018 e) – *Mais justo não significa mais igualitário*, [Consult. a 01.11.2018]. Disponível em: <<https://www.acege.pt/mais-justo-nao-significa-mais-igualitario/>>.

ACEGE (2018 f) – *Oeconomicae et pecuniariae quaestiones*, [consult. a 08.10.2018]. Disponível em: <<https://www.acege.pt/oeconomicae-et-pecuniariae-quaestiones/>>.

ACEGE (2018 g) – *Vaticano alerta, em documento, para a toxicidade do sistema financeiro*, [consult. a 01. 11.2018]. Disponível em: <<https://www.acege.pt/vaticano-alerta-em-documento-para-a-toxicidade-do-sistema-financeiro/>>.

ACEGE (s/d a) – *Princípios fundamentais da ACEGE*, [consult. a 25. 01. 2019]. Disponível em <<https://www.acege.pt/quem-somos/>>

ACEGE (s/d b) – *Compromisso e conciliação – comunidade n° 5*, [consult. a 08.10.2018]. Disponível em: <https://www.acege.pt/wp-content/uploads/pdf/cartoes-boas-praticas/comunidade_n5.pdf>

ACEGE (s/d c) – *Promover a ética. Empresa – n° 1*, [Consult. a 08.10.2018]. Disponível em:<https://www.acege.pt/wp-content/uploads/pdf/cartoes-boas-praticas/empresa_n1.pdf>.

ACEGE (s/d d) – *Amor como critério de gestão. Líder – n° 9*, [Consult. a 08.10.2018]. Disponível em: <https://www.acege.pt/wp-content/uploads/pdf/cartoes-boas-praticas/lider_n9.pdf>

ACEGE (s/d e) – *Outplacement. Colaboradores – n° 5*, [Consult. a 08.10.2018]. Disponível em: <https://www.acege.pt/wp-content/uploads/pdf/cartoes-boas-praticas/colaboradores_n5.pdf>

COSTA, Joaquim (2020), “Católicos e relações de classe: as visões de Liga Operária Católica, Juventude Operária Católica e Associação Cristã de Empresários e Gestores”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXX, pp. 6-34.

B.C. (2014) – *The Pope divisions*, [Consult. a 08.12.2019]. Disponível em: <<https://www.economist.com/erasmus/2014/06/20/the-popes-divisions>>

CARTER, Joe (2014) – *No, the Pope doesn't need distributism (because nobody does)*, [Consult. a 08.12.2019]. Disponível em: <<https://blog.acton.org/archives/67566-pope-doesnt-need-distributism-nobody.html>>

Ecclesia (2010) – *Juventude Operária Católica solidária com greve geral*, [Consult. a 08.11.2018]. Disponível em: <<http://www.agencia.ecclesia.pt/portal/juventude-operaria-catolica-solidaria-com-greve-geral/>>

Ecclesia (2012) – *Crise: Austeridade é “injusta” e “desonesta”*, [Consult. a 08.11.2018]. Disponível em: <<http://www.agencia.ecclesia.pt/portal/crise-austeridade-e-injusta-e-desonesta/>>

Ecclesia (2017 a) – *Seminário Internacional – mundo digital do trabalho – indústria 4.0*, [Consult. a 08.11.2018]. Disponível em: <<http://sites.ecclesia.pt/loc-mtc/seminario-internacional-mundo-digital-do-trabalho-industria-4-0/>>

Ecclesia (2017 b) – *07 de Outubro – Rendimento Básico Universal*, [Consult. a 08.11.2018]. Disponível em: <<http://sites.ecclesia.pt/loc-mtc/07-de-outubro-rendimento-basico-universal/>>

Ecclesia (2018 a) – *Declaração do Porto – Evangelho no mundo do trabalho*, [Consult. a 08.11.2018]. Disponível em: <<http://sites.ecclesia.pt/loc-mtc/declaracao-do-porto-evangelho-no-mundo-do-trabalho/>>

Ecclesia (2018 b) – *Encontrar o Evangelho no mundo do trabalho – conclusões finais*, [Consult. a 08.11.2018]. Disponível em: <<http://sites.ecclesia.pt/loc-mtc/encontrar-o-evangelho-no-mundo-do-trabalho-conclusoes-finais/>>

Ecclesia (2018 c) – *Salários, serviços de proximidade, saúde*, [Consult. a 08.11.2018]. Disponível em: <<http://sites.ecclesia.pt/loc-mtc/salarios-servicos-de-proximidade-saude/>>

Ecclesia (2019 a) – *Dia do Trabalhador: Juventude Operária Católica denuncia violações à dignidade e precariedade laboral*, [Consult. a 02.05.2019]. Disponível em: <<https://agencia.ecclesia.pt/portal/dia-do-trabalhador-juventude-operaria-catolica-denuncia-violacoes-a-dignidade-e-precariedade-laboral/>>

Ecclesia (2019 b) – *Emprego: falta de conciliação família-trabalho gera perda de talento e está na origem da baixa de natalidade*, [Consult. a 02.05.2019]. Disponível em: <<https://agencia.ecclesia.pt/portal/emprego-falta-de-conciliacao-familia-trabalho-gera-perda-de-talento-e-esta-na-origem-da-baixa-de-natalidade/>>

Jerónimo Martins (s/d) – *A nossa política de compensação – remuneração e benefícios*, [Consult. a 21.11.2018]. Disponível em: <<https://www.jeronimomartins.com/pt/carreiras/trabalhar-connosco/o-que-pode-esperar-de-nos/>>

REN (s/d) – *Carreiras – compensações e benefícios*, [Consult. a 17.12.2018]. Disponível em: <https://www.ren.pt/pt-PT/carreiras/politicas_rh/>

Joaquim Costa. Professor Auxiliar, Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga (Portugal); Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS); Edifício do ICS, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal. Email: ajbfjc@ics.uminho.pt

Artigo recebido em 3 de julho de 2020. Aprovado para publicação em 25 de novembro de 2020.

Anexo

Todos os entrevistados, excepto um (da JOC), pertencem às células das suas associações na arquidiocese de Braga, das quais entrevistei sempre o respectivo assistente diocesano em funções. As entrevistas foram presenciais e, com uma excepção na JOC, individuais. A selecção dos entrevistados fez-se por *bola de neve*.

1 – LOC/MTC (sigla de Liga Operária Católica / Movimento dos Trabalhadores Cristãos)

As entrevistas (8) decorreram entre 01 de fevereiro e 05 de abril de 2019. Só um dos 8 entrevistados (antigo assistente diocesano e nacional) não tem origem pessoal operária. Os restantes, incluindo o actual assistente diocesano (diácono), aderiram à LOC na condição de operários e começaram a trabalhar na infância ou na adolescência; à excepção de um só, mantiveram a condição operária ao longo das suas vidas, no activo ou em cargos sindicais. Cinco deles tinham militado, durante a juventude, na JOC. Não contando com o antigo assistente (padre), todos são sindicalizados e a maioria (cinco em sete) foi sindicalista, com funções em sindicatos ou centrais sindicais. Nenhum tem menos de 55 anos; cinco são homens e três, mulheres. Dos 99 membros da LOC/Braga, apenas 14 (14.1%) têm menos de 60 anos e 17 (17.2%) ainda não estão aposentados ¹⁵. Se não tiver capacidade de reconversão, a LOC está destinada a uma digna resistência até se extinguir por exaustão. Nota: no texto, as entrevistas da LOC são indicadas de L1 a L8.

2 – JOC (sigla de Juventude Operária Católica)

As entrevistas (7) decorreram entre 05 de fevereiro e 02 de maio de 2019. Em rigor, apenas cinco foram feitas com membros efectivos do movimento de Braga, o que, no dizer do próprio assistente diocesano (padre), esgotou o universo (4 membros, para além do assistente) da JOC na diocese; uma dirigente local da LOC, conhecedora do movimento juvenil, disse-me que haveria mais um membro activo na JOC diocesana. Contas feitas, sejam 4 ou 5, conclui-se que a JOC, particularmente em Braga, está em estado de inanição. Segundo informação de uma das entrevistadas, a situação a nível nacional, embora com variações regionais, não é muito melhor, padecendo inclusive de dificuldades financeiras. Por sugestão de uma entrevistada, decidi entrevistar uma ex-activista da JOC/Braga, que no ano anterior tinha atingido o limite de idade (30 anos) para poder pertencer ao movimento juvenil; por sua vez, esta entrevistada sugeriu-me outra jovem, membro da JOC, não de Braga, mas com bom conhecimento do movimento a Norte.

¹⁵ Informações dadas pela vice-coordenação da LOC/Braga em 10. fevereiro. 2020.

Nenhum dos membros é operário: 4 são estudantes (1 do básico, 2 do secundário, 1 do universitário) e 2 são licenciados com trabalho qualificado. Embora ágeis nas tecnologias de comunicação, nenhum frequenta o *site* da JOC (com uma linguagem próxima do da LOC, o que indicia um notório desfasamento para com as escassas bases). Do conjunto de sete, cinco são raparigas. Na Diocese de Braga tem quatro ou cinco membros, consoante as fontes. Nota: no texto, as entrevistas da JOC são indicadas de J1 a J7.

3 – ACEGE (sigla de Associação Cristã de Empresários e Gestores)

As entrevistas (6) decorreram entre 11 de fevereiro e 10 de julho de 2019. Dos 6, três são empresários e 3 gestores. De entre estes últimos, um gere uma empresa pública e outro é o próprio assistente diocesano (gestor de uma organização da Igreja com dezenas de trabalhadores). Na amostra, só há uma mulher (empresária). Não notei fratura entre empresários e gestores, o que parece dar razão às teses de que uns e outros são frações da mesma classe ou do mesmo agregado de classes (“burguesias”) (v. Queiroz, 2005, pp. 89-93; Oesch, 2011, pp. 54/5). Na Diocese de Braga tem “cerca de 40 membros”, segundo o Assistente Diocesano. Nota: no texto, as entrevistas da ACEGE são indicadas de A1 a A6.

4 – Tópicos das entrevistas

- possíveis tensões entre fé cristã e vida profissional em economias complexas;
- princípio “o máximo valor para o accionista”;
- denúncias papais acerca do aumento das desigualdades económicas;
- disparidades salariais;
- salário justo;
- sindicatos e liberdade sindical;
- conhecimento recíproco das três associações.

Realidades do mundo do trabalho de uma equipa comunitária de suporte em cuidados paliativos e as suas implicações nos cuidados aos doentes em trajetórias de fim de vida

Tatiana Filipa Silva Mestre

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade de Évora – CICS.NOVA.UÉvora

Carlos Alberto da Silva

Departamento de Sociologia da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora

Resumo

Descortinar as leituras dos profissionais de saúde sobre as práticas de cuidar no domicílio do doente em fim de vida, através de uma lente sociológica constitui uma das formas para melhor compreender a natureza dos cuidados paliativos. Neste artigo, explorámos a voz dos profissionais de saúde de uma Equipa Comunitária de Suporte em Cuidados Paliativos (ECSCP), analisando a textualidade implícita nos seus discursos e perspetivas sobre a natureza do trabalho paliativo, curativo e preventivo, os desafios do trabalho sobre o processo de fim de vida, as lógicas da comunicação e da tradução na resolução dos problemas no trabalho em contexto da trajetória de fim de vida do doente. O presente artigo foi elaborado com base no tratamento preliminar dos dados recolhidos em 2019 e 2020, no âmbito do projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), intitulado ETIC (*End-of-Life Trajectories In Care*) – *Managing end-of-life trajectories in palliative care: a study on the work of healthcare professionals*.

Palavras-chave: trabalho; cuidados paliativos; fim de vida.

MESTRE, Tatiana Filipa Silva e SILVA, Carlos Alberto da (2020), “Realidades do mundo do trabalho de uma equipa comunitária de suporte em cuidados paliativos e as suas implicações nos cuidados aos doentes em trajetórias de fim de vida”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXX, pp. 35-56

The world of work realities of a community palliative care support team and its implications for patients care at the end of life trajectories

Abstract

Discovering the readings of health professionals on home care practices for patients at the end of their life, through a sociological prism, is one way to better understanding the nature of palliative care. In this article, we have explored the voice of healthcare professionals from a Community Palliative Care Support Team (ECSCP), analyzing the implicit textuality of their discourse and perspectives on the nature of palliative, curative and preventive work, challenges of work on end of life process, logic of communication and translation to solve problems at work as part of the patient's end of life trajectory. This article has been prepared on the basis of preliminary data analysis collected between 2019 and 2020, as part of the project funded by the Foundation for Science and Technology (FCT), entitled ETIC (*End-of-Life Trajectories In Care*) - *Managing end-of-life trajectories in palliative care: a study on the work of healthcare professionals*.

Key-words: work; palliative care; end of life.

Les réalités du monde du travail d'une équipe de soutien aux soins palliatifs communautaires et ses implications pour les soins aux patients en fin de vie

Résumé

Découvrir les lectures des professionnels de la santé sur les pratiques de soins au domicile du patient en fin de vie, à travers un prisme sociologique, c'est l'un des moyens de mieux comprendre la nature des soins palliatifs. Dans cet article, nous avons exploré la voix des professionnels de santé d'une équipe de soutien communautaire en soins palliatifs (ECSCP), analysant la textualité implicite de leurs discours et perspectives sur la nature du travail palliatif, curatif et préventif, les défis du travail sur le processus fin de vie, la logique de la communication et de la traduction pour résoudre les problèmes au travail dans le cadre de la trajectoire de fin de vie du patient. Cet article a été préparé sur la base du traitement préliminaire des données collectées en 2019 et 2020, dans le cadre du projet financé par la Fondation pour la Science et la Technologie (FCT), intitulé ETIC (*End-of-Life Trajectories In Care*) – *Managing end-of-life trajectories in palliative care: a study on the work of healthcare professionals*.

Mots clés: travail; soins palliatifs; fin de vie

Las realidades del mundo laboral de un equipo de apoyo de cuidados paliativos comunitarios y sus implicaciones para el cuidado de los pacientes en las trayectorias del final de la vida

Resumen

Descubrir las lecturas de los profesionales de la salud sobre las prácticas de cuidado en el hogar del paciente al final de la vida, a través de una lente sociológica, es una de las formas de entender mejor la naturaleza de los cuidados paliativos. En este artículo exploramos la voz de los profesionales de la salud de un Equipo de Apoyo Comunitario en Cuidados Paliativos (ECSCP), analizando la textualidad implícita en sus discursos y perspectivas sobre la naturaleza del trabajo paliativo, curativo y preventivo, los desafíos de trabajar en el proceso final de la vida, la lógica de la comunicación y la traducción en la resolución de problemas en el trabajo en el contexto de la trayectoria del final de la vida del paciente. Este artículo se elaboró a partir del tratamiento preliminar de los datos recogidos en 2019 y 2020, en el marco del proyecto financiado por la Fundación para la Ciencia y la Tecnología (FCT), titulado ETIC (*End-of-Life Trajectories*

MESTRE, Tatiana Filipa Silva e SILVA, Carlos Alberto da (2020), “Realidades do mundo do trabalho de uma equipa comunitária de suporte em cuidados paliativos e as suas implicações nos cuidados aos doentes em trajetórias de fim de vida”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXX, pp. 35-56

In Care) – Managing end-of-life trajectories in palliative care: a study on the work of healthcare professionals.

Palabras clave: trabajo; cuidados paliativos; final de la vida.

Introdução

Os cuidados paliativos estão na ordem do dia, pois tem como objetivo geral não só a melhoria da qualidade de vida dos doentes em fim de vida, mas procura igualmente contribuir para minimizar o sofrimento das famílias (Martins, 2015; 2018; Feijão e Vicente, 2014). Porém, as investigações empíricas sobre os cuidados a pessoas ou doentes terminais não são de data recente. Trabalhos pioneiros tiveram essencialmente início nos anos 60 nos Estados Unidos. São exemplos destes trabalhos, os estudos realizados nos hospitais por Glaser e Strauss (1965, 2007, 2009), Strauss (1970) e Exley (2004). Os resultados destes trabalhos pioneiros vieram alterar substancialmente o conhecimento sociológico sobre a forma como os indivíduos (profissionais de saúde) refletiam sobre a forma de morrer e da morte, colocando a nu as próprias experiências das pessoas (doentes) em trajetória de fim de vida em ambiente hospitalar.

Outros autores, tais como James e Field (1992), sugeriram que a prestação de cuidados paliativos fora do contexto hospitalar (no domicílio ou em *Nursing Homes* ou ainda em *Long-Term Care Facilities*), para pessoas/doentes terminais não eram individualistas nem holísticas, e que, apesar de distintas dos cuidados prestados em hospitais, estavam cada vez mais a ser transformados em cuidados rotinizados, ditos de manutenção da vida. De facto, é de relevar que são os próprios profissionais de saúde, tais como Loureiro et al. (2014) que sugerem que as práticas médicas verificadas no domínio dos cuidados paliativos não são mais do que “uma prática profissional mais orientada para a cura do que para a supressão das necessidades sentidas pelos doentes na fase final da vida” (Resende e Vicente, 2018: 7).

Autores como Martins (2015; 2018), Feijão e Vicente (2014) e Resende e Vicente (2018), entre outros, têm vindo a desenvolver estudos sociológicos sobre o tema em Portugal, analisando os desafios específicos dos quotidianos de trabalho com os quais os profissionais de saúde se confrontam quando se relacionam com os doentes em cuidados paliativos e as suas famílias. Segundo os autores, os profissionais do setor hospitalar tendem a acreditar que a multiplicidade das práticas do cuidar afeta o conforto dos doentes em situação terminal acarretando incerteza, inquietação e discórdia em torno da definição e gestão das trajetórias de fim de vida e cuidados que muitas vezes criam conflito com os familiares.

Apesar dos desafios do quotidiano profissional oferecerem itinerários controversos com o intuito de tornar a relação com o fim da vida socialmente significativo, Timmermans (2005)

MESTRE, Tatiana Filipa Silva e SILVA, Carlos Alberto da (2020), “Realidades do mundo do trabalho de uma equipa comunitária de suporte em cuidados paliativos e as suas implicações nos cuidados aos doentes em trajetórias de fim de vida”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXX, pp. 35-56

argumenta que, em termos específicos, os profissionais de saúde auxiliam e asseguram a resolução de problemas inerentes ao fim de vida dos doentes em cuidados paliativos, reforçando um acompanhamento personalizado nas trajetórias de fim de vida, que em última instância acentua uma certa ambiguidade da ação de cuidar como “meros” mediadores da morte. Para o autor, a morte provoca uma ambivalência existencial na vida moderna, situação que remete a ação dos profissionais num agir entre o curar ou o fomento de práticas conducentes a uma morte “boa”, evitando assim as mortes ditas “ruins”. Parafraçando Glaser e Strauss (2009), “os profissionais de saúde confrontam-se com diferentes contextos de consciência” (citado por Feijão e Vicente, 2014: 251) no quotidiano das relações com os doentes terminais, na gestão das incertezas e expectativas face à morte.

Por não serem fecundos os estudos sociológicos portugueses sobre as experiências e as práticas dos profissionais de saúde da área dos cuidados paliativos em geral, e as condições de ação destes nas relações com os doentes em fim de vida e os seus familiares, no contexto da comunidade, parece-nos relevante a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as várias perspetivas dos profissionais de saúde portugueses no quotidiano do seu trabalho em cuidados paliativos, indagando entre outras questões, a forma como os profissionais constroem os arranjos quer para promover o conforto aos doentes, quer para reduzir as ambiguidades, incertezas e eventuais focos de tensões nas relações com os doentes terminais e suas famílias.

O presente artigo foi realizado pelos autores no âmbito do projeto ETIC (*End-of-Life Trajectories In Care*) – *Managing end-of-life trajectories in palliative care: a study on the work of healthcare professionals*. São apresentados neste artigo alguns dados preliminares sobre os desafios do trabalho de uma Equipa Comunitária de Suporte em Cuidados Paliativos (ECSCP) e suas implicações nos cuidados aos doentes em trajetórias de fim de vida. As entrevistas de natureza semiestruturada e aprofundada foram a técnica escolhida para a recolha privilegiada dos testemunhos dos profissionais de uma ECSCP do Alentejo. Para complementar a informação, foram igualmente recolhidos dados de observação direta no espaço doméstico do doente terminal que contou com o apoio formal de uma equipa multidisciplinar de profissionais de cuidados paliativos, tendo sido salvaguardados todos os pressupostos de consentimento informado e esclarecido.

Para explorar os dados preliminares, procedemos à análise de conteúdo e ao tratamento quantitativo dos conteúdos, seguindo os pressupostos lexicométricos do protocolo de análise quantitativa dos textos (AQT) de Reinert (1993) e adaptada pela equipa do projeto ETIC. Em termos específicos procedemos ao tratamento do *corpus* dos entrevistados com o *Iramuteq* (*software* de acesso livre), sob quatro áreas: a) análises lexicais iniciais; b) verificação das unidades de texto mais significativas; c) identificação dos segmentos de texto (ST); d)

MESTRE, Tatiana Filipa Silva e SILVA, Carlos Alberto da (2020), “Realidades do mundo do trabalho de uma equipa comunitária de suporte em cuidados paliativos e as suas implicações nos cuidados aos doentes em trajetórias de fim de vida”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXX, pp. 35-56

reagrupamento de segmentos de texto (RST). Sob o ponto de vista “técnico”, realizámos as seguintes análises sobre o *corpus* das entrevistas, seguindo de perto as sugestões de Reinert (1993) e Silva (2019): a) Estatísticas Descritivas dos Textos; b) Análise da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) (agrupamentos ou classes de palavras); c) Análise de similitude das palavras; d) Nuvem de palavras parciais e totais; e) Extração do valor de qui-quadrado (χ^2) das classes de palavras; f) Estudo das especificidades textuais com análise fatorial por correspondência múltipla e análise fatorial confirmatória de dados textuais. Dada à densidade dos materiais tratados, apresentamos apenas neste artigo, uma síntese das extrações e interpretações referentes à análise de similitude e a descrição dos agrupamentos de classes dos lemas.

1. Equipa comunitária de suporte em cuidados paliativos (ECSCP)

Numa primeira aproximação à noção de ECSCP e para possibilitar uma melhor compreensão da missão dessas equipas de saúde no contexto português, recorreremos à Lei da Assembleia da República n.º 52/2012 de 5 de setembro que consagra a Lei de Bases dos Cuidados Paliativos,

“1- A equipa comunitária de suporte em cuidados paliativos: a) Presta cuidados paliativos específicos a doentes que deles necessitam e apoio às suas famílias ou cuidadores, no domicílio, para os quais seja solicitada a sua atuação; b) Presta apoio e aconselhamento diferenciado, em cuidados paliativos, às unidades de cuidados de saúde primários, nomeadamente às unidades de cuidados na comunidade e às unidades e equipas da rede nacional de cuidados continuados e integrados; c) Assegura formação em cuidados paliativos dirigida às equipas de saúde familiar do centro de saúde e aos profissionais que prestam cuidados continuados domiciliários. 2 — A equipa comunitária de suporte em cuidados paliativos pode estar integrada numa unidade funcional de cuidados de saúde primários ou na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, dispondo de recursos específicos” (BASE XVIII).

Nas palavras de Pacheco (2014: 109) “o principal objetivo dos cuidados paliativos domiciliários é o de manter o doente junto dos seus familiares e amigos e no meio ambiente o mais tempo possível”. Os profissionais de ECSCP têm a função de apoiar o doente em todos os momentos de dependência, assim como no controlo sintomático e na antevisão de momentos urgentes. Neste caso, é fundamental que o doente e a família nutram segurança na equipa, o que ajudará na obtenção de uma postura de compreensão e apoio da ECSCP. Acrescenta ainda o autor que tais situações são facilitadoras para incitar o diálogo e a elucidação sobre as questões que surgem na prática de cuidar. Para além da prestação de cuidados, os profissionais devem promover a formação e apoio à família sobre a prática de cuidar do seu familiar. Efetivamente, a família do doente em fim de vida habitualmente não está habilitada para encarar a doença e a morte do seu familiar e neste momento carece de apoio nas transformações de rotina devido à

doença. De facto, tal como Pacheco (2014) argumenta, estas alterações passam por cuidados concretos quanto à alimentação, higiene, mobilizações, posicionamentos e essencialmente pela complexidade na aceitação da deterioração do estado de saúde do doente terminal, às quais se acresce o medo do momento da morte.

Estes tipos de cuidados apresentam vantagens, entre as quais a de facultar cuidados exclusivos num ambiente particular onde a pessoa em fim de vida pode ter acesso a todos os seus bens, e possibilita ainda aos familiares não só assistirem e serem parte dos cuidados, como podem promover o prosseguimento das atividades quotidianas do doente terminal (Pacheco, 2014). Porém, a permanência no domicílio pode acarretar questões negativas, tais como a persistente falta de cuidados do próprio doente e conduzir à génese de situações de transtorno da vida familiar. Pacheco (2014) retrata alguns dos acontecimentos a saber: a ocorrência de familiares que anteriormente trabalhavam fora de casa e neste contexto serem forçados a permanecer em casa; a modificação das horas das refeições, visto o doente não se nutrir só e necessitar de auxílio; alteração dos ciclos do sono, uma vez que o doente requer de cuidados noturnos, ou inclusive o momento da morte; outro aspeto será o doente sentir-se muito solitário quando não tem acompanhamento por parte da família ou quando a mesma se ausentar para o trabalho durante o dia; análogo a este caso num momento de urgência, torna-se penoso o controlo de certas sintomatologias que surgem e a necessidade de acesso imediato a cuidados de saúde (médicos e de enfermagem), o que representa um dos grandes medos da família.

Tendo em conta as vantagens e as desvantagens da prestação de cuidados paliativos no domicílio do doente, torna-se importante ter em conta o seguinte: o desejo do doente em permanecer em casa; a família pretender e ter possibilidade de cuidar; a realidade socioeconómica apropriada; e uma equipa que dê apoio ao doente e à família. Alguns autores como Kellehear (2008) e Sánchez-García *et al.* (2017) salientam as dificuldades sobre a tomada de decisão a esse nível, argumentando que os profissionais reconhecem que não incentivam a participação do doente, e declaram ainda que apesar da maioria das pessoas afirmarem que o seu desejo é morrer em casa (na sua casa), a realidade é que a maioria morre num hospital público ou noutra instituição de saúde, mesmo que seja uma unidade de cuidados paliativos. Não obstante esta realidade, as práticas de cuidar relacionadas com a tomada de decisão centrada no doente e na família podem ajudar os profissionais de saúde a partilhar o “controlo da morte” com o doente terminal e a sua família (Ranse, 2013).

2. Cuidados paliativos no domicílio um caminho possível até ao último dia

A prestação de cuidados paliativos é um modelo dinâmico e surge na atualidade como um campo privilegiado de trabalho para os profissionais de saúde, tanto a nível do setor público como nos domínios do privado (Lacerda *et al.*, 2006) e social. De acordo com Rodrigues (2011: 48) a “casa, família e poder local constituem entre si um triângulo de grande representatividade social, de tal forma que configuram e organizam a estrutura da sociedade local”. Em torno destes três núcleos definem-se “hierarquias, poderes, crenças, representações simbólicas e culturais e organizam-se classificações e reclassificações dos distintos atores e grupos sociais” (Rodrigues, 2011: 49). Não será em demasia salientar que a casa ou o espaço doméstico é vista como algo “sagrado”. É indubitável que a casa acolhe física e simbolicamente a família, ampara e protege dos perigos e temporais, como uma construção que opera como alicerce de uma identidade familiar, mantém uma analogia entre a identidade, a memória, o património e os símbolos familiares (Rodrigues, 2011).

Neste âmbito, para que seja possível manter o doente terminal no seu “santuário” até ao final dos seus dias, também irá necessitar da prestação de cuidados específicos sejam eles prestados pelos próprios familiares, pelos profissionais ou por ambos. Nas palavras de Dias (2015: 73) o cuidar trata-se de “uma ação, mas também uma disposição. Faz-se em direção a outrem, dependendo dela o bem-estar do recebedor dos cuidados que lhes são prestados”.

Em suma, a decisão de viver os últimos dias no domicílio numa nova lógica do cuidar da saúde paliativa, envolve essencialmente três grupos de atores, numa primeira fase da decisão da própria pessoa em final de vida e da família, seguindo-se depois a intervenção do grupo de profissionais envolvidos na prestação de cuidados paliativos. É na complexidade desta teia de relações que “dependendo dos contextos de consciência com que se deparam e do momento na trajetória de final de vida do doente, os profissionais de saúde constroem formas específicas de se envolverem com os doentes e as famílias, através de arranjos que permitem evitar tensões e ir ao encontro das expectativas e interesses de cada ator” (Feijão e Vicente, 2014: 251).

3. Os cuidados paliativos no domicílio na voz da ECSCP: resultados preliminares

Os resultados descritos neste ponto dizem respeito a 5 entrevistas de profundidade a 5 profissionais de uma ECSCP do Alentejo, realizados entre outubro de 2019 e fevereiro de 2020. Foi obtido um *corpus* de dados bastante extenso. Para efeitos de tratamento preliminar, retivemos cerca de 200 minutos de áudio, cujo recorte permitiram-nos identificar, interpretar e organizar os seguintes temas e sub-temas: a) Experiência de trabalho (CEET); b) Perceção das diferenças

MESTRE, Tatiana Filipa Silva e SILVA, Carlos Alberto da (2020), “Realidades do mundo do trabalho de uma equipa comunitária de suporte em cuidados paliativos e as suas implicações nos cuidados aos doentes em trajetórias de fim de vida”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXX, pp. 35-56

entre trabalho paliativo curativo ou preventivo (PDTPCP); c) Resolução de problemas no trabalho sobre o processo de final de vida (TPFVRPT); d) Tendências das condições de trabalho em cuidados paliativos (TCTCP); e) Sugestões e propostas de melhoria (SUG) identificados numa análise de conteúdo preliminar.

Submetido o *corpus* total das entrevistas da ECSCP ao tratamento com o *Iramuteq* (*software* de acesso livre), verificámos que o *corpus* apresenta as seguintes características formais: 74 textos; 521 segmentos de texto; 2300 formas distintas; 17616 ocorrências válidas; 1459 lemas; 957 formas ativas; 491 formas suplementares; frequência de formas ativas ≥ 3 é de 351; a média das formas por segmento é de 33,8; o número de *clusters* é de 4, sendo 397 textos possíveis de classificação em 521 (76,20%).

Numa primeira leitura do tratamento da informação recolhida, podemos salientar que obtivemos resultados que colocam a nu as dificuldades de gestão quotidiano do trabalho dos profissionais da equipa ECSCP, mormente na sua relação com os familiares dos doentes em cuidados paliativos domiciliários.

A ideia de tensões nas relações parece-nos evidente nos resultados da análise das coocorrências, tal como apresentamos na Figura 1, onde se destacam as palavras “doente”, “pessoa”, “família”, “dizer”, “equipa” e suas relações de similitude. Nesta figura, são evidentes as seguintes coocorrências: “doente-pessoa”; “doente-família”; “doente–trabalhar–equipa–paliativo–cuidado”; “doente-pessoa-falar-achar”; “doente-dizer-querer”. Neste âmbito e se atendermos à interpretação dos extratos das entrevistas relacionadas com as coocorrências, parece-nos que o *corpus* revela que predomina um espaço de necessidades de cuidar específico no contexto do doente terminal, onde a família protagoniza a maioria das ações como cuidadora, por manifesta impossibilidade em assegurar uma “permanente” presença de 24h de cuidados prestados por parte da equipa de cuidados paliativos.

A verdade é que a duração de cada “visita” pelos profissionais de ECSCP nunca é prolongada, e na maioria das ocasiões serve quer para ministrar cuidados diretos ao doente, quer para elucidar os familiares sobre as necessidades de cuidados específicos num ambiente hospitalar. Trata-se de situações que podem contribuir para a edificação de tensões e controvérsias entre os profissionais e os familiares, sobretudo, quando não compreendem o padrão de “entrada-reentrada” num hospital ou numa unidade de cuidados paliativos que modelam os padrões das trajetórias de fim de vida.

“esta semana numa intervenção de uma enfermeira que estava a explicar a uma doente a mais valia de ir para uma unidade de cuidados paliativos, ser internada e a senhora estava

MESTRE, Tatiana Filipa Silva e SILVA, Carlos Alberto da (2020), “Realidades do mundo do trabalho de uma equipa comunitária de suporte em cuidados paliativos e as suas implicações nos cuidados aos doentes em trajetórias de fim de vida”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXX, pp. 35-56

sendo também uma classe interpretável como “independente”, uma vez que as outras apresentam uma certa relação entre si.

Figura 2
Classificação Hierárquica Descendente dos dados preliminares das entrevistas da ECSCP

Classe 2		Classe 3		Classe 1		Classe 4	
29.72		23.68		25.44		21.16	
%	palavra	%	palavra	%	palavra	%	palavra
46.55	equipa	37.98	coisa	36.06	dizer	64.76	filho
29.90	intervenção	37.58	problema	30.06	perguntar	60.70	mãe
27.69	utente	33.68	família	22.30	querer	48.68	olhar
27.69	técnico	21.34	casa	20.88	ouvir	26.55	alimentar
25.94	médico	21.30	situação	20.49	acontecer	22.70	olho
25.60	cuidado	19.48	morte	17.85	validação	22.27	morrer
25.20	formação	16.32	gerir	16.58	sinal	21.54	vir
22.73	área	16.32	aproveitar	14.84	cancro	21.50	altura
20.67	enfermeiro	15.94	conseguir	13.65	costumar	18.87	fechar
19.97	trabalhar	15.79	momento	13.65	cura	18.87	dormir
19.30	gestor	15.06	relação	13.59	facto	18.87	tio
15.32	exemplo	15.06	medo	11.84	acabar	18.87	lado
14.70	unidade	14.91	apoio	11.84	mudar	18.87	ansiedade
14.70	serviço	14.90	cuidar	10.83	tentar	15.06	deixar
13.61	caso	13.02	apoiar	10.76	carro	15.06	tubo
13.05	expetativas	13.02	estrutura	10.76	medicação	15.06	pai
13.05	técnica	12.00	opinião	10.76	perder	15.06	fossar
12.32	existir	11.90	depende	10.76	comunicar	15.06	esposo
12.16	saúde	11.90	resolver	10.57	semana	14.67	cuidador
12.14	reunião	9.74	piorar	10.40	forma	14.12	agónica
11.97	desafio	9.74	condicionar	8.86	esperança	12.65	fase
10.69	visita	9.74	mito	8.86	resposta	11.26	cortina
10.18	diferença	9.74	encarar	8.85	perceber	11.26	percurso
9.55	usar	8.89	urgência	7.95	sintoma	10.51	ver
9.55	recurso	8.73	passar	7.94	melhorar	10.51	noite
9.55	assistente	8.22	maneira	7.69	explicar	9.57	ficar
9.55	organização	7.55	pessoa	7.16	doença	8.61	hospital

Fonte: ETIC - ECSCP – CHD Output Iramuteq.

A classe 2 é constituída por 118 UCE (unidades de contexto elementar) de 397, o que corresponde a 29,72 % do *corpus*. Esta classe pode ser interpretada como a lógica do trabalho da ECSCP. Destacam-se nesta classe 2, as seguintes palavras: “equipa”, “intervenção”, “utente”, “técnico”. Revelamos nesta classe que, segundo os entrevistados, o foco do trabalho em Cuidados

Paliativos está maioritariamente delineado nas capacidades de “intervenção” da “equipa” técnica sobre o “utente” ($p < 0,05$; *e_02; *e_03; *e_04; *PDTPCP_1; *TPFVCTTPCETR_1; *idad_1; *CEET_2; *CE_2; *TPFVCT_3), nomeadamente quando o doente terminal esteja numa situação de trajetória de morte rápida esperada, da trajetória de morte demorada esperada, da trajetória da sentença de morte suspensa (Glaser e Strauss, 1965; Feijão e Vicente, 2014). Os seguintes extratos das entrevistas relevam as principais formas lexicais presentes na classe 2, que clarificam o foco da intervenção da ECSCP na “gestão” das trajetórias de morte do doente.

“geralmente nós fazemos **reuniões de equipa** e depois nas **reuniões** são **discutidos** os **casos**. Cada **utente** tem um **gestor** de **caso** e depois é repartido o **serviço**”, E4, (score: 138.19)
“participo, nós como **equipa discutimos casos**. A partir do momento em que temos pedidos de **intervenção** e **trabalhamos** sempre as **expetativas**, no **fundo** de cada doente e das famílias”, E3, (score: 131.25)

“**trabalhando** nesta **área** e numa **área** que ainda está pouco divulgada, que os **técnicos** envolvidos na **saúde** muitas vezes não estão sensibilizados, porque se começássemos a **aplicar ações** paliativas ou **intervencões** paliativas desde o início do diagnóstico”, E3, (score: 130.01)

“dentro da **equipa** nós **trabalhamos** muito como pares, entre iguais, não há muito aquela **diferença** de é o **médico**, é o **enfermeiro**, **trabalhamos** em **equipa**”, E2, (score: 123.31)

“foi uma **área** que sempre me interessou muito e pela qual fiz várias **formações** desde a fase inicial várias **formações** básicas”, E1, (score: 114.18)

“o que é que se espera, as **expetativas** e depois consoante a situação vai evoluindo ou não, também falamos. E também **discutimos** em **equipa** por **exemplo** a situação daquele **utente** está a agravar, está a descender, está a caminhar para o fim”, E2, (score: 106.81)

A classe 4 é constituída por 84 UCE de 397, o que corresponde a 21,16 % do *corpus*. As palavras principais desta classe são: “filho”, “mãe”, “olhar”, “alimentar”. Da interpretação deste agrupamento lexical, parece-nos que realça um conjunto controvérsias comunicativas entre os familiares e o doente nos últimos momentos de vida ($p < 0,05$; *e_01; *idad_2; *TPFVCT_1; *TPFVCTT_1; *TPFVCTTP_1; *CEET_1). Exemplificamos como principais formas lexicais presentes na classe 4 os constantes nos seguintes extratos de entrevistas.

“e **virei** me para a **filha cuidadora** que estava ao meu **lado** direito e disse lhe dona x já **olhou** para a sua **mãe**, assim numa voz calma, já **olhou** para a sua **mãe**”, E1, (score: 229.22)

“a certa **altura** já não tinha bem a noção de estar em casa ou de estar fora então a família os **filhos** queriam que ele **fosse** para fora para **proteger** a senhora a **esposa** do doente”, E5, (score: 120,13)

“há muitos que dizem eu não posso **ficar** em casa porque não tenho ninguém que **cuide** de mim, aqui outros dizem eu até gostava de **ficar** aqui, mas os meus **filhos** não podem **vir ... deixar** o trabalho para **ficar** aqui comigo”, E1, (score: 102,08)

“o meu **pai** está a lutar contra a morte, ele não quer **morrer**, mas ele não come, não quer **dormir** esteve quarenta horas sem **dormir** uma hora, um minuto, nada, não **fechava** os **olhos**”, E1, (score: 97,77)

A classe 3 é constituída por 94 UCE de 397, o que corresponde a 23,68 % do *corpus*. A classe é maioritariamente representada pela ideia de trabalho sobre o processo de final de vida e as considerações éticas. Observamos que as palavras mais marcantes foram: “coisa”, “problema”, “família”, “casa”. Revela-se nesta classe que segundo os entrevistados o foco está maioritariamente no problema da “família” e “cuidar” no processo de final de vida ($p < 0,05$; *e_03; *idad_5; *TPFV_1; *TPFVCTTPCE_1). Apresentamos em seguida as principais formas lexicais presentes na classe 3, onde relevam as situações controversas nos contextos de trajetória da sentença de morte suspensa e de trajetória de morte demorada esperada.

“**situação a situação**, eles **conseguem** ir percebendo que vão sendo capaz de **gerir** os **problemas** que vão surgindo e isso vais lhe dar força e acreditar que vão **conseguir cuidar** até ao fim”, E1, (score: 144,02)

“tomara nós que só tivéssemos **problemas** sintomáticos porque isso é um medicamento ou dois ou três e isso **resolvesse** em pouco **tempo**. Todos os outros **problemas** que **condicionam** todas as **famílias** são muito mais complexos de **gerir**”, E1, (score: 116,13)

“o doente quer ficar, **passar** os últimos **momentos** em **casa**, no seu ambiente, com a **família** e a **família** tem **medo** do **momento** da **morte**, tem **medo** de ficar e depois associar o **momento** trágico e traumatizante ficar associado ao local”, E5, (score: 114,08)

“**pedem** uma **coisa** extraordinária para o almoço e as **famílias** fazem e depois não **conseguem** comer nada e isto magoa muito quem está a **cuidar**”, E1, (score: 104,84)

“há **coisas** que... são muito... são **vividas** ... são muito do **momento** e que **depende** muito da **relação** que se ganha com as **pessoas** e, portanto, nós semanalmente **falamos** dos casos, **passamos** estes pormenores que **falamos** aqui”, E1, (score: 104,34)

“se o cuidador nos disser que não tem depois disto ser tudo muito desmistificado e trabalhado disser que não tem **estrutura** psicológica para **vivenciar** esse **momento** o que depois não **conseguiu** ficar em **casa** e **continuar** a **viver** lá depois da **morte** do seu familiar”, E2, (score: 97,42)

A classe 1 é constituída por 101 UCE de 397, o que corresponde a 25,44 % do *corpus*. A classe pode ser interpretada como a teia e os interstícios da comunicação da ECSCP com os doentes e suas famílias. Observamos que as palavras mais marcantes são as seguintes: “dizer”, “perguntar”, “querer”, “ouvir”, “acontecer”, “validação”. Revela-se nesta classe que, segundo os entrevistados, o foco está igualmente situado nos dilemas e problemas da “família” na procura de melhores formas de “cuidar” no processo de final de vida ($p < 0,05$; *e_02; *e_05; *idad_1; *TPFVCT_2; *TPFVCTT_1; *TPFVCT_1). Os extratos seguintes ilustram as principais formas lexicais desta classe.

“a minha **forma** de **comunicar** é muito por dar ao outro aquilo que ele **quer** saber. **Tento** **perguntar** o que é que sabe, como é que sabe, o que é que lhe **disseram**, porque que lhe **disseram** isso”, E1, (score: 120,41)

“a **validação** com a família, com os doentes, **explicar** tudo para que ele **perceba**, **tentar** lhe **explicar** que tudo tem consequências, todas as nossas ações. Aquilo que

MESTRE, Tatiana Filipa Silva e SILVA, Carlos Alberto da (2020), “Realidades do mundo do trabalho de uma equipa comunitária de suporte em cuidados paliativos e as suas implicações nos cuidados aos doentes em trajetórias de fim de vida”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXX, pp. 35-56

nós vamos fazer pode influenciar positivamente ou negativamente a situação de saúde”, E1, (score: 107,98)

“**perguntar** lhe no caso de ser um emagrecimento muito evidente que sabem que estão mais magros. O que é que acham que esse emagrecimento significa, o que é que isso **quer dizer**”, E2, (score: 102,01)

4. Os resultados e as suas implicações

A análise dos dados preliminares permitiu-nos relevar as expectativas e as incertezas dos atores entrevistados, assim como alcançar uma certa inteligibilidade sobre a natureza do trabalho em contexto paliativo curativo versus preventivo, compreender as estratégias adotadas pelos profissionais para a resolução de problemas no trabalho sobre o processo de final de vida e registar algumas sugestões e propostas de melhoria das práticas do cuidar em cuidados paliativos.

4.1. Perceção das diferenças entre trabalho paliativo curativo ou preventivo

Como sublinhámos na descrição da classe 2 da CHD, a transição do cuidado curativo para o conforto e a promoção da qualidade cuidados no final da vida podem ser facilitadas pela criação do suporte emocional, pelas crenças, valores e por fatores que influenciam a coordenação da prestação de cuidados (Ranse, 2013). Apesar das verbalizações de alguns entrevistados estarem em linha com as perspetivas de Ranse (2013), outros entrevistados afirmam que o propósito dos cuidados paliativos necessita de ser mais valorado na praxis, na sua dimensão de fomento do conforto e de minimização do sofrimento.

Ainda que o foco da praxis dos profissionais de uma ECSCP tenha um perfil de natureza não curativa, os mesmos têm a plena consciência de que a morte continua a ser algo inevitável nos doentes terminais.

4.2. Experiência de trabalho sobre o processo de final de vida

Parafraseando Goffman (1991), o quadro social da experiência de trabalho sobre o processo de final de vida estrutura a forma como os profissionais de saúde definem e interpretam as situações do cuidar em cuidados paliativos. Importa salientar que Mancilla, et al. (2018) ao comparar as perceções de médicos e enfermeiros sobre a prática profissional, obstáculos percebidos e dilemas éticos nos cuidados de final de vida nos centros de saúde, hospitais e lares de idosos, mostraram que os profissionais dos lares eram mais velhos e tinham mais experiência profissional do que os de centro de saúde e hospitais. Salientam os autores que os profissionais com maior experiência são aqueles que apresentam certos dispositivos cognitivos e práticos

MESTRE, Tatiana Filipa Silva e SILVA, Carlos Alberto da (2020), “Realidades do mundo do trabalho de uma equipa comunitária de suporte em cuidados paliativos e as suas implicações nos cuidados aos doentes em trajetórias de fim de vida”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXX, pp. 35-56

específicos que lhes permitam classificar a instituição, a vida social e a organização da experiência social da sua prática profissional melhor que a dos outros profissionais na estrutura e processos de cuidado, nomeadamente no que se referem aos aspetos físicos, psicológicos, sociais, espirituais, culturais e do cuidado propriamente dito.

De salientar que a experiência formativa e profissional dos profissionais de saúde nas práticas do cuidar no processo de final de vida pode ocorrer “desde sempre”, ou seja, a partir dum primeiro contato com a área dos cuidados paliativos, como podemos verificar no testemunho do E5 e assinalados na classe 2 da CHD *“não sei exatamente há quantos anos porque também trabalhei numa outra equipa da ECCI, não na que (...) existe agora, mas numa anterior, em que a grande maioria dos utentes eram todos de cuidados paliativos”*.

Outros autores como Costa et al. (2016) realizaram um estudo exploratório, descritivo e qualitativo com o objetivo de conhecer a experiência dos alunos de medicina e enfermagem no atendimento a doentes de cuidados paliativos, ao identificar as dificuldades e aspetos organizadores para esses cuidados. Os autores salientaram 5 temas que mais influenciam a experiência a saber: “mudança na percepção sobre cuidados paliativos; identificação com o paciente e a família; processo de racionalização e sensibilização; formação em cuidados paliativos; e aprendizado com a prática e trabalho em equipe multidisciplinar” (Costa et al. 2016: 1041). Esta investigação desoculta a relevância das atividades práticas durante a aprendizagem, a valorização do trabalho multidisciplinar, o sofrimento devido ao processo de autoidentificação com o doente, e o ciclo de empatia e distanciamento decorrente da maturidade emocional. É ainda de acrescentar que os autores que seguimos, salientam a falta de formação como um elemento que influencia as atitudes e os comportamentos sobre a morte e o modo de encarar emocional e atitudinalmente o cuidado no final da vida.

Em suma, ao confrontar os nossos resultados preliminares com outros estudos, podemos salientar que o presente estudo de uma ECSCP releva que a experiência de trabalho sobre o processo de final de vida é um facto primordial e influenciador da sedimentação de boas práticas dos profissionais em cuidados paliativos.

4.3. Comunicação e Tradução

A comunicação e a tradução foram igualmente questões presentes nos testemunhos dos profissionais da ECSCP, como foi possível verificar nos extratos de entrevistas e nos agrupamentos de palavras presentes na classe 2, na classe 4 e na classe 1.

No testemunho do E1 presente na classe 1 verificamos a importância da “boa comunicação e tradução” ao referir *“faço muitas vezes comunicação de ou validação de más*

notícias quando as pessoas não percebem ou não ouvirem muito bem ou têm dúvidas naquilo que ouvirem ou perguntam e ... normalmente acontece com muita frequência, termos que validar”. De relevar que Girbau *et al.* (2017) concluíram no seu estudo que através dos registos clínicos é possível proceder à avaliação da qualidade dos cuidados de final de vida, identificando áreas que necessitam de melhorias. Os autores identificaram a importância da comunicação com as famílias, salientando que tal item foi expresso por 98% dos participantes, a par do item da capacidade de tomada de decisão dos pacientes terminais (96%). O que é referido pela E2 é igualmente esclarecedor: “*as famílias têm mais medo de não ser capaz de cuidar e de vivenciar o sofrimento e a degradação do doente do que propriamente mesmo da morte e depois nós preparamos muito bem as famílias e temos o telemóvel ... sabem que podem contar connosco se houver uma agudização se piorar”*.”

Também na pesquisa bibliográfica realizada verifica-se que a comunicação e a tradução têm um papel essencial. Por exemplo, vários autores salientaram a importância do seguinte: “assumir papel de cuidador, permitir que o fim da vida na fase terminal aconteça em casa/perto da família e o processo de cuidar, assim como o conhecimento, a comunicação e a relação quanto à conduta do enfermeiro” (Pazes *et al.* 2014: 95). As autoras não só concluíram que as equipas específicas são indispensáveis, tal como é relevante que os profissionais possuam a necessária formação e as competências básicas em cuidados paliativos.

Gaspar *et al.* (2014) revelam igualmente que a comunicação entre doente-médico é essencial para o processo de fim de vida, ao avaliar a comunicação e os cuidados, na prática dos pneumologistas portugueses. Dos resultados obtidos, os autores afirmam que os fatores influenciadores da comunicação foram os seguintes: a sensação de que os pacientes não estavam preparados para a discussão do fim da sua vida (70,0%), referindo o medo de tirar a esperança de um doente (58,0%) e a falta de formação (51,0%). De encontro a estes resultados estão também as verbalizações do E5 registadas na classe 1: “*sim normalmente tentamos portanto dizer que sinais e sintomas é que ele poderá vir a ter e para estarem alerta ou para não se preocuparem se acontecer isto ou aquilo ou para nos contactarem se acontecer ou se encontrarem outra situação outro sintoma”*.”

Miranda *et al.* (2016) estudaram os principais fatores que influenciam a sobrevivência dos doentes terminais em domicílio, encaminhados para a equipa de apoio domiciliário de cuidados paliativos. Para os autores, melhorar a saúde e a qualidade de vida passa por práticas mais personalizadas e integrais no fim da vida, explorando ou fomentando melhor comunicação com os doentes, bem como a sua participação na tomada de decisões.

No presente estudo da ECSCP também se verifica através das palavras do E1 assinaladas na classe 3, ao revelar que por vezes as dificuldades na comunicação não surgem somente entre

os doentes e família. Ao descultar que *“muitas vezes não conseguimos encontrar as pessoas por problemas de comunicação quando queremos passar uma informação ou questionar alguma coisa em relação a um doente e porque temos métodos de intervenção diferentes e isto tudo são obstáculos à comunicação”*. Em suma, através dos vários estudos consultados e dos testemunhos dos entrevistados da ECSCP compreendemos que por vezes as dificuldades na comunicação não advêm nem dependem da família e do doente, mas da estratégia ou das formas de comunicação entre a equipa, ou seja, dos próprios profissionais.

4.4. Resolução de problemas no trabalho sobre o processo de final de vida

São vários os problemas no trabalho sobre o processo de final de vida que podemos verificar através dos testemunhos da equipa de ECSCP. Entre eles podemos elencar a perceção das diferenças entre trabalho paliativo curativo ou preventivo, a experiência de trabalho sobre o processo de final de vida, a comunicação e tradução. Contudo subsistem ainda outras dificuldades que surgem na relação entre a equipa.

De acordo com Ferreira (2018), embora a equipa de ECSCP veja a família como um mediador na prestação de cuidados, é de relevar a carência da simultaneidade de vários apoios estruturais, como é expresso nas palavras da classe 3. Olhemos para as verbalizações do E1 ao referir *“outra coisa que nos condiciona muito o trabalho e que as famílias também veem como uma preocupação e nós também é os apoios domiciliários das instituições das IPSS que nós estamos a fazer um trabalho importante com aquelas famílias a dizer que consegue cuidar em casa”*. Esta situação causa transtorno devido à *“falta de apoio é e falta de estruturas da comunidade que apoiem os cuidadores depois com maior problema agora também começa a ser minimizado que é quando recorriam a um serviço de urgência por uma situação aguda ou por uma situação que eles achavam que era de recorrer”*. Na verdade, esta situação resulta das *“famílias para além do cuidar e da dificuldade que é cuidar é o cuidar vinte e quatro horas porque uma coisa é nós trabalharmos oito horas e virmos para outro espaço para outro sítio”*. Também na classe 4, as verbalizações de E1 ilustram que o quanto este cuidado deve ser arquitetado, *“mas precisamos sempre de um cuidador vinte e quatro horas ou de um ou de vários e pronto depois as pessoas com esta informação começam a reorganizar se no sentido de ou contratam alguém para ficar lá umas horas ou revezam se entre os filhos”*.

Contudo apesar de a família ter um papel fundamental no processo, por vezes a aceitação do fim do doente terminal torna-se uma situação complexa, tal como é retratado na Classe 1, onde registamos este segmento de texto: *“há doentes que nem querem ouvir falar na doença e que nos*

fazem logo sinal que é para não dizer absolutamente nada”, E4. Ainda na classe 4, salientam-se verbalizações que relevam a ideia de que “a conspiração do silêncio foi durante muito tempo o problema maior nestas situações na minha opinião também porque pode não ser unanime em relação ao resto da equipa mas para mim cada vez menos se coloca ou se vê ou se sente esta conspiração do silêncio”, E1.

As dificuldades e os fatores favoráveis vivenciados pelos profissionais e relacionados com o cuidar no final da vida são outros aspetos reportados pelos entrevistados. A verdade é que esta situação é igualmente reportada no estudo de Sánchez-García et al. (2017). Os autores argumentam que os profissionais inquiridos identificaram como principais dificuldades o seguinte: a comunicação com as famílias relacionadas com sentimentos de culpa; a compreensão do declínio e a aproximação da morte. No nosso estudo, foram várias as declarações capturadas na classe 4 relativas a esse tema, sendo de salientar as verbalizações do E1: “*a mãe estava revoltada e revoltava se com o marido que era o principal cuidador e depois com a filha e houve uma altura que nós tivemos a necessidade de colocar uma perfusão um dip*”. Nestes casos, verificam-se os sentimentos de falta, ou melhor de incompreensão e apreensão por parte dos familiares. O seguinte extrato é elucidador: “*pronto quando eu lhe disse olhe para a mãe com os olhos que olhou para o tio ela olhou para além daquilo que ela queria ver foi só assim (...) E a senhora olhou para mim e disse a minha mãe esta a morrer chora e eu disse exatamente ... possivelmente a sua mãe tem dias e horas de vida e ela disse me ... sim*”, E1. Argumenta ainda o entrevistado que “*a perspetiva dela era outra, ela queria olhar para a mãe e ver que ela ia melhorar e que afins*”, E1.

Um outro momento bastante complexo para a família diz respeito à alimentação até ao momento final da vida. Pacheco (2014) reflete sobre este facto ao apresentar algumas perspetivas divergentes de vários especialistas, argumentando a alimentação depende do que julgam ser o benefício e/ou malefício para o doente terminal. Pudemos verificar que “*houve uma família que também me pediu queria porque queria que a mãe se alimentasse porque sim porque tinha que ser não podia morrer à fome as questões de sempre (...) em histerismo porque achavam que tínhamos que por tubo para alimentar tubo para algaliar tubo para tudo e tínhamos duas filhas sem saber muito bem o que é que haviam de fazer com sessenta e muitos anos a idosa com noventa e muitos isto num lar (...) e ela virou se para a sobrinha e disse não vamos fazer nada se a mãe está a morrer não há tubo nenhum que lhe vá dar vida*”, E1.

Presente na classe 3, encontram-se segmentos de texto relacionados com o factor medo do momento da morte do familiar, situação também relatada por Sánchez-García et al. (2017) no seu estudo. Segundo o entrevistado E5, percebemos que “*às vezes é preciso gerir as coisas para*

*tudo correr bem pois muitas vezes depende ou tentamos muitas vezes retirar o **medo** ou os receios da **família** perante aquela situação (...) acho que é porque uma das coisas que as pessoas têm muito **medo** é da **morte** principalmente na **família** encontramos muitas que têm medo do momento da **morte** como uma coisa assustadora”.*

Estes e outros extratos similares que recolhemos no *corpus* das entrevistas, ilustram que, apesar das famílias saberem que o doente terminal tem uma trajetória de morte esperada, o que mais desejam é que o seu familiar não tenha uma trajetória de morte súbita, sobretudo num quadro clínico de sofrimento.

Sánchez-García et al. (2017) destacam ainda no seu estudo a falta de coordenação com os restantes profissionais, relacionando particularmente tal facto com a falta de compreensão das carências dos doentes. Na verdade, este facto relaciona-se sobretudo com a falta de capacitação e recursos materiais e humanos, tal como mencionam Sánchez-García et al. (2017) e Ferreira (2018). Este tema sobre a relativa carência de recursos humanos também se encontra bem presente na Classe 2, tal como pudemos verificar nas verbalizações de E2 que diz o seguinte: “*nós tentamos **trabalhar** com **gestores** de **caso** só que uma vez que só **existe** uma **enfermeira** que está trinta e cinco **horas** na **equipa**”.* Ainda sobre a parte social da equipa “*temos uma **assistente** social temos **horas** de uma **assistente** social na **equipa** são sete **horas**”, E2. Na declaração da mesma, é ainda salientado que “*eu só chego junto dos **utentes** e dos familiares quando a **equipa** me **referencia** geralmente é a **equipa** medica e de **enfermagem** que toma conta da ocorrência depois eu geralmente vou só naqueles **casos** que efetivamente justificam a minha **intervenção**”, E4.**

Em suma, verificamos uma certa carência de profissionais tanto da área social como da área da saúde, porém alguns profissionais argumentam o seguinte: “*eu por **exemplo** não estou trinta e cinco horas, portanto há **visitas** dos quais eu sou **gestora** de **caso** mas vai ter que ser a minha **colega** a ir por causa da minha não disponibilidade por não estar a tempo inteiro na **equipa**”, E2. De facto, Ferreira (2018) argumenta que o fator tempo é também bastante mencionado pelos profissionais, sendo decisivo para o aperfeiçoamento das práticas de cuidar numa ECSCP, visto que não sendo de 24/24horas por dia o acompanhamento, e dado que o estado de um doente terminal poder alterar-se velozmente, torna-se necessário antecipar as situações com uma planificação adequada para que o familiar/cuidador não seja surpreendido com a morte súbita ou que venha a gerar um sentimento de desconfiança e de insegurança no acompanhamento domiciliário nas situações de trajetória da sentença de morte suspensa.*

Considerações finais

Os resultados preliminares do projeto ETIC descritos anteriormente, embora delimitados na exploração de uma ECSCP do Alentejo, revelam algumas dimensões multifacetadas e complexas das trajetórias de fim de vida e as suas implicações no mundo do trabalho dos profissionais em equipas comunitárias nos cuidados paliativos. Em termos estritos, estes resultados permitiram-nos identificar várias áreas temáticas chave que são transversais ao mundo do trabalho em cuidados paliativos, tais como: a perceção das diferenças entre o trabalho paliativo, curativo e preventivo; a experiência de trabalho sobre o processo de fim de vida; a comunicação e a tradução; a resolução de problemas no trabalho sobre o processo de fim de vida.

De salientar que os resultados preliminares sugerem que os doentes/pacientes terminais, os seus familiares e os membros das equipas de saúde possuem experiências diferentes em relação à doença, à organização do cuidado e as trajetórias de fim de vida de que são quotidianamente confrontados nos diversos momentos a partir da definição do doente como terminal. É igualmente de notar que os problemas que surgem mais associados ao trabalho dos profissionais de ECSCP incluem-se a falta de suporte das famílias, situação que dificulta a permanência no domicílio do doente terminal. Um outro aspeto fundamental reside na dificuldade em falar sobre o fim de vida do familiar, assim como a falta de recursos humanos e materiais da equipa, aspetos que se refletem sobretudo na “falta de tempo” quando “não há tempo”.

Podemos assim destacar que as dinâmicas do mundo do trabalho em cuidados paliativos são influenciadas pelas relações com os atores chave do processo de fim de vida, ou seja, com o “doente” e a “família”. Como Lacerda *et al.* (2006: 94) indicam “os maiores beneficiados da atenção domiciliar (...) serão os clientes e seus familiares, porque o cuidado passará a ser individualizado, humanizado, distante dos riscos iatrogénicos, pertinentes ao contexto hospitalar e (...) contará com a participação do principal cuidador: o familiar ou o significativo”.

Subjaz igualmente nos resultados do estudo a presença de certas tensões a nível da comunicação entre os profissionais da ECSCP e os doentes e famílias, mormente nos aspetos referentes à condição de saúde, razão pela qual os próprios profissionais sugerem a relevância da necessidade de personalizar a transmissão deste tipo de informação aos doentes em cuidados paliativos e às respetivas famílias.

Em suma, se não há dúvida de que a procura de conforto dos doentes terminais e a minimização do sofrimento das suas famílias representam os focos primordiais do agir dos profissionais da ECSCP, são as trajetórias de fim de vida dos doentes terminais que mais marcam a realidade da prática no mundo do trabalho de uma ECSCP. À luz dos resultados do estudo

MESTRE, Tatiana Filipa Silva e SILVA, Carlos Alberto da (2020), “Realidades do mundo do trabalho de uma equipa comunitária de suporte em cuidados paliativos e as suas implicações nos cuidados aos doentes em trajetórias de fim de vida”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXX, pp. 35-56

podemos afirmar que, parafraseando Glaser e Strauss (citado por Feijão e Vicente, 2014: 251), são as situações da trajetória de morte súbita, da trajetória de morte rápida esperada, da trajetória de morte demorada esperada, da trajetória da sentença de morte suspensa, e da trajetória de padrão de entrada-reentrada que mais influenciam o mundo do trabalho das ECSCP.

Referências

- AMMANN, Eva; RAUBER, Gabriela; GROSS, Corina, (2019), “Doing death the Mediterranean way: end-of-life in a segregated nursing home”, *Mortality*, 24(3), pp. 271-289
- COSTA, Álvaro; POLES, Kátia; SILVA, Alexandre (2016), “Formação em cuidados paliativos: experiência de alunos de medicina e enfermagem”, *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 20(59), pp. 1041-1052.
- DIAS, Isabel (2015), *Violência na Família: Uma abordagem Sociológica*, Porto, Edições Afrontamento.
- EXLEY, Catherine (2004), “The sociology of dying, death and bereavement”, *Sociology of Health and Illness*, 26(1), pp. 110-122.
- FEIJÃO, João; VICENTE, Inês (2014), “Do Conforto à Boa Morte: Quotidianos de Trabalho e a Arte de Cuidar em Saúde Paliativa”, in Maria Inês Martins, Ana Marques, Nilson Costa e Alice Matos (org.), *Trabalho em Saúde, Desigualdades e Políticas Públicas*. Braga, Universidade do Minho, pp. 249-258.
- FERREIRA, Janete (2018), *Cuidar do doente paliativo e família na comunidade: estudo qualitativo das experiências de profissionais de cuidados de saúde primários e da equipa comunitária de suporte em cuidados paliativos*, Tese de Mestrado em Cuidados Continuados e Paliativos, Coimbra, Faculdade de Medicina de Coimbra da Universidade de Coimbra.
- GASPAR, Carina et al. (2014), “End-of-life care in COPD: a survey carried out with Portuguese pulmonologists”, *Revista Portuguesa de Pneumologia*, 20(3), pp. 123-130.
- GIRBAU, Maria; MONEDERO, Pablo; CENTENO, Carlos (2017), “El buen cuidado de pacientes que fallecen en unidades de cuidados intensivos en España. Un estudio basado en indicadores internacionales de calidad asistencial”, *Anales del Sistema Sanitario de Navarra*, 40(3), pp. 339-349.
- GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm (1965), *Awareness of Dying*, Chicago, Aldine.
- GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm (2007), *Time for dying*, New Jersey: Aldine Transaction.
- GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm (2009), *Awareness of dying*, New Jersey: Aldine Transaction
- GOFFMAN, Erving (1991), *Les cadres de l'expérience*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- HORSFALL, Debbie; NOONAN, Kerrie; LEONARD, Rosemary, (2012), Bringing our dying home: How caring for someone at end of life builds social capital and develops compassionate communities, *Health Sociology Review*, 21(4), pp. 373-382
- JAMES, Nicky; FIELD, David (1992), “The routinization of hospice: charisma and bureaucratization”, *Social Sciences and Medicine*, 34(12), pp. 1363–1375.
- KELLEHEAR, Allan (2008), “Dying as a social relationship: A sociological review of debates on the determination of death”, *Social Science & Medicine*, 66(7), pp. 1533-1544.

- MESTRE, Tatiana Filipa Silva e SILVA, Carlos Alberto da (2020), “Realidades do mundo do trabalho de uma equipa comunitária de suporte em cuidados paliativos e as suas implicações nos cuidados aos doentes em trajetórias de fim de vida”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXX, pp. 35-56
- LACERDA, Maria; GIACOMOZZI, Clélia; OLINISKI, Samantha; TRUPPEL, Thiago (2006), “Atenção à saúde no domicílio: modalidades que fundamentam sua prática”, *Saúde e sociedade*, 15, pp. 88-95.
- Lei da Assembleia da República n.º 52/2012 de 5 de setembro, Lei de Bases dos Cuidados Paliativos, (BASE XVIII). [Consultado a 15.07.2019]. Disponível em: <<https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2016/09/Lei-n-52-2012-%E2%80%93-Assembleia-da-Rep%C3%ABlica-%E2%80%93-Lei-de-Bases-dos-Cuidados-Paliativos.pdf>>
- LOUREIRO, Natália; AMADO, João; FRAGOSO, Rosa (2014), "Cuidados Paliativos: Identificação de necessidades em doentes de medicina Interna", *Revista Cuidados Paliativos*, 1(2), pp. 62 – 73.
- MANCILLA, Plácido et al. (2018), “Percepciones de los profesionales sobre la atención prestada, obstáculos y dilemas éticos relacionados con el final de la vida en hospitales, centros de Atención Primaria y residencias de ancianos”, *Anales del Sistema Sanitario de Navarra*, 41(1), pp. 35-46.
- MARTINS, Alexandre (2015), “Chapter one- Building Paths towards death: sociological portraits of discord in family relations of the elderly in palliative care”, in José Resende e Alexandre Martins (org.), *The Making of the Common in Social Relations*, Cambridge Scholars Publishing, Reino Unido.
- MARTINS, Alexandre (2018), “Chapter one- The delicate composition of commonality in palliative care: between critical moments and invested forms”, in José Resende, Alexandre Martins, Marc Breviglieri, e Catarina Delaunay (org.), *Challenges of communication in a contexto of crisis – Troubles, Missunderstadings and Discords*, Cambridge Scholars Publishing, Reino Unido.
- MIRANDA, Daniel et al. (2016), “HOLD study (Home care Obstructive Lung Disease): natural history of patients with advanced COPD”, *BMC palliative care*, 15(35), pp. 1-9.
- PACHECO, Susana (2014), *Cuidar a pessoa em fase terminal: perspectiva ética*, Loures, Lusodidacta.
- PAZES, Maria; NUNES, Lucília; BARBOSA, António (2014), “Fatores que influenciam a vivência da fase terminal e de luto: perspetiva do cuidador principal”, *Revista de Enfermagem Referência*, Série IV(3), pp. 95-104.
- RANSE, Kristen (2013). *End-of-life care in the critical care setting: nurses' practices and factors affecting these practices*. Doctoral dissertation in Philosophy, School of Nursing and Midwifery, Institute of Health and Biomedical Innovation, Queensland University of Technology.
- REINERT, Max (1993), “Les «mondes lexicaux» et leur «logique» à travers l'analyse statistique d'un corpus de récits de cauchemars”, *Langage et société*, 66, pp. 5-39.
- RESENDE, José; VICENTE, Inês, (2018), “Nos corredores de fim de vida: trajetórias, contextos e modos de envolvimento na ação na prestação de cuidados paliativos”, *Atas do X Congresso Português de Sociologia: Na era da “pós-verdade”?* *Esfera pública, cidadania e qualidade da democracia no Portugal contemporâneo*, realizado em Covilhã, 10 a 12 de julho de 2018. Comunicação XAPS41421.
- RODRIGUES, Fernando (2011), *Antropologia do Espaço Doméstico. Estudo de caso*, Porto: Edições Afrontamento.
- SÁNCHEZ-GARCÍA, María et al. (2017), “Dificultades y factores favorables para la atención al final de la vida en residencias de ancianos: un estudio con grupos focales”, *Atención Primaria*, 49(5), pp. 278-285.

MESTRE, Tatiana Filipa Silva e SILVA, Carlos Alberto da (2020), “Realidades do mundo do trabalho de uma equipa comunitária de suporte em cuidados paliativos e as suas implicações nos cuidados aos doentes em trajetórias de fim de vida”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXX, pp. 35-56

SILVA, Carlos (2019), *Toolkit de tratamento de dados não numéricos em ciências sociais com software de livre acesso*, Faro, Sílabas & Desafios.

STRAUSS, Anselm (1970), *Anguish: the Case History of a Dying Trajectory*, San Francisco, California Sociology Press.

TIMMERMANS, Stefan (2005), “Death brokering: constructing culturally appropriate deaths”, *Sociology of health & illness*, 27(7), pp. 993-1013.

Carlos Alberto da Silva (autor para correspondência). Doutorado e Agregado em Sociologia, Professor Catedrático do Departamento de Sociologia da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora, Investigador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade de Évora – CICS.NOVA.UÉvora. Membro da equipa do projeto ETIC – FCT. Largo dos Colegiais 2, 7002-554 Évora, Portugal. Email: casilva@uevora.pt

Tatiana Filipa Silva Mestre. Doutorada em Sociologia, Investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade de Évora – CICS.NOVA.UÉvora, Bolseira de Investigação do projeto ETIC - FCT. Largo dos Colegiais 2, 7002-554 Évora, Portugal. Email: tfsm@uevora.pt

Observação: O presente artigo foi elaborado no âmbito do projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), intitulado ETIC (*End-of-Life Trajectories In Care*) – *Managing end-of-life trajectories in palliative care: a study on the work of healthcare professionals* / ETIC - Gerindo trajetórias de final de vida em cuidados paliativos: um estudo sobre o trabalho dos profissionais de saúde (PTDC/SOC-SOC/30092/2017).

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Artigo recebido em 10 de setembro de 2020. Aprovado para publicação em 29 de novembro de 2020.

Trabalho com significado e sentido de vida: um estudo com líderes empresariais

Andreia Magalhães
FPCEU

Resumo

Quais os fatores reconhecidos por líderes empresariais portugueses para a realização de um trabalho com significado relevante? Neste artigo, apresenta-se uma abordagem sociológica que aponta possíveis respostas a esta questão. Partindo da problematização do trabalho como central na vida humana, a pesquisa identifica e relaciona fatores de significado valorizados no trabalho e na vida, na população considerada. Os resultados são analisados num modelo de conexão profissional. Reflete-se sobre a relevância do alinhamento em fatores de significado valorizados, para a realização humana.

Palavras-chave: significados do trabalho; trabalho com significado; sentido de vida

Meaningful work and meaning of life: a study with business leaders

Abstract

What are the factors recognized by Portuguese business leaders for a meaningful work? In this article a sociological approach is presented that points out possible answers to this question. Starting from the problematization of work as central to human life, the research identifies and relates factors of meaning valued at work and in life, in the population considered. The results are analyzed in a professional connection model. It is proposed the reflection on the relevance of alignment in valued meaning factors, for human fulfillment.

Keywords: work meanings; meaningful work; meaning of life

Travail significatif et sens de la vie: une étude avec des chefs d'entreprise

Sommaire

Quels sont les facteurs reconnus par chefs d'entreprise portugais pour un travail significatif? Dans cet article, une approche sociologique est présentée qui indique réponses possibles à cette question. Partant de la problématisation du travail comme élément central de la vie humaine, la recherche identifie et met en

relation les facteurs de signification valorisés au travail et dans la vie, dans la population considérée. Les résultats sont analysés dans un modèle de connexion professionnel. Il réfléchit sur la pertinence de l’alignement en facteurs de signification valorisés, pour la réalisation humaine.

Mots-clés: significations du travail; travail significatif; sens de la vie

Trabajo significativo y sentido de la vida: un estudio con líderes empresariales

Resumen

Cuáles son los factores reconocidos por líderes empresariales portuguesas para un trabajo significativo? En este artículo, se presenta un enfoque sociológico que señala posibles respuestas a esta pregunta. A partir de la problematización del trabajo como central en la vida humana, la investigación identifica y relaciona factores de significado valorados en el trabajo y en la vida, en la población considerada. Los resultados se analizan en un modelo de conexión profesional. Se propone una reflexión sobre la relevancia del alineamiento de factores de significado valorados, para la realización humana.

Palabras clave: significados del trabajo; trabajo significativo; significado de la vida

Introdução

O trabalho ocupa uma centralidade reconhecida na vida humana, nas sociedades contemporâneas industrializadas (Azevedo, 2016a; Harpaz e Fu, 2002; Morin, 2004; MOW, 1987; Sainsaulieu, 2001), interagindo de modo relevante com a construção da identidade e com a percepção de realização dos sujeitos, designadamente, de líderes em organizações empresariais. Para além de um tempo físico de permanência frequentemente elevado, a esfera do trabalho agrega tempos mentais e emocionais acrescidos, abrangendo um amplo “espaço” vital das pessoas, considerando os seus estados psicoemocionais, assim como os seus processos de socialização, no quotidiano. Partilhando o reconhecimento da importância de conhecer e refletir sobre os significados atribuídos a trabalhar (MOW, 1987) e, de entre estes, aqueles que são valorizados no entendimento do trabalho como relevante – *meaningful work* – apresenta-se um estudo exploratório desenvolvido em Portugal, entre setembro de 2014 e junho de 2016, centrado (i) na identificação dos fatores privilegiados para um trabalho com significado relevante, (ii) na identificação dos fatores valorizados no âmbito do sentido de vida e (iii) na análise das respetivas relações de correspondência e divergência. O estudo incidiu numa população de 43 profissionais com funções de liderança em empresas portuguesas de grande dimensão – administradores e diretores executivos –, considerando os desafios e situações de incerteza com que se deparam no seu exercício profissional, bem como as possibilidades e impactos que poderão assumir na formulação de novas respostas e ações de mudança. Apresentam-se os resultados e as principais

conclusões, a par da reflexão sobre pistas para análise, à luz da relevância da temática, que se entende crescente e marcante na atualidade.

1. Trabalho com Significado e Sentido de Vida

O trabalho possui uma multiplicidade de significados, de acordo com as interpretações dos sujeitos, ancorados nas suas vivências, e interinfluência com os contextos envolventes. No estudo realizado, não se pretendeu captar essa miríade, mas sim os significados mais fortemente associados ao entendimento do trabalho como especialmente significante, para os líderes participantes. Para este propósito, foi definido o conceito de trabalho com significado como o que abrange fatores relativos ao exercício profissional reconhecidos como positivamente importantes e desejados para a realização da pessoa, nas suas várias vertentes.

Desde o desenho da pesquisa, com o objetivo de integrar os significados a identificar – no entendimento de um trabalho com significado, ou *meaningful work* –, e posicioná-los num contexto mais amplo e também significativo, de vida, definiu-se o conceito de sentido de vida, considerando que inclui aspetos assumidos como de significado relevante, congruente e pretendido para a realização da pessoa na sua vida global, em harmonia nas suas várias dimensões e relações. Não obstante o carácter central e estruturante que o trabalho assume na vida, os profissionais são seres humanos numa vivência integral e que inclui diferentes esferas, a considerar.

Assim, desde a ilustração de caminhos através dos quais o trabalho com significado relevante é construído e mantido¹ (Rosso, Dekas e Wrzesniewski, 2010), ao estudo de interações entre o desenho funcional pelas organizações e o papel ativo dos profissionais na modelação e atribuição de significado à sua experiência de trabalho – *jobcrafting* – (Berg, Dutton, e Wrzesniewski, 2013), observa-se a relevância da atribuição de sentido, inclusive como uma necessidade e motivação profunda do ser humano (Frankl, 2012; Morin, Tonelli e Pliopas, 2007). Efetivamente, uma motivação decisiva, numa vertente espiritual – além das vertentes racional e emocional – e que importa ser considerada pelas organizações na definição das suas estratégias e processos de gestão (Rego, Cunha e Souto, 2007). Numa era pós globalização, de mudanças, inclusive de mentalidades, poderão os líderes agir na reorganização e implementação de melhorias

1 A partir da identificação de principais fontes de significado do trabalho e de mecanismos chave de construção do significado pelos sujeitos, Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010) desenvolvem um modelo teórico com quatro caminhos principais: individuação; contribuição; auto conexão; e unificação.

com impacto numa revalorização do trabalho, do seu significado e na qualidade de vida para as pessoas, bem como na eficácia organizacional (Morin, 2001; 2004).

2. Da Centralidade aos Significados do Trabalho

O trabalho é reconhecido como uma das atividades mais centrais e estruturantes da vida das pessoas, nas sociedades industriais da atualidade. Para tal contribui a preponderância do tempo físico de permanência e de dedicação mental e emocional que afeta, quando considerada a vida humana na sua globalidade. Constituindo-se como um meio de fornecimento de recursos económicos para a subsistência, por excelência, contribui também, em grande medida, para os processos de afirmação identitária (Areosa, 2013; Azevedo, 2016b; 2018). Deste modo, abrangendo uma diversidade de gerações ativas, e mesmo não ativas, o trabalho é um fenómeno transversal, envolve múltiplos significados, objetivos individuais e objetivos coletivos de realização.

Assumindo um carácter intensivo e exploratório desta temática, numa população pequena e homogénea, o estudo centrou-se em líderes empresariais, pelo elevado nível de desafio com que se deparam no seu quotidiano profissional e pelo potencial de impacto das suas decisões nas organizações, pessoas e comunidades afetadas. Deste modo, contando com a participação de quatro empresas portuguesas de grande dimensão, com reconhecimento junto dos mercados e população mais vasta, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aplicados inquéritos por questionário, enquanto instrumentos de recolha de informação específicos, a um total de 43 profissionais². Como técnicas de análise e tratamento das entrevistas e dos inquéritos utilizaram-se a análise de conteúdo categorial e a análise estatística.

Pretendeu-se, acima de tudo, gerar contributos numa temática transversal – trabalho e seus significados na atualidade - e crítica – designadamente, pelo potencial de aumentar o conhecimento e a reflexão sobre significados efetivamente valorizados, no trabalho e na vida, e a consciência sobre o respetivo alinhamento – com potenciais efeitos na congruência e no bem-estar (designadamente, na redução de situações de ansiedade e *stress* laboral, no aumento da satisfação das pessoas com o seu trabalho, assim como na promoção pelas empresas de ambientes e culturas organizacionais saudáveis). Constituíram também objetivos, o teste e a validação de

2 Observa-se uma distribuição por género de 84% homens e 16% mulheres e, globalmente, uma maior representatividade do grupo etário entre os 35 e os 44 anos (56%).

uma ferramenta de análise, assim como a obtenção de pistas relevantes para suporte a investigações posteriores.

3. Fatores de Significado no Trabalho

Com as entrevistas realizadas procurou-se, desde logo, conhecer as perspetivas dos participantes acerca da centralidade do trabalho nas suas vidas, tendo-se colocado a questão: “Quão importante e significativo é, para si, trabalhar na sua vida global?” Da análise das respostas, foi apurado um valor médio de 6,1³, o que evidencia um posicionamento elevado no âmbito da centralidade reconhecida ao trabalho. Neste indicador, observou-se a inexistência de diferenças significativas, de acordo com a idade e o nível de habilitações. Já no que respeita à antiguidade na empresa ou grupo empresarial, verificou-se um valor médio mais elevado (6,3) em intervalos de antiguidade intermédios (situados entre os 10 e os 19 anos) e um valor médio mais baixo (5,6) na menor antiguidade (menos de 5 anos). Não obstante o estudo desenvolvido ter assumido um carácter exploratório e intensivo (recomendando-se o desenvolvimento de análises em populações mais vastas), poder-se-á sugerir, hipoteticamente, que a valorização da importância do trabalho atinge um pico em fases de carreira e antiguidade médias, após as quais começa a decrescer (embora com valores consistentemente altos). Um aspeto fundamental a destacar, face aos posicionamentos observados relativamente à importância e significância de trabalhar na vida global, é o reconhecimento da centralidade do trabalho, *per si*, como um significado relevante atribuído ao trabalho pelos líderes entrevistados.

Passando a um grupo seguinte de questões, com incidência na explicitação dos principais aspetos positivamente valorizados pelos líderes no trabalho, perguntou-se: “O que é mais importante para si no que respeita ao trabalho, em geral?”; “Quais os fatores principais que o mantêm no presente trabalho?”; e “Quais os fatores que o poderiam fazer mudar de trabalho?”. Para o tratamento dos dados, definiram-se dois eixos de análise, de acordo com: a orientação predominante (Eixo 1: Pessoas – Empresa); e a abrangência (Eixo 2: Individual – Global). Da conjugação dos dois eixos resultou uma matriz de quatro quadrantes: I. Indivíduo (orientação Pessoas/ abrangência Individual); II. Coletivo (orientação Pessoas/ abrangência Global); III. Função (orientação Empresa/ abrangência Individual); e IV. Organização (orientação Empresa/abrangência Global). Estes quadrantes constituíram a base para a organização das vinte categorias significativas construídas, conforme se apresenta.

3 Numa escala de 1 a 7, assumindo-se o 1 como o nível de menor importância e significado e o 7 como o nível de máxima importância e significado.

Quadro 1 – Matriz de Quadrantes e Categorias Significativas

Eixo 1: orientação ↓ Pessoas ↓ Empresa	I. Indivíduo . Gosto e prazer no trabalho efetuado . Condições de estabilidade e capacidade financeira . Utilidade social e realização profissional . Sentimento de bem-estar e satisfação interior . Qualidade de vida em várias dimensões	II. Coletivo . Relacionamentos de complementaridade . Relacionamentos de confiança . Relacionamentos de respeito . Qualidade de relações e ligação com pessoas . Bom ambiente de trabalho e harmonia
	III. Função . Estímulo profissional e colocação de desafios . Concretização de objetivos e adição de valor . Reconhecimento de autonomia no trabalho . Reconhecimento de influência sobre o trabalho . Crescimento e aumento de responsabilidade	IV. Organização . Identificação com a cultura e dinâmica da empresa . Solidez e prestígio da organização e projeto . Possibilidades de evolução e de progressão . Existência de reconhecimento e de valorização . Recursos vários e condições físicas de conforto
	Individual	Global

Eixo 2: abrangência

Fonte: elaboração própria.

Sistematizam-se os resultados principais observados, por questão trabalhada, a partir das categorias que mais se evidenciaram no discurso dos entrevistados⁴, e quadrantes principais associados.

Quadro 2 – Fatores Valorizados no Trabalho

Categorias Significativas e Respostas ⁵ , por questão:	Quadrantes Associados
“O que é mais importante para si no que respeita ao trabalho, em geral?”	
. Utilidade social e realização profissional (61%)	. quadrante I. (Indivíduo)
. Concretização de objetivos e adição de valor (56%)	. quadrante III. (Função)
. Gosto e prazer no trabalho efetuado (54%)	. quadrante I. (Indivíduo)
“Quais os fatores principais que o mantêm no presente trabalho?”	
. Estímulo profissional e colocação de desafios (74%)	. quadrante III. (Função)
. Qualidade de relações e ligação com pessoas (49%)	. quadrante II. (Coletivo)
. Gosto e prazer no trabalho efetuado (37%)	. quadrante I. (Indivíduo)
. Identificação com a cultura e dinâmica da empresa (37%)	. quadrante IV. (Organização)
“Quais os fatores que o poderiam fazer mudar de trabalho?”	
. Estímulo profissional e colocação de desafios (72%)	. quadrante III. (Função)
. Crescimento e aumento de responsabilidade (49%)	. quadrante III. (Função)
. Condições de estabilidade e capacidade financeira (26%)	. quadrante I. (Indivíduo)

Fonte: elaboração própria.

4. Especificamente, por questão analisada, enunciamos as três categorias com as frequências de respostas mais elevadas.

5As percentagens, com o arredondamento dos valores à unidade, foram calculadas a partir dos totais obtidos em frequências de respostas.

Sucintamente, da análise das respostas às três questões mencionadas, evidenciam-se os quadrantes I. (Indivíduo) e III. (Função) como os que registaram as frequências de respostas mais elevadas (ambos, na vertente Individual, do Eixo 2), sugerindo uma maior valorização pelo líderes entrevistados de significados do trabalho relacionados com a sua própria realização como indivíduos (designadamente, as categorias “Utilidade social e realização profissional”, “Gosto e prazer no trabalho efetuado” e “Condições de estabilidade e capacidade financeira”), assim como, através da função exercida (com as categorias “Estímulo profissional e colocação de desafios”, “Concretização de objetivos e adição de valor” e “Crescimento e aumento de responsabilidade”). Por sua vez, os quadrantes II. (Coletivo, com a categoria “Qualidade de relações e ligação com pessoas”) e IV. (Organização, com a categoria “Identificação com a cultura e dinâmica da empresa”) integram os registos mais elevados apenas no apuramento obtido na questão “Quais os fatores principais que o mantêm no presente trabalho?”, pelo que poderemos refletir, hipoteticamente, sobre uma importância distinta de categorias nestes quadrantes (ambos, na vertente Global, do Eixo 2) como fatores chave valorizados na e para a manutenção na situação de trabalho presente.

Com o objetivo de identificar outros significados atribuídos pelos líderes ao trabalho, que pudessem não emergir nas questões anteriores, foi incluída uma questão adicional: “Presentemente, o que significa para si o trabalho?”. As respostas foram tratadas com um procedimento distinto, através de uma categorização por sete tipos de realização⁶.

Quadro 3 – Significados do Trabalho por Tipo de Realização

Tipos de Realização	% ⁷
“Presentemente, o que significa para si o trabalho?”	
Realização Pessoal	79
Realização Profissional	70
Realização Material	37
Realização Social	35
Realização Emocional	33
Realização Intelectual	23
Realização Familiar	7

Fonte: elaboração própria.

6. Os resultados são apresentados do mais elevado ao menos elevado, com o arredondamento dos valores à unidade.

7. Os resultados derivam de respostas múltiplas dos entrevistados.

Em alinhamento com a forte centralidade reconhecida pelos líderes ao trabalho, na sua vida, os resultados sugerem uma estreita relação do trabalho com a própria realização pessoal (observa-se, efetivamente, resultados mais elevados em significados associados à realização pessoal, face à realização estritamente profissional). Neste âmbito, fatores que incluem preparação, expectativa, objetivos e contributo, relacionados com o contexto de trabalho, são assinalados por entrevistados, designadamente, pelo amplo envolvimento inerente e como fatores de desenvolvimento global, constituindo significados evidenciados.

4. Fatores valorizados no Sentido de Vida

O sentido de vida é um conceito fundamental no estudo desenvolvido, permitindo uma integração e perspetiva mais amplas, dos fatores de significado do trabalho entendidos como relevantes pelos participantes. Assim, nas entrevistas realizadas, de modo a identificar relações entre fatores de significado privilegiados no trabalho e respetiva valorização no âmbito do sentido de vida, foi considerada a seguinte questão complementar: “Qual a importância dos fatores anteriormente enunciados na sua vida global?” (colocada duplamente aos entrevistados, após as questões enunciadas: “Quais os fatores principais que o mantêm no presente trabalho?” e “Quais os fatores que o poderiam fazer mudar de trabalho?”). Da análise dos resultados, pelos diferentes tipos de realização, destacamos as três categorias em que se verificaram os resultados mais elevados⁸.

Quadro 4 – Importância de Fatores Valorizados no Trabalho na Vida Global

Tipos de Realização	% ⁹
após a resposta a “Quais os fatores que o mantêm no presente trabalho?”, “Qual a importância dos fatores anteriormente enunciados na sua vida global?”	
Realização Emocional	70
Realização Pessoal	67
Realização Profissional	49
após a resposta a “Quais os fatores que o poderiam fazer mudar de trabalho?”, “Qual a importância dos fatores anteriormente enunciados na sua vida global?”	
Realização Pessoal	70
Realização Profissional	58
Realização Emocional	56

Fonte: elaboração própria.

8. Os resultados são apresentados com o arredondamento dos valores à unidade.

9 Os resultados derivam de respostas múltiplas dos entrevistados.

Na ponderação efetuada de fatores valorizados (na manutenção e numa potencial mudança de trabalho) e respetivo impacto na sua vida global, os resultados sugerem que os líderes entrevistados continuam a privilegiar fatores relacionados com a sua realização pessoal e profissional. Contudo, evidenciaram-se também, com valores altos, fatores no âmbito da realização emocional (que, na análise anterior, sem incluir o impacto na vida global, tinham assumido reduzida expressão). A respeito, os participantes enunciaram, designadamente, aspetos relacionados com disposição e bem-estar, transportados do contexto de trabalho para a vida global.

Com o objetivo de captar outros significados, relativos ao sentido de vida dos líderes entrevistados (e independentes de fatores valorizados no âmbito do trabalho) foi colocada diretamente a questão: “Atualmente, o que é que dá sentido à sua vida?”. Da análise do discurso e categorização das respostas pelos tipos realização já identificados, obtiveram-se os resultados, que sistematizamos¹⁰:

Quadro 5 – Significados na Vida por Tipo de Realização

Tipos de Realização	% ¹¹
“ Atualmente, o que é que dá sentido à sua vida?”	
Realização Familiar	74
Realização Profissional	61
Realização Pessoal	54
Realização Emocional	37
Realização Social	23
Realização Material	12
Realização Intelectual	20

Fonte: elaboração própria.

De relevar, a observação da categoria da realização familiar como a que evidenciou maior preponderância nas respostas, o que, hipoteticamente, poderá traduzir uma incongruência ou colocar um paradoxo, face a resultados em questões anteriores. Assim, constatamos o reconhecimento pelos líderes entrevistados da centralidade do trabalho na sua vida global, significado *per se* associado ao trabalho, além de significados associados à sua realização pessoal e profissional. No âmbito do seu sentido de vida, estes profissionais privilegiam significados relacionados com a sua realização familiar, bem como profissional e pessoal. Neste seguimento, assinalamos como questão para reflexão: na vivência dos fatores valorizados pelos líderes, para

10. Os resultados são apresentados do mais elevado ao menos elevado, com o arredondamento à unidade.

11 Os resultados derivam de respostas múltiplas dos entrevistados.

um trabalho com significado relevante, com o nível de centralidade presentemente reconhecido, poderão estas pessoas atingir níveis elevados de realização em aspetos importantes por elas privilegiados no seu sentido de vida?

Finalmente, perante uma última questão, “Que aspetos do seu trabalho se inserem hoje no seu sentido de vida e que outros poderiam contribuir mais?”, apresentamos os resultados que se destacaram no Quadro 6. A análise foi efetuada por referência a cada uma das duas componentes da questão colocada.

Quadro 6 – Fatores do Trabalho Valorizados na Vida

Categories Significativas e Respostas ¹² , por questão:	Quadrantes Principais
“Que aspetos do seu trabalho se inserem hoje no seu sentido de vida...?”	
. Utilidade social e realização profissional (30%)	. quadrante I. (Indivíduo)
. Estímulo profissional e colocação de desafios (23%)	. quadrante III. (Função)
. Gosto e prazer no trabalho efetuado (21%)	. quadrante I. (Indivíduo)
. Condições de estabilidade e capacidade financeira (21%)	. quadrante I. (Indivíduo)
“... que outros poderiam contribuir mais?”	
. Qualidade de vida em várias dimensões (30%)	. quadrante I. (Indivíduo)
. Utilidade social e realização profissional (23%)	. quadrante I. (Indivíduo)

Fonte: elaboração própria.

Globalmente, observa-se a maior incidência das respostas no Quadrante I. (Indivíduo), em categorias distintas, mas cujos resultados mais elevados expressam significados valorizados no âmbito da possibilidade de realizar um contributo humano (“Utilidade social e realização profissional”) e em aspetos ligados à família, à disponibilidade pessoal e ao equilíbrio entre vida e trabalho (“Qualidade de vida em várias dimensões”). Observa-se que a identificação destes fatores, na segunda componente da questão (enquanto outros aspetos do trabalho que poderiam contribuir mais para o sentido de vida dos participantes), sugere uma correspondência com os resultados relativos aos aspetos mais valorizados no sentido de vida, designadamente, relacionados com a realização familiar. Entendemos relevantes estes resultados, tendo sido apurados fatores de significado importantes para os líderes entrevistados que não tinham emergido em questões anteriores e cujo reconhecimento poderá ser decisivo para a realização em aspetos chave valorizados no seu sentido de vida.

12 As percentagens, com o arredondamento dos valores à unidade, foram calculadas a partir dos totais obtidos em frequências de respostas.

5. Teste de um protótipo de modelo de Conexão Profissional

Para além da identificação de significados valorizados pelos líderes empresariais considerados, no âmbito do respetivo trabalho e do seu sentido de vida (através das entrevistas realizadas, subsequente matriz de categorias de significado e das categorias de realização mencionadas), o estudo teve como objetivo a elaboração e o teste de um modelo para aferir a conexão profissional, desenvolvido a partir das abordagens teóricas analisadas e da recolha de informação efetuada em fases prévias. Nesse seguimento, foi também construído e aplicado um questionário aos 43 participantes, que foram convidados a:

- . num primeiro momento: distribuir um total de 100% por oito dimensões de significado apresentadas (e respetivo conjunto de fatores¹³), considerando a importância atribuída no contexto do trabalho (Quadro 7);
- . num segundo: identificar o seu posicionamento¹⁴ face ao reconhecimento da existência de cada um de vinte e quatro fatores apresentados, no seu trabalho atual; num terceiro: identificar o seu posicionamento¹⁵ face à importância atribuída a cada um de vinte e quatro fatores apresentados, para o seu sentido de vida (Quadro 8).

Quadro 7 – Dimensões de Significado e Importância para o Trabalho

Dimensões de Significado	Média ¹⁶
Familiar e Pessoal	16
Emocional	15
Intelectual	14
Material	13
Ética	12
Organizacional	11
Social	10
Espiritual	9

Fonte: elaboração própria.

Com relativa diferença, em termos médios, observa-se que a dimensão Familiar e Pessoal e a dimensão Emocional obtiveram os resultados mais elevados na distribuição pelos participantes

13. Cada dimensão incluiu um conjunto de três fatores de significado, num total de vinte e quatro fatores (incluídos no Quadro 8).

14. Numa escala de 1 a 7, correspondendo o 1 ao nível mais reduzido e o 7 ao nível máximo de existência atual no trabalho.

15. Numa escala de 1 a 7, correspondendo o 1 ao nível mais reduzido e o 7 ao nível máximo de importância para o sentido de vida.

16. Os valores foram arredondados à unidade e correspondem à média das percentagens atribuídas pelos entrevistados a cada uma das oito dimensões de significado (num total de 100%).

de um total de 100% pelas oito dimensões apresentadas. Como as dimensões que registaram valores médios inferiores, destacamos a Espiritual, Social, Organizacional e Ética¹⁷.

No Quadro 8, que sistematiza o posicionamento efetuado pelos líderes participantes relativamente à existência dos fatores apresentados no seu trabalho atual, observam-se as dimensões Intelectual, Ética e Organizacional com os resultados médios mais elevados. No que concerne aos fatores e dimensões de significado com o reconhecimento de menor existência no trabalho atual dos líderes, sobressaíram os da dimensão Familiar e Pessoal, dimensão percecionada no momento de resposta anterior (Quadro 7), como de importância mais elevada. Na análise de médias exclusivas por fatores, destacam-se “capacidade mental para boa resposta” e “senso de afinidade e de pertença organizacional”, e “aplicação de conhecimentos profissionais”, “capacidade para sustento financeiro”, “atuação de acordo com princípios morais” e “congruência com valores essenciais”, como fatores de significado valorizados e com maior reconhecimento de existência, pelos líderes participantes no estudo, no seu trabalho atual. Como fatores de significado valorizados, embora com reconhecimento de menor existência no contexto profissional dos líderes, evidenciaram-se “ações de contributo para a sociedade” e “disponibilidade para a família e vida pessoal”, bem como “potencial para crescimento financeiro”, “inserção num propósito de existência” e “benefício harmonioso dos outros e em geral”. Relativamente aos fatores e dimensões de significado mais valorizados para o sentido de vida dos participantes, apuraram-se as dimensões Ética e Familiar e Pessoal, com as médias globais mais elevadas. Com as médias mais reduzidas observamos as dimensões Social e Intelectual.

Na análise exclusiva por fatores de significado apuraram-se “atuação de acordo com princípios morais” e “congruência com valores essenciais”, bem como “relacionamentos de confiança mútua” e “consciência e expressão de padrões éticos”, como os mais valorizados. Com médias mais baixas evidenciaram-se “reconhecimento de status e de prestígio”, “aplicação de conhecimentos profissionais” e “potencial para crescimento financeiro”, como os menos valorizados pelos participantes, para o seu sentido de vida.

17 Abaixo de um valor médio teórico de 12,5% (caso a distribuição fosse equitativa pelas oito dimensões).

Quadro 8 – Classificação dos Fatores face ao Trabalho, Sentido de Vida e Cálculo de Diferenças

Dimensões e Fatores de Significado	Trabalho Atual (1)		Sentido de Vida (2)		1- 2	
	Média Fator	Média Dimens.	Média Fator	Média Dimens.	Média Fator	Média Dimens.
Intelectual						
. aplicação de conhecimentos profissionais	5,7	5,7	5,0	5,5	0,7	0,2
. estímulo para o desenvolvimento profissional	5,6		5,7		-0,1	
. capacidade mental para boa resposta	5,8		5,9		0,0	
Emocional						
. sentimento de sucesso e poder de realização	5,5	5,3	5,7	5,9	-0,3	-0,6
. reconhecimento de afeto nas relações	5,1		5,6		-0,5	
. relacionamentos de confiança mútua	5,3		6,2		-0,9	
Familiar e Pessoal						
. disponibilidade para a família e vida pessoal	4,7	4,9	6,1	6,1	-1,5	-1,2
. consciência da realização familiar e pessoal	5,2		6,0		-0,8	
. desenvolvimento da vivência familiar e pessoal	5,0		6,0		-1,1	
Social						
. satisfação e apreço nos inter relacionamentos	5,3	5,1	5,7	5,3	-0,3	-0,2
. reconhecimento de status e de prestígio	5,3		4,8		0,4	
. ações de contributo para a sociedade	4,6		5,4		-0,8	
Material						
. capacidade para sustento financeiro	5,7	5,4	6,0	5,6	-0,3	-0,2
. potencial para crescimento financeiro	4,9		5,2		-0,3	
. conforto, poder de alcance e de escolha	5,5		5,7		-0,2	
Ética						
. consciência e expressão de padrões éticos	5,6	5,7	6,2	6,3	-0,6	-0,6
. atuação de acordo com princípios morais	5,7		6,4		-0,7	
. congruência com valores essenciais	5,7		6,4		-0,7	
Espiritual						
. consciência de si mesmo e evolução pessoal	5,3	5,0	5,7	5,6	-0,4	-0,6
. inserção num propósito de existência	4,9		5,5		-0,7	
. benefício harmonioso dos outros e em geral	4,9		5,7		-0,8	
Organizacional						
. utilidade global percecionada do trabalho	5,6	5,7	5,9	5,8	-0,3	-0,1
. senso de afinidade e de pertença organizacional	5,8		5,7		0,0	
. identificação com e influência sobre o trabalho	5,6		5,8		-0,2	

Fonte: elaboração própria.

Na observação das diferenças entre os posicionamentos efetuados pelos participantes, por cada fator e dimensões de significado, pudemos aferir a maior ou menor convergência/divergência, entre a existência percecionada de fatores no trabalho atual e a respetiva importância atribuída pelos líderes para o seu sentido de vida. Pretendeu-se, deste modo, aferir a conexão profissional, que foi definida no estudo como o reconhecimento de uma ligação e de sentido percecionado pelos profissionais relativamente à sua situação de trabalho, através da

análise das relações de interseção entre as dimensões e os indicadores dos conceitos anteriores (trabalho com significado e sentido de vida).

Dos resultados (Quadro 8), salienta-se a dimensão Familiar e Pessoal, como a que registou a maior divergência (-1,2, obtida pela diferença entre médias) entre a existência dos fatores no trabalho atual e a importância dos mesmos para o sentido de vida. Também com uma divergência assinalável (-0,6), observam-se as dimensões Emocional, Ética e Espiritual. A dimensão Intelectual foi a única em que os valores médios de reconhecimento no trabalho atual foram superiores aos da importância atribuída para o sentido de vida (desvio de 0,2).

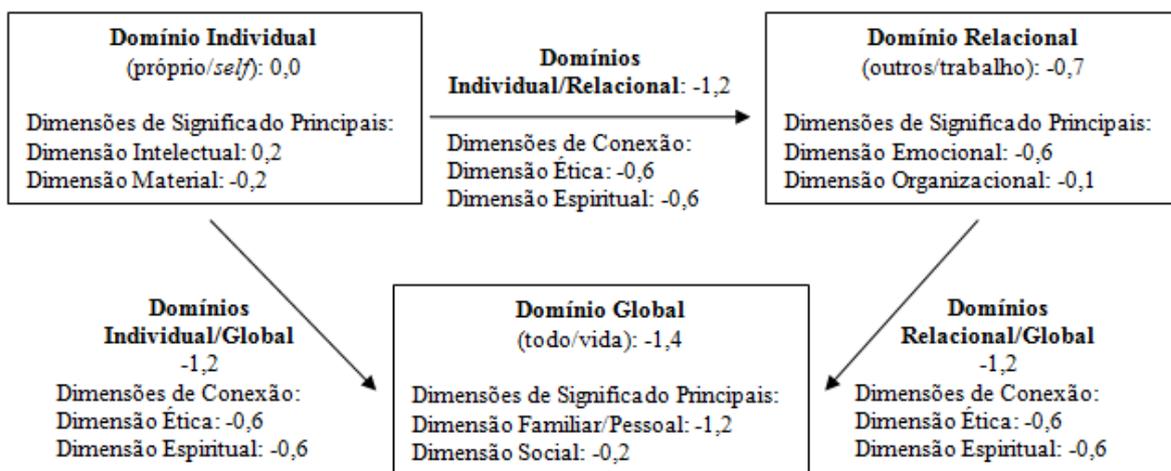
Na análise de diferenças entre as médias, por fator, registou-se uma variação entre um desvio positivo máximo de 0,7 (em “aplicação de conhecimentos profissionais”) e negativo máximo de -1,5 (em “disponibilidade para a família e vida pessoal”).

Finalmente, no protótipo de modelo de conexão profissional construído, as oito dimensões de significado trabalhadas no estudo foram organizadas de acordo com três domínios principais, desde um foco mais individualizado a uma maior abertura humana às inter-relações e ao todo: Domínio Individual (relativo ao próprio/*self*), integrando as dimensões Intelectual e Material; Domínio Relacional (relativo a outros/trabalho), integrando as dimensões Emocional e Organizacional; Domínio Global (relativo ao todo/vida), integrando as dimensões Familiar/Pessoal e Social.

Como domínios mistos, pela ligação e integração de características dos domínios principais, foram considerados os três que se seguem, com dimensões comuns, assumindo-se a transversalidade dos respetivos fatores: Domínio Individual/Relacional, integrando as dimensões Ética e Espiritual; Domínio Relacional/Global, integrando as dimensões Ética e Espiritual; Domínio Individual/Global, integrando as dimensões Ética e Espiritual.

Na Figura 1, sistematiza-se o modelo desenvolvido, incluindo a inserção dos resultados obtidos (diferenças entre médias por dimensão conforme indicado no Quadro 8).

Figura 1 – Resultados no Protótipo de Modelo de Conexão Profissional¹⁸



Fonte: elaboração própria.

Globalmente, da análise pelos domínios principais considerados, observa-se que o Domínio Global evidencia a maior divergência (-1,4), seguido do Domínio Relacional (-0,7). O Domínio Individual não apresenta divergência (0,0). Os domínios mistos, Individual/Relacional, Relacional/Global e Individual/Global possuem um valor de divergência equivalente (-1,2), pelas dimensões comuns consideradas.

6. Notas finais

Como uma das conclusões fundamentais do estudo, salienta-se a elevada centralidade do trabalho na vida global, reconhecida pelos líderes empresariais considerados. Como fatores mais valorizados para um trabalho com significado relevante, destacam-se “Estímulo profissional e colocação de desafios”, “Utilidade social e realização profissional”, “Concretização de objetivos e adição de valor” e “Gosto e prazer no trabalho efetuado”. Relativamente aos fatores privilegiados pelos participantes para um trabalho relevante e com maior contributo para a realização do seu sentido de vida, os resultados sugerem a importância das dimensões Familiar e Pessoal, e Emocional, com fatores como “Disponibilidade para a família e vida pessoal” e

¹⁸ Obtidos através do cálculo das diferenças entre as médias apuradas dos posicionamentos efetuados pelos participantes entre o nível de existência de cada fator de significado no trabalho atual e a importância atribuída no âmbito do seu sentido de vida.

“Relacionamentos de confiança mútua”, respetivamente. Por referência ao modelo de conexão elaborado, as dimensões Familiar e Pessoal, Emocional, Ética e Espiritual revelaram os principais *gaps* (desvios negativos), podendo a melhoria nos fatores incluídos, hipoteticamente, contribuir para um maior alinhamento entre aspetos de significado valorizados no trabalho e no sentido de vida, potenciando uma maior realização global (incluindo a conexão com o contexto de trabalho existente e a congruência com o próprio sentido de vida).

Não obstante a dimensão reduzida da população considerada no estudo, que assumiu um caráter predominantemente exploratório, os resultados obtidos sugerem a existência de fatores comuns valorizados pelos líderes considerados, para um trabalho com significado relevante e para o seu sentido de vida. Da análise efetuada, assume-se a existência de relações evidentes entre os mesmos. Considera-se a relevância e a oportunidade de desenvolvimento de estudos posteriores em populações mais vastas e diversificadas, podendo o modelo de conexão profissional elaborado constituir-se útil, com as necessárias adaptações a especificidades e questões concretas a investigar¹⁹.

Na procura crescente de significado pelo ser humano e face ao aumento de situações de sofrimento derivadas do contexto de trabalho, inclusive com consequências na saúde mental (Dejours, 2011), consideramos que o conhecimento e a ação, como fatores chave, poderão contribuir para a implementação de modelos de organização do trabalho com capacidade distinta de resposta a problemas muito atuais, através da promoção de significados valorizados e da realização humana, nas várias vertentes. Salientamos a importância das empresas como sistemas sociais (Freire, 1993; Kovács, 2005; Parente, 2008), numa influência recíproca face a pessoas, comunidades e outros sistemas sociais, assim como num atual período histórico de mudanças e desafios globais críticos. Neste contexto, perante novas necessidades que se colocam, os líderes assumem um papel decisivo (Argyris, 1999; Cunha *et al.*, 2010; Hope, Bunce e Rössli, 2011; World Economic Forum, 2010), nomeadamente através das estratégias e culturas organizacionais promovidas. Conhecer e agir em fatores de significado relevantes (incluindo, em *gaps* identificados), não apenas no âmbito do trabalho, mas em alinhamento com o sentido de vida poderá contribuir, simultaneamente, para organizações eficazes e sistemas com capacidade para gerar maior bem-estar, qualidade de vida e realização humana global.

19 A título de exemplo, perante populações mais vastas e/ou com maior diversidade e enquadramentos laborais distintos, designadamente em conteúdo funcional, autonomia e/ou remuneração, os significados valorizados – inclusive o nível de centralidade do trabalho – serão os mesmos? E os fatores de realização privilegiados? Por sua vez, poderá ser também pertinente observar se os significados valorizados se mantêm constantes ou variam, ao longo do tempo, em populações e contextos específicos, o que poderá revelar eventuais padrões evolutivos e/ou outros fatores com impacto e interesse.

Referências bibliográficas

- AREOSA, João (2013), “Comentário ao artigo “A sublimação, entre sofrimento e prazer no trabalho” – Christophe Dejours e a Psicodinâmica do Trabalho”, *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 33 (2), pp. 29-41.
- ARGYRIS, Chris (1999), *On Organizational Learning*, Oxford, Blackwell.
- AZEVEDO, Andreia Magalhães (2016a), *Meaning for Leaders: Trabalho com Significado e Sentido de Vida*, Tese de Mestrado em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em URL: <https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=139225>.
- AZEVEDO, Andreia Magalhães (2016b), “Reconstruir o Sucesso na Liderança”, *Plataforma Barómetro Social*, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Disponível em URL: <<http://www.barometro.com.pt/2016/11/15/reconstruir-o-sucesso-na-lideranca/>>.
- AZEVEDO, Andreia Magalhães (2018), “No trabalho: o que somos, as nossas criações e o que nos geram”, *Plataforma Barómetro Social*, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Disponível em URL: <<http://www.barometro.com.pt/2018/04/21/no-trabalho-o-que-somos-as-nossas-criacoes-e-o-que-nos-geram/>>.
- BERG, Justin M.; DUTTON, Jane E.; WRZESNIEWSKI, Amy (2013), “Job crafting and meaningful work”, *Purpose and Meaning in the Workplace*, Washington, American Psychological Association, pp. 81-104.
- CUNHA, Miguel Pina e; *et al.* (2010), *Manual de Gestão de Pessoas e do Capital Humano*, Lisboa, Edições Sílabo.
- DEJOURS, Christophe (2011), Psicopatologia do trabalho – Psicodinâmica do Trabalho, *Laboreal*, 7 (1), pp. 13-16. Disponível em: <http://laboreal.up.pt/files/articles/13_16f2.pdf>.
- FRANKL, Viktor E. (2012), *O Homem em Busca de um Sentido*, Alfragide, Lua de Papel.
- FREIRE, João (1993), *Sociologia do Trabalho – Uma Introdução*, Porto, Edições Afrontamento.
- HARPAZ, Itzhak; FU, Xuanning (2002), “The structure of the meaning of work: a relative stability amidst change”, *Human Relations*, vol. 55, n.º 6, The Tavistock Institute, Sage Publications, pp. 639-667.
- HOPE, Jeremy; BUNCE, Peter; RÖÖSLI, Franz (2011), *The Leader’s Dilemma: How to Build an Empowered and Adaptive Organization Without Losing Control*, San Francisco, Jossey-Bass.
- KOVÁCS, Ilona; *et al.* (2005), *Flexibilidade do Emprego*, Oeiras, Celta.
- MORIN, Estelle M. (2001), “Os sentidos do trabalho”, *RAE – Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, vol. 41, n.º 3, pp. 8-19.
- MORIN, Estelle M. (2004), “The meaning of work in modern times”, in *10th World Congress on Human Resources Management*, Rio de Janeiro, Brazil, August 20th. Disponível em: <http://web.hec.ca/criteos/fichiers/upload/MOW_in_Mtimes_EMM200804.pdf>.
- MORIN, Estelle; TONELLI, Maria José; PLIOPAS, Ana Luisa Vieira (2007), “O trabalho e seus sentidos”, *Psicologia & Sociedade*, 19, edição especial, 1, pp. 47-56.
- MOW International Research Team (1987), *The Meaning of Working*, London, Academic Press.

MAGALHÃES, Andreia (2020), “Trabalho com significado e sentido de vida: um estudo com líderes empresariais”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXX, pp. 57-74.

PARENTE, Cristina (2008), *Competências: Formar e Gerir Pessoas*, Porto, Edições Afrontamento.

REGO, Arménio; CUNHA, Miguel Pina e; SOUTO, Solange (2007), “Espiritualidade e Comprometimento Organizacional”, *RAE-eletrônica*, vol. 6, n.º 2, art. 12, Fundação Getulio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, pp. 1-27. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S1676-56482007000200003.pdf>.

ROSSO, Brent D.; DEKAS, Kathryn H.; WRZESNIEWSKI, Amy (2010), “On the meaning of work: A theoretical integration and review”, *Research in Organizational Behaviour*, 30, pp. 91-127.

SAINSAULIEU, Renaud (2001) *Sociologia da Empresa: Organização, Cultura e Desenvolvimento*, Lisboa, Instituto Piaget.

WORLD ECONOMIC FORUM (2010), *Global Agenda Council on New Models of Leadership 2012-2014*. Disponível em:

http://www3.weforum.org/docs/GAC/2013/Connect/WEF_GAC_New_Models_of_Leadership_2012-2014_Connect.pdf

Andreia Magalhães Azevedo. *Executive Coach*, Consultora, Gestora de Carreira. Mestre em Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal). Doutoranda em Psicologia, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Rua Alfredo Allen, 4200-135 Porto, Portugal. Email: andreiamagalhaesazevedo@gmail.com

Artigo recebido em 23 de maio de 2020. Publicação aprovada em 5 de novembro de 2020.

Convocações ecológicas: o meio ambiente nas campanhas presidenciais brasileiras¹

Filipe Aquino

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Maranhão

Resumo

Este artigo analisa, do ponto de vista sociológico e semiótico, as construções discursivas dos três principais presidenciáveis brasileiros, nas eleições de 2010 e 2014, de forma a entender como se construiu o agendamento discursivo de cada um, isto é, suas escolhas de temas e figuras que moldaram suas *personas* políticas. Buscou-se examinar sobretudo a abordagem acerca do meio ambiente para compreender a ideia de desenvolvimento econômico comunicado no Horário Eleitoral Gratuito brasileiro. Evidenciou-se, por meio de diferentes operações discursivas, o baixo interesse pelas questões ecológicas e pelo desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: política, meio ambiente, eleição, Brasil.

Ecological convocations: the environment in Brazilian presidential campaigns

Abstract

This article analyzes, from a sociological and semiotic point of view, the discursive constructions of the three most voted Brazilian presidential candidates, in the 2010 and 2014 elections, to understand how each discursive agenda was constructed and their choice of themes and figures who built their political personas. This investigation examined all the approaches about the environment understanding the idea of economic development communicated in the Brazilian

¹ Este artigo resulta da Tese de Doutorado em Sociologia, de autoria de Filipe Aquino (Aquino, 2018), apresentada junto ao Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob orientação de Helena Carlota Ribeiro Vilaça.

Electoral Propagandas. It became evident with the different discursive operations that there is a low interest in ecological issues and sustainable development.

Key words: politics, environment, election, Brazil.

Convocations écologiques: l'environnement dans les campagnes présidentielles brésiliennes

Resumé

Cet article analyse, d'un point de vue sociologique et sémiotique, les constructions discursives des trois principaux candidats à la présidentielle brésilienne, aux élections de 2010 et 2014, afin de chercher à comprendre comment s'est construit chaque agenda discursif, c'est-à-dire leur choix de thèmes et des personnalités qui ont construit leurs personnalités politiques. Nous avons cherché avant tout à examiner l'approche de l'environnement, afin de comprendre l'idée de développement économique communiquée dans le calendrier électoral brésilien. Il a été mis en évidence, à travers différentes opérations discursives, le faible intérêt pour les questions écologiques et le développement durable.

Mots-clés: politique, environnement, élection, Brésil.

Convocaciones ecológicas: el medio ambiente en las campañas presidenciales brasileñas

Resumen

Este artículo analiza, desde un punto de vista sociológico y semiótico, las construcciones discursivas de los tres principales candidatos presidenciales brasileños, en las elecciones de 2010 y 2014, para tratar de comprender cómo se construyó cada agenda discursiva, es decir, sus elecciones temáticas y figuras que construyeron sus personajes políticos. Buscamos examinar sobre todo el enfoque sobre el medio ambiente, para comprender la idea de desarrollo económico comunicada en el Calendario Electoral Brasileño. Se evidenció, a través de diferentes operaciones discursivas, el escaso interés por los temas ecológicos y el desarrollo sostenible.

Palabras clave: política, medio ambiente, elecciones, Brasil.

Introdução

Em 2020, incêndios de grandes proporções marcaram a paisagem de diferentes países, como Austrália, Estados Unidos e Brasil que, neste momento, apresenta recordes de desmatamento e de perda de biodiversidade animal e vegetal em diferentes biomas. O meio ambiente figura, pois, como assunto cada vez mais presente no dia a dia. De forma geral, ignorá-

lo parece não ser mais possível. Pelo contrário. Para o atual governo Bolsonaro, a tônica² é instrumentalizá-lo a serviço do agronegócio e da especulação imobiliária.

Este artigo propõe situar os regimes de visibilidade do meio ambiente na comunicação político-eleitoral brasileira, tema que ganhou relevo diferenciado com a expressiva votação obtida por Marina Silva, ex-Ministra do Meio Ambiente do governo Lula, em 2010. Tal operação analítica se dá a partir de dois alicerces metodológicos essenciais: o primeiro é a semiótica descritiva, isto é, a semiótica que analisa textos verbais e visuais (Oliveira, 2004; Barros, 1994; Pietroforte, 2004, 2007; Prado, 2011). Para tanto, faz-se uso das categorias cromática, eidética e topológica, além do texto verbal em si. O segundo é a sociologia do desenvolvimento e do meio ambiente, especialmente a partir dos estudos do catalão Joan Martinez-Alier (2009). Assim, analisou-se cada vídeo a partir das manifestações presentes nas categorias do *culto ao silvestre*³, do *evangelho da ecoeficiência*⁴ e do *ecologismo dos pobres*⁵.

Em 2010, Marina Silva, então Senadora da República, candidata pelo Partido Verde (PV), apresentou as questões ambientais como centrais em seu agendamento temático e na formação discursiva de sua *persona* pública. Outrossim, fez ascender alguns questionamentos. Como se dariam os agendamentos temáticos e figurativos nos discursos eleitorais presidenciais brasileiros? Quais seriam os principais objetivos? Direcionariam esforços comunicacionais para os partidos políticos ou se centrariam em posições ideológicas? Ou, mais: fixar-se-iam nas figuras dos candidatos e suas pretensas competências e qualidades pessoais, fortalecendo o processo de personalização e individualização da política? Seria o interesse pelo meio ambiente o *zeitgeist* do século XXI?

Com tais indagações, investigou-se as tessituras discursivas dos três principais candidatos a presidente do Brasil⁶ – os mais votados, a saber, Dilma Rousseff (PT)⁷, José Serra (PSDB)⁸ e Marina Silva (PV)⁹, em 2010; e Dilma Rousseff (PT), Aécio Neves (PSDB)¹⁰ e Marina Silva

² Segundo o Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), o desmatamento, apenas na Amazônia e entre agosto de 2019 e 2020, registrou um novo recorde da devastação, com crescimento da ordem de 25%, totalizando 3.069,57 km².

³ O *culto ao silvestre* (ou *culto à vida selvagem*) é o grupo que defende a natureza intocada, o “estado natural”.

⁴ A *ideologia da ecoeficiência* foca no manejo sustentável e no uso responsável dos recursos naturais, bem como pelo controle dos níveis de contaminação do ar, da água, dos solos e pelos impactos ambientais da produção de bens e riscos à saúde oriundos dos processos industriais.

⁵ O *ecologismo dos pobres* centra esforços na diminuição dos conflitos originados a partir dos embates ambientais em nível local, regional, nacional e global, sobretudo os originados pela desigualdade social.

⁶ A eleição de 2010 contou com nove candidatos. A de 2014, com sete candidatos.

⁷ Partido dos Trabalhadores.

⁸ Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

⁹ Partido Verde (PV).

¹⁰ Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

(PSB)¹¹, em 2014 –, buscando enunciações sobre a temática socioambiental e, em especial, a ambiental. Destarte, buscou-se verificar, por meio da semiótica descritiva, exposições que, de alguma forma, agendaram ou fizeram referência ao meio ambiente por meio de convocações verbais, visuais, cromáticas e/ou topológicas. Esse recorte temporal, de um lado, toma como ponto de partida a ascensão marinista em 2010 e, de outro, fecha-se com o último governo do Partido dos Trabalhadores. Tal recorte reconhece ainda o espaço ímpar que é o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e, nesse sentido, a importância da televisão e da explosão semiótica, que tem sido mais intensa e estratégica a cada disputa eleitoral.

Investigar campanhas políticas é averiguar o poder e apurar as composições semióticas que alocam na política a capacidade transformadora da sociedade, a força modeladora das relações sociais individuais e coletivas. Ao mesmo tempo, é debater questões do campo político, como a construção sociocomunicativa de candidatos em busca do voto, o (des)encanto político, as estruturas narrativas na construção de figuras públicas, as produções simbólicas e suas intervenções no Estado, na luta política e seus reflexos nos tecidos sociais.

Ao examinar o agendamento das questões ambientais na comunicação televisiva eleitoral presidencial brasileira, considerando os contratos de comunicação (Charaudeau, 2015), suas enunciações e seus regimes de visibilidade e enquadramentos, analisou-se todos os vídeos televisivo-eleitorais produzidos para os horários eleitorais gratuitos de 2010 e de 2014, totalizando 656 vídeos¹² a compor o *corpus*. O somatório dos programas analisados totalizou 39 horas e 25 minutos.

A respeito da temática ambiental, entende-se que seu enfoque é fruto de uma nova prática discursiva oriunda de transformações sociais, econômicas e culturais. Esse novo apelo discursivo é, também, um “apelo mercadológico” (*ser socioambientalmente responsável* como um diferencial competitivo) e se mostrou como ferramenta de ampliação do campo de promessas e atuações políticas. As articulações que agendam as questões ambientais surgem como armas em um novo campo de disputas e relações de poder (Fairclough, 2010). Com efeito, compreender a construção discursiva das questões ambientais na política tem importância fundamental para os tempos atuais, pois o interesse e o compromisso com a temática socioambiental surgem como novos parâmetros de escolhas, como novos insumos discursivos na arena de disputa por vez, voz e votos.

Os contratos comunicacionais estabelecidos no *corpus* indicam que o agendamento das questões ambientais surgiu a partir de diferentes figuras e em meio a outros temas ao longo das

¹¹ Partido Socialista Brasileiro (PSB).

¹² Os 656 vídeos possuem duração variada entre 15 segundos e 10 minutos e 38 segundos.

campanhas, além de variar em frequência e intensidade entre um pleito eleitoral (2010) e outro (2014). Convém ressaltar ainda as tessituras estéticas desses contratos, uma vez que a publicidade brasileira figura há décadas entre as mais premiadas nos principais festivais mundiais de comunicação¹³. Dessa forma, investigar as campanhas publicitárias dos presidencialistas brasileiros é investigar um objeto de alta qualidade técnica e de alcance global.

Entendendo a eleição como um princípio legitimador do comando político de um país democrático e como um instrumento regulador da vida social e política, buscou-se quais efeitos de sentido foram produzidos a partir das imagens em movimento, como se deu a produção simbólica de temas e figuras, as articulações sociodiscursivas e a seleção das preferências políticas e ideológicas, analisando que posições sacionarrativas foram eleitas pelos presidencialistas em seus agendamentos discursivos, em particular nas mensagens que exibiram a presença ou fortaleceram a ausência do meio ambiente.

A construção da persuasão: o político, um produto?

O *corpus* deste artigo foi produzido exclusivamente pelas equipes de cada presidencialista, ou seja, é um material oficial, autorizado e chancelado por especialistas, sendo a mensagem que cada equipe desejou tornar pública. Então, o que e como é dito deve ser visto como estratégico na composição das personagens dos presidencialistas.

É sabido que a linguagem não é somente um meio de comunicação, mas um instrumento de persuasão. A comunicação política objetiva influenciar atitudes e reforçar ou mudar comportamentos políticos. Essa influência se dá por meio da instrumentalização da comunicação. A publicidade eleitoral muitas vezes utiliza técnicas próprias da publicidade comercial, o que acaba por rebaixar os sujeitos políticos a produtos de consumo (Gomes, 2008: 7). Essa instrumentalização tem ocorrido especialmente porque a política, na contemporaneidade, transmutou a esfera pública em esfera pública espetacular e midiática, aproximando a propaganda eleitoral da comercial (Gomes, 2004: 204).

A comunicação política está presente em muitos momentos da vida sociopolítica dos cidadãos, em informes políticos no decorrer do ano, vídeos institucionais de administrações públicas, prestações de conta de atividades parlamentares, reportagens nos telejornais, nas transmissões televisivas da TV Câmara e da TV Senado e em pronunciamentos dos atores

¹³ Segundo notícia da Folha de São Paulo, a publicidade brasileira conquistou 90 leões na edição de 2016 do Festival de Cannes, o que pode ser considerado o pior desempenho nos últimos cinco anos. <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/06/1785635-publicidade-brasileira-volta-de-cannes-com-18-leoes-a-menos-e-polemica.shtml>>. Acesso em: 27 de junho de 2016.

políticos, sejam nos plenários, sejam nas comissões legislativas. A comunicação eleitoral, por sua vez, está marcada essencialmente pelo processo das eleições, pela busca do voto e conquista do poder. Ambos os tipos de comunicação sofrem influência do marketing. Esse fenômeno promove a centralidade do candidato como produto. Ou seja, a ênfase muitas vezes se dá na produção de determinadas *personas* imagéticas, que são trabalhadas por meio de uma miscelânea de técnicas que dão consistência cênica à dramaturgia democrática, a saber, a mídia, a propaganda e as sondagens políticas, que “reforçam a formação das aparências, ligam o destino dos homens de poder tanto à qualidade de sua imagem pública quanto às suas obras. Denuncia-se então a transformação do Estado em “espetáculo”, em teatro da ilusão” (Balandier, 1982: 6).

O marketing, sobretudo o pessoal, promoveu uma alteração comportamental no campo político. Tem-se, a partir de uso massivo de determinadas técnicas de comunicação, uma revisão de postura frente às vontades coletivas e ao que o eleitorado quer e espera de um líder político. Pippa Norris (2000) demarcou o quanto as campanhas políticas, os políticos e a forma de mobilizar e persuadir os eleitores se transformaram com o desenvolvimento de novas ferramentas e técnicas de comunicação. A lógica da gestão do marketing político é que, se comprar e vender são escolhas, pode-se imaginar o eleitor a consumir, como num simulacro, um produto como quem escolhe determinado candidato (Magalhães, 1995: 134).

Assim, o marketing eleitoral surge como a busca constante pelo melhor desempenho, pelo compromisso com “ações e reações no sentido da construção consciente de uma imagem legítima, crível e alinhada com o perfil político do candidato” (Galindo, 2008: 17). No cenário político contemporâneo, o marketing é o combustível da dramatização política, uma vez que é por meio dele que a lógica do espetáculo se constrói e é apresentado.

O Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) é um momento diferenciado na conquista das preferências e dos votos dos eleitores. Ao investigar o discurso político na campanha eleitoral, investiga-se, sobretudo, a propaganda política e como os discursos são agendados, isto é, postos na seara pública.

Por discurso, como tentei esclarecer várias vezes, não tenho em mente algo que é essencialmente relativo às áreas da fala e da escrita, mas qualquer conjunto de elementos nas quais as *relações* desempenham o papel constitutivo. Isso significa que os elementos não preexistem ao complexo relacional, mas se constituem através dele (Laclau, 2013: 116).

O discurso é construído na interligação do campo de ação e do campo da enunciação, ou seja, entre o lugar de trocas simbólicas e o lugar dos mecanismos de encenação da linguagem. A isso se nomeia *contrato de comunicação* (Charaudeau, 2015). Referir-se ao discurso é se ocupar da fala do discurso político, que “de um lado, circula no espaço público e, de outro, se inscreve em uma cena política” (Charaudeau, 2007: 246). Em sentido semiótico, o contrato de

comunicação estabelece sutilmente uma relação de confiança entre enunciador e enunciatário. Sob essa perspectiva, a comunicação depende de um acordo tácito entre ambos, considerando o contexto em que essa comunicação ocorre.

Refletindo a partir do cenário político contemporâneo brasileiro, encara-se como premissa fundante a ideia de que, em 2010, a campanha de Marina Silva (PV/PSB) agendou as questões ambientais com acentuada proeminência diante dos demais temas. Nesse sentido, o meio ambiente teria sido questão predileta no agendamento discursivo da candidata, transformando-se no ponto nodal do discurso político-eleitoral marinista. Para Laclau e Mouffe (2004), o ponto nodal representa um discurso privilegiado que articula em torno de si outros discursos. Sob esse prisma, seria a partir da hegemonia do discurso de fundo socioambiental que Marina Silva (PV/PSB) organizaria a sua estratégia discursiva político-eleitoral. Para Howarth e Stravarakakis (2000), as práticas hegemônicas têm como objetivo construir e estabilizar os pontos nodais tanto quanto forem possíveis, formando uma base de ordens sociais concretas, sobretudo porque os projetos hegemônicos pressupõem um campo social atravessado por antagonismos, podendo ser articulados por projetos políticos opostos. Assim, a predileção pela temática ambiental por parte de Marina Silva (PV/PSB) não seria meramente um fato isolado do campo comunicacional, mas uma arma retórica que constrói e costura todo o fazer e viver políticos marinista.

Sabemos, por exemplo, que a convocação e a dominação *carismática* do político é baseada na possibilidade de captura de nosso desejo por um corpo, uma personalidade, um estilo, um ritmo e uma voz, de forma que, para além dos elementos tradicionais que podem ser codificados – econômicos e sociais – estes dados estéticos, porém inconscientes, também fundam uma esperança, e geram uma energia política, sobre e a partir de aspectos imaginados a respeito das qualidades do governante. O que sonhamos do líder, e, principalmente, o seu modo único de nos fazer sonhar – com os complexos pactos de *comunicação* que a ele se agregam – em conjunto com o que ele pode ou não entregar, faz parte do valor de dominação que ele exerce sobre nós (Ab'saber, 2015: 9).

O discurso socioambiental se faz presente no campo comunicacional brasileiro a partir dos anos 1980, quando a Associação Brasileira de Anunciantes (ABA) problematizou a responsabilidade social da propaganda. Nesse momento, o discurso publicitário brasileiro passa a se interessar por apresentar o desejo por uma vida para além dos bens e produtos que o mercado oferecia. Já no início dos anos 1990, o termo “responsabilidade social” ressurgiu devido ao movimento pelas lutas ecológicas, que alcançou destaque na Conferência da Terra - Eco 92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Para Rocha (2010), esse termo surge como reação a uma má vontade difusa dos consumidores para com as forças econômicas que conformam a cidade, o meio ambiente e as relações sociais sob a lógica da mercadoria. Assim, projetos de valorização e preservação do meio ambiente, otimização dos recursos naturais, redução de gases lançados na

atmosfera, cuidados com as florestas e uma dita riqueza natural da biodiversidade se uniram aos apoios às manifestações da cultura popular e patrocínios esportivos que dão o tom da comunicação de diversas empresas, dos mais variados setores da economia, como bancos, operadoras de cartão de crédito e montadoras de automóveis. No discurso publicitário brasileiro, a frustração com as promessas de modernização do passado e com o estado do capitalismo atual foi tematizada pelo avesso, nos conceitos de “qualidade de vida” e “responsabilidade social” (Rocha, 2010: 200).

A escolha de peças publicitárias político-eleitorais como *corpus* parte do entendimento de que a vida social e as práticas discursivas estão cada vez mais colonizadas pelo capital e este apresenta a publicidade como sua principal arma retórica na conquista da predileção e do voto do eleitor-telespectador.

A campanha presidencial brasileira de 2010

Desde o início, a campanha televisiva-eleitoral de Marina Silva (PV/PSB) a colocou como próxima ao meio ambiente. Tal proximidade foi cortejada discursivamente em diversos momentos, pois os estrategistas marinistas não perderam a oportunidade de agendar textual e visual-cromaticamente as questões ambientais. Tanto a candidata, quanto seus apoiadores, anônimos ou artistas famosos, verbalizaram, em inúmeras oportunidades, o interesse pelas questões que envolviam o meio ambiente. Nesse sentido, a saliência da temática ambiental foi acentuada na campanha marinista.

A partir do agendamento de vasto repertório figurativo, Marina Silva (PV/PSB) buscou imagens eufóricas, como a da natureza intocada, a beleza da fauna em extinção, o sobrevoou de florestas, rios límpidos, navegáveis, sem poluição e, em outros momentos, figuras disfóricas como a fumaça a sair de fábricas e de processos industriais, áreas desmatadas como fruto da devastação ilegal. Foi estratégico para a campanha marinista enfatizar a história de vida da candidata e suas preocupações ambientais, que seriam originais, diferentes das práticas corriqueiras da política brasileira.

O esforço em colocar o desenvolvimento sustentável como tônica surgiu como um dos elementos retóricos mais utilizados na composição da *persona* marinista. O agendamento do meio ambiente por meio da figura de árvores foi renitente, com a cor verde se fazendo estrategicamente hegemônica a cada depoimento: esteve nas roupas de Marina Silva (PV/PSB) e de seus apoiadores, em bandeiras de correligionários, na decoração de escritórios, nas árvores que margearam cada depoimento, na ilustração animada pela computação gráfica, nas setas que ressaltaram o crescimento nas pesquisas de intenções de voto e no nome do partido. A ideia foi asseverar o verde como parte fundamental na vida da presidenciável e, por extensão, a questão

ambiental, o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável como temas incontornáveis, sempre presentes no dia a dia marinista.

Figura 1: Marina Silva e o verde onipresente.



Marina Silva (PV/PSB) se colocou como uma espécie de terceira via, uma alternativa para além da disputa entre os dois principais partidos brasileiros, no que classificou como “*a luta do poder pelo poder*”. A personalização das campanhas eleitorais ganhou realce, pois se propôs uma nova ontologia política com foco no desenvolvimento sustentável, convocando figuras que transitaram entre diferentes mundos – a candidata é quem conseguiria interligar sem tensões o melhor dos dois polos, ou seja, a floresta e a cidade, o passado e o futuro, os melhores quadros de todos os partidos e os melhores estudiosos da academia com a sociedade. Marina Silva concatenaria um novo Brasil a uma nova forma de fazer política, com mais eficiência e menos desperdício. Sob outra perspectiva, ela seria o ponto que apaziguaria inquietações entre o desmatamento e a preservação. Contudo, a considerar tais proposições, não se viu demonstração de como realizá-las, tendo apenas se apresentado a ideia de valorização dos abundantes recursos naturais e conversão do desperdício de dinheiro público em saúde de qualidade, em educação transformadora e em mais segurança.

Em termos ambientais, houve uma dupla aproximação: ora se cortejou a natureza intocada, o belo da floresta e dos animais em revoada, ora se buscou proximidade ao ideal ecoeficiente, fomentando-se uma interação entre meio ambiente e tecnologia como forma de construir um futuro com mais oportunidades no campo e na cidade. Foi observado um discurso político que tentou hegemonizar as questões ambientais ao agendá-las reiteradamente tanto em termos verbais, quanto em termos visuais e cromáticos.

A campanha de José Serra (PSDB), por outro lado, encarou outros temas como estratégicos, deixando de lado o meio ambiente. Apresentou-se como fundamental a exibição do

candidato como um gestor experiente, um técnico competente, um político com vivência. Os temas se alternaram entre saúde, educação, obras infraestruturais, ataques aos adversários e combate às drogas., sem espaços para o meio ambiente. Mais do que um problema ou solução, o meio ambiente pareceu nem existir. Portanto, as questões ambientais se encontraram totalmente ausentes do agendamento estratégico discursivo da *persona* política serrista, que sequer mencionou “meio ambiente” no decorrer de inúmeros vídeos televisivo-eleitorais.

Já a campanha de Dilma Rousseff (PT) operou a partir da estratégia de construir a *persona* pública da candidata como próxima ao então presidente Lula. Esse fato foi reforçado pela ancoragem de muitas imagens dos dois em diferentes cenários: ambos apareceram de Norte a Sul do Brasil, em escritórios e gabinetes, em contato com eleitores e dialogando entre si. O objetivo foi reforçar a ideia de uma campanha de continuidade, com Dilma Rousseff (PT) plenamente capaz de substituir e aprimorar os programas lulistas, avançando em políticas sociais, econômicas, culturais e ambientais. Uma das imagens mais frequentes foi a de Dilma Rousseff (PT) como mulher e mãe. A construção “*mãe do PAC*” surgiu com frequência, sobretudo, a partir de imagens da transformação na vida social brasileira, evidenciando a ascensão econômica das famílias, o aumento no consumo de alimentos, a compra de bens, como um automóvel, uma motocicleta e a casa própria.

O meio ambiente foi tema agendado com parcimônia. Quando convocado, foi posto a partir de duas perspectivas: da grandeza e da riqueza da biodiversidade da flora, da fauna e das populações locais; e do “meio ambiente tecnologizado”, ou seja, uma conjunção entre ciência e tecnologia que permitiria mais desenvolvimento. Esse meio ambiente tecnologizado surgiu a partir de parques eólicos, dos biocombustíveis, das obras de infraestrutura, como as hidrelétricas, e da ampliação da produtividade nas lavouras, com uma agricultura cada vez mais mecanizada. Por outro lado, percebeu-se uma aproximação ao *culto ao silvestre* a partir da valorização da natureza bruta, intocada, “selvagem”, exótica, isto é, da imensidão da floresta, do rio sem poluição e dos animais exuberantes em *habitat*. Em outra perspectiva, também se cortejou a *ideologia da ecoeficiência* a partir da utilização dos recursos naturais disponíveis, potencializando os ganhos econômicos, as transformações sociais, a melhoria da qualidade de vida e o avanço material sem prejuízo dos recursos naturais disponíveis. Nesse quadro, as tensões do *ecologismo dos pobres* foram apagadas ou abafadas. Não há lugar para aspectos disfóricos na campanha dilmista.

O segundo turno se iniciou com José Serra (PSDB) parabenizando Marina Silva (PV/PSB) pela expressiva votação e fazendo referência a um meio ambiente protegido, colocando-o como importante, algo a ser valorizado, figurando ao lado da liberdade, da democracia e do direito à vida. A campanha serrista falou expressamente em “*desenvolvimento sustentável*” e “*respeito ao meio ambiente*”, chegando a exibir imagens de árvores, um artifício

retórico bastante utilizado por Marina Silva (PV/PSB). Contudo, tal aproximação aos temas ambientais foi incipiente e se deu mais como uma tentativa de conquistar os apoiadores marinistas. O que teve lugar no segundo turno serrista foi o alardear de casos de corrupção e de práticas consideradas antidemocráticas, como forma de desqualificação petista. Assim, o PT surgiu como um partido a ser denunciado e derrotado tanto politicamente, quanto moralmente.

A campanha de Dilma Rousseff (PT), por sua vez, anunciou o interesse no “*desenvolvimento ambiental e tecnológico*” e, muitas vezes, apresentou a candidata com vegetações em segundo plano. Fez, ainda, algumas referências diretas ao meio ambiente, chegando a exibir atrizes que destacaram a busca por fontes de energia renovável como um objetivo da presidenciável. Falou-se em turbinas eólicas, redução do desmatamento na Amazônia e luta contra o aquecimento global. O meio ambiente que surgiu na propaganda dilmista visou o desenvolvimento tecnologizado, próximo à ideologia da ecoeficiência. No segundo turno, a candidata petista agendou com muito mais contundência o meio ambiente, promovendo inúmeras referências textuais, verbais e visuais de forma direta e indireta. A preservação do meio ambiente figurou como um ideal a ser alcançado de forma concomitante ao desenvolvimento.

Figura 2: propaganda de Dilma Rousseff destaca a redução do desmatamento na Amazônia e a produção de biocombustíveis



A campanha presidencial brasileira de 2014

O início da disputa eleitoral foi marcado pela morte do presidenciável Eduardo Campos, o que elevou Marina Silva (PV/PSB), então candidata a vice-presidente, à condição de presidenciável. Observou-se, mais uma vez, Marina Silva a se colocar como *a candidata verde* a partir do agendamento direto e indireto do meio ambiente. A *cowership issue* é acentuada, colocando a candidata como plena detentora de *competências verdes*. Porém, a convocação das questões ambientais ocorreu com muito menos frequência e intensidade que na campanha de

2010, uma vez que se visou colocá-la para além da figura de autoridade na temática ambiental, com a candidata abordando outros temas. Apesar de avançar sob um arco temático ampliado, a proximidade marinista aos temas ambientais foi cortejada em agendamentos textuais, topológicos e cromáticos estratégicos, com a candidata a se exibir vestida com roupas em tons de verde, por legendas esverdeadas, indo-se até o verde, digital ou literal, presente no cenário e na edição dos vídeos psbistas. O agendamento estratégico seguiu a dinâmica de colocar Marina Silva (PV/PSB) cercada pelo verde vegetal como se a candidata integrasse e unisse em si mesma a pauta ambiental. Esse agendamento ocorreu tanto por parte da candidata, quanto por seus apoiadores, famosos ou desconhecidos, que teatralizaram a proximidade marinista ao verde como metonímia para as questões ambientais.

De forma geral, a estratégia discursiva de 2014 se assemelhou à de 2010. Contudo, um aspecto que ganhou relevância foi a proposição de uma nova ontologia política. Aécio Neves (PSDB) e Dilma Rousseff (PT) foram constantemente sugeridos como exemplos da velha política brasileira, viciados no poder pelo poder, na troca de cargos por apoio político, como um passado que precisa ser superado. Em contrapartida, a equipe marinista insistentemente a colocou como *a novidade*, alguém que detinha e propunha uma nova ontologia política, com novas práticas, como alguém diferente, honesta, comprometida com transformações estruturais e com a valorização de diferentes aspectos, inclusive os ambientais.

Marina Silva (PV/PSB) sempre foi apresentada como autoridade quando o tema agendado foi o meio ambiente. Tal entendimento ganhou ressonância com a exposição da vida da candidata, que surgiu como prova real, não sendo, como a própria presidenciável verbalizou, apenas um discurso, mas uma vivência. O agendamento ambiental apareceu na campanha marinista a partir de um meio ambiente idealizado, que se nutriu do *culto ao silvestre*, a partir de figuras como a vegetação viva, a floresta em pé, uma visita à Amazônia, a reserva ambiental, os cuidados como os indígenas e a liberdade dos animais em *habitat*.

Aécio Neves (PSDB), por outro lado, sequer citou o meio ambiente, dedicando-se mais a evidenciar a vida difícil dos brasileiros com a ineficiência estatal, o crescimento da inflação e o aumento do desemprego. Com isso, destacou-se a falta de confiança da população em Dilma Rousseff (PT), ressaltando a corrupção e a velha política, que seriam praticadas pelo PT. A campanha psdbista realçou a experiência política de Aécio Neves (PSDB), suas ideias e realizações enquanto deputado, governador e senador, e sua capacidade de diálogo político. Outro aspecto relevante foi a crítica moralista de fundo conservador, sobretudo, ao abordar o combate aos malfeitos. Aécio Neves (PSDB) chegou a declarar que a solução para acabar com a corrupção seria “*tirar o PT do poder*”.

Quando a política acontece na esfera da moralidade, os antagonismos não podem assumir uma forma agonística. Na verdade, quando os oponentes não são definidos em termos políticos, mas em termos morais, eles não podem ser encarados como “adversários”, mas unicamente como “inimigos”. Com o “eles do mal” nenhum debate agonístico é possível: é preciso exterminá-los (Mouffe, 2015: 74-75).

Dilma Rousseff (PT), buscando a reeleição, dedicou-se a exibir as transformações socioeconômicas sob as administrações petistas, como a compra da casa própria, do carro ou moto, a estudante que se graduou no ensino superior e o jovem que conseguiu o emprego nas grandes obras de infraestrutura. Os estrategistas petistas buscaram figurativizar um Brasil grande. Nesse sentido, só houve espaço para obras gigantescas, especialmente, hidrelétricas que, a despeito das transformações no meio ambiente, pretensamente levariam o desenvolvimento para diferentes populações. Dilma Rousseff (PT) enfatizou, junto ao ex-presidente Lula, o desejo de continuar transformando o Brasil, em especial a educação e a saúde, a partir dos *royalties* do Pré-Sal, que foram postos como uma riqueza ímpar. O combate à corrupção surgiu com destaque, como uma marca dos governos petistas.

Em termos ambientais, a campanha dilmista exibiu muitas áreas verdes, como a vegetação em ambientes externos, florestas, jardins e campos. Contudo, fez-se pouca referência ao meio ambiente e nenhuma à sustentabilidade. O que se expôs foi um ideal de desenvolvimento sem adjetivação, isto é, não houve espaço ou desejo pelo desenvolvimento *sustentável*, por respeitar o tempo da terra, pelo manejo cuidadoso dos recursos naturais. O grande Brasil agendado foi o do *agrobusiness*, que entende o meio ambiente como matéria-prima para a produção crescente de produtos, destacadamente, os exportáveis.

Figura 3: propaganda de Dilma Rousseff destaca grandiosidade do agronegócio.



O que é figurativizado nessas imagens da campanha petista fortalece os escritos recentes do economista Luiz Carlos Bresser-Pereira (2015), sobretudo a ideia do novo desenvolvimentismo, uma etapa capitalista na qual se reconhece o papel do mercado na coordenação econômica, mas afirma-se que a coordenação mais geral da sociedade e do próprio mercado cabe ao Estado. Dessa forma, esse neodesenvolvimentismo seria uma estratégia nacional de desenvolvimento – o que, nos governos petistas, ficou conhecido como os *campeões nacionais*.

O segundo turno durou 15 dias com as emoções tensionadas. Com tempo de propaganda eleitoral dividido de forma igual para a divulgação de propostas e soluções, os estrategistas políticos elevaram as capacidades técnicas narrativas ao auge.

A disputa entre Aécio Neves (PSDB) e Dilma Rousseff (PT) gravitou em torno do tema da economia. Para o psdbista, a economia dava sinais de paralisação, a inflação voltava, o desemprego se aproximava de mais famílias. A situação era negativa e demandava cuidados. Para a petista, o que teve lugar foi a transformação socioeconômica iniciada com o ex-presidente Lula. Assim, enquanto se combatia a corrupção, os brasileiros compravam casas, carros, motos, viajavam de avião e investiam em educação. O quadro, apesar de demandar atenção, era positivo. Em meio a acusações políticas e, também, pessoais, viu-se Aécio Neves (PSDB) reforçar a ontologia política do PSDB, sob o signo de uma administração eficiente, moderna, com base na meritocracia e no compromisso do *gestor*, não meramente como um político. A campanha petista, por outro lado, centrou-se em críticas a esse modo de administrar, que seria privatista, impopular e negativo ao interesse coletivo nacional. Mesmo sendo da situação, a candidata à reeleição usou como estratégia o ataque e a destruição do projeto político do adversário. Assim, a campanha petista promoveu, sistematicamente, a negação de qualquer aspecto positivo nas administrações do PSDB, seja em nível federal, sob o comando do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, seja estadual, com Aécio Neves (PSDB) e outros políticos da sigla.

A ideia de uma nova política foi cortejada tanto por Aécio Neves (PSDB), quanto por Dilma Rousseff (PT). Para o psdbista, que no segundo turno teve o apoio de Marina Silva (PB/PSB), o novo gravitaria sobre uma mudança geral e profunda no nível político e pessoal-moral. Para a petista, o novo demandaria alterações pontuais e se referiria ao novo Brasil que já acontecia e que continuaria com a reeleição.

Em termos ecológicos, o agendamento do meio ambiente continuou reduzido, semelhante ao ocorrido durante o primeiro turno. Os estrategistas psdbistas e petistas expuseram os candidatos com o verde vegetal em segundo plano, exibindo, por meio de jardins ou florestas, um simulacro de proximidade e interação. Nesse sentido, os peritos comunicacionais de cada presidencial buscarem exprimir imagens que valorizaram mais a estética que o conteúdo. Sob essa perspectiva, o que se destacou foi o Brasil grande, o lugar paradisíaco, a imensidão do rio

navegável, o pôr-do-Sol. Especialmente para Dilma Rousseff (PT), o meio ambiente foi agendado sob o ponto de vista do agronegócio: a gestão ecoeficiente faria o Brasil dar certo, produzir riqueza, exportar e gerar divisas, movimentar a economia com muitos empregos. Contudo, de forma geral, é possível afirmar que o agendamento da temática ambiental foi diminuto, pois os argumentos discursivos aecistas e dilmistas buscaram construir e demolir as ontologias políticas próprias e do adversário, respectivamente. Nesse sentido, houve um rebaixamento do nível da disputa a momentos de ataques e insinuações que colocaram a política, as discussões de soluções, a construção da cidadania e as questões ambientais em segundo plano diante da disputa do poder.

Considerações finais

O Brasil, especialmente a partir da primeira campanha presidencial no início da redemocratização, em 1989, promoveu uma forte estetização da política. Com mais liberdade, os políticos passaram a viver narrativas altamente intrincadas, atraentes e cheias de significantes. Ao contarem com peritos e especialistas discursivos em postos de comando a definir quando, onde e o que falar ou fazer, os políticos passaram a fabricar e a fazer uso de uma espécie de linguagem própria.

Essa redefinição discursiva – um novo léxico – ocorre porque os estrategistas contemporâneos são, em geral, especialistas¹⁴ que utilizam símbolos, não argumentos. Alberto Carlos Almeida, em investigação sociológica acerca do eleitorado brasileiro, afirmou que “o eleitor médio trabalha com grandes emblemas, com grandes símbolos” (Almeida, 2008: 29). Os estrategistas políticos são sabedores dessa informação e, a partir disso, complexificam cada reclame eleitoral. Dessa forma, para assegurar o êxito eleitoral, cada partido deve constantemente recompor suas mensagens, abarcando novas organizações e múltiplos interesses dos eleitores. A temática ambiental surge com grande interesse, sendo um tema ascendente na esfera pública. Como destacou Bernard Manin (1995 e 2013), os partidos cada vez mais têm de mobilizar os cidadãos, atraindo atenção e interesse. Esta observação sinaliza um novo processo no jogo eleitoral, uma vez que esse novo fazer discursivo e actancial dos partidos e agentes políticos muitas vezes desvirtua os fundamentos e princípios estabelecidos pelas próprias agremiações. Assim, “os partidos já não podem ser vistos como sujeitos políticos no sentido de que não têm identidade bem definida e duradoura” (Manin, 2013: 117). Ao mesmo tempo, essa identidade

¹⁴ Os estrategistas não são necessariamente publicitários, sendo muitas vezes jornalistas, por exemplo. Contudo, todos têm uma aguçada visão de *marketing* e da utilização de ferramentas na construção de *personas* políticas.

fluída do candidato, muitas vezes sem forte vínculo partidário, se dilui ainda mais a cada disputa eleitoral, o que acentua certa personalização e individualização¹⁵.

Na análise empreendida no *corpus*, se observou uma constante disputa discursiva pela conquista da legitimidade. Na televisão, os deslocamentos sociopolíticos e discursivos impulsionam de sobremaneira a transformação da representação do governante, do líder, do político. John B. Thompson (1995) ponderou que na televisão a visibilidade foi elevada a um nível de significado histórico¹⁶. Dessa forma, a televisão, enquanto veículo de entretenimento, transformou o Estado e os políticos, que agora produzem propaganda emotiva, cativante e agradável. Todo e qualquer reclame político passou a ser julgado por seu grau de entretenimento. Muitos dos vídeos televisivo-eleitorais do *corpus* foram inserções com duração de 15, 30 ou 60 segundos e foram exibidos durante a “programação normal” da televisão¹⁷. Ou seja, a propaganda política se deslocou para a competição entre anúncios de produtos e serviços, que utilizam técnicas narrativas que reduzem ou mesmo esvaziam a profundidade dos problemas sociais, econômicos e ambientais. Nisso, o que surge como artifício retórico essencial é a construção de enredos na forma de *storytelling*, em que “os melhores contadores de história vencerão” (Xavier, 2015: 16). Dessa maneira, o fazer discursivo político contemporâneo, moderno e tecnologicado, promove uma *progressiva mistificação do Estado, da política e do político*. A personalização e a individualização das disputas políticas surgem com destaque.

Ignorando as tensões entre a atual forma de desenvolvimento econômico e a sustentabilidade, os discursos dos principais presidenciais brasileiros ressemantizaram as questões ambientais a cada agendamento temático, discursivizando uma ampla variedade de temas, com cada enunciador a se guiar por diferentes interesses. Desta maneira, os discursos transitaram da saúde à segurança pública ou da economia à educação. Agendou-se um imenso caleidoscópio imagético-temático, mas, sobretudo, houve três sujeitos tornados visíveis nos vídeos eleitorais examinados.

O primeiro, encabeçado por Marina Silva (PV/PSB), ora cortejou o *culto ao silvestre*, evidenciando o valor material da biodiversidade viva, ou seja, a floresta em pé, o animal em *habitat*, o rio não poluído, ora acenou para a *ideologia da ecoeficiência*, asseverando o conjugar entre desenvolvimento econômico e o respeito ao meio ambiente. Sendo a presidencial que

¹⁵ A Marina Silva, por exemplo, concorreu em 2010 pelo Partido Verde. Em 2014, pelo Partido Socialista Brasileiro e em 2018 pela Rede Sustentabilidade.

¹⁶ De acordo com a Pesquisa de Brasileira de Mídia (2015), produzida pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e analisa os hábitos de consumo de mídia pela população brasileira, a TV ainda é o principal meio de comunicação, utilizado sobretudo para a busca de informações e para o entretenimento.

¹⁷ Diferentemente dos vídeos dos programas eleitorais gratuitos, que vão ao ar em horários pré-estabelecidos.

mais agendou as questões ambientais (*issue salience*), foi insistente a operação de construção de sua *persona* política como próxima às questões ambientais. Os estrategistas marinistas não hesitaram em utilizar a cor verde ou promover qualquer referência ao ambientalismo, como se a candidata e a temática ambiental se imbricassem, tornando-se algo único. A presença dos temas ambientais foi de tal forma na campanha marinista que a candidata, mesmo contando com muito menos tempo de TV, abordou-a incessantemente.

O segundo sujeito, isto é, José Serra e Aécio Neves, presidenciáveis pelo PSDB em 2010 e 2014, respectivamente, entende o meio ambiente como algo menor, secundário, acessório. Os referidos candidatos operaram discursivamente fazendo referência às suas realizações enquanto homens públicos, especialmente na economia, na saúde e na gestão pública, além de terem engendrado críticas políticas e de ordem moral ao PT e à Dilma Rousseff (PT). Apesar de pouco agendada, a questão ambiental foi posta sob dois caminhos: no primeiro, cortejou-se o apoio de Marina Silva (PV/PSB) e de seus eleitores nos segundos turnos das disputas eleitorais (os acenos foram de ordem pragmática, momentâneos); no segundo, o meio ambiente foi posto ora como metáfora da pobreza, como o que restava às áreas não desenvolvidas, ora como uma grande tela estética, um imenso cartão postal com imagens aéreas do rio navegável, do crepúsculo no litoral e da vastidão geográfica do ambiente turístico.

Dilma Rousseff (PT), por sua vez, operacionalizou seu discurso sob a ordem das transformações socioeconômicas dos governos petistas. O que teve lugar foi o cidadão médio que adquiriu bens materiais e culturais, como casas e apartamentos, veículos automotores, entrou em universidades e realizou viagens de avião. Apesar de abordar uma miscelânea de temas, as mudanças sociais oportunizadas pelo crescimento econômico foram o principal foco temático.

Quanto às questões ambientais, os estrategistas petistas se utilizaram de figuras que remeteram ora ao agronegócio, com louvação às posições de destaque na exportação de produtos, ora às imagens que acenaram ao *evangelho da ecoeficiência*, em especial com as construções de grandes hidrelétricas. Ainda que tenha propagandeado o Pré-sal, isto é, quantidades gigantescas de petróleo no fundo do mar, o agendamento desse recurso natural altamente poluente foi posto como totalmente positivo, uma riqueza econômica que se transformaria em um trampolim para o aumento do financiamento público em saúde e educação. Nesse sentido, as questões ambientais sofreram uma *flutuação convocatória*, estando por vezes presentes (de forma central ou lateral) ou completamente ausentes. Assim, o que recebeu visibilidade foi a renovação capitalista segura, o ambiente controlado, a energia dita sustentável, a gestão ecoeficiente dos recursos naturais, isto é, o meio ambiente a conviver sem tensões com a necessidade constante de crescimento dos índices econômicos.

Em termos ambientais, o valor político do mundo integrado ao capitalismo globalizado esteve bem definido: foi o ideal ecoeficiente quem deu as cartas. Os contratos comunicacionais estabelecidos entre os presidenciáveis e o telespectador-eleitor giraram em torno do esvaziamento de qualquer exploração ou perigo. Não houve espaço para aspectos negativos, ou seja, não houve poluição, rios intrafegáveis, florestas postas abaixo ou animais sendo condenados à extinção. Dessa forma, os percursos narrativos que envolveram as questões ambientais reafirmaram a complexidade de um mundo sustentável, situando a ideia preservacionista e a desenvolvimentista/do progresso industrial no mesmo quadrante, como se coexistissem sem tensões. Nessa perspectiva, certo *esverdeamento* do discurso eleitoral presidencial brasileiro tentou responder às demandas que questionam o atual modo de (re)produção capitalista e suas desigualdades.

O agendamento discursivo das questões ambientais no cenário eleitoral brasileiro pareceu, sobretudo, retórico, pois continuou sob a égide de mais exploração dos recursos minerais e de um aprofundamento da degradação ambiental. As mudanças recentes ocasionadas pelo governo Bolsonaro nos órgãos ambientais certamente oportunizam novos estudos para avaliação situacional e suas respectivas consequências nos fazeres e dizeres políticos. Por fim, no cenário da ecoeficiência, sem se desejar voltar à primeira natureza, à natureza intocada, destaca-se que se faz necessário refletir acerca dos impasses socioambientais, que só terão fim por meio da integração das questões sociais, ambientais e econômicos, sem assimetrias de poder e de informação.

Referências bibliográficas

- AB'SABER, Tales (2015), *Dilma Rousseff e o ódio político*, São Paulo, Hedra.
- ALMEIDA, Alberto Carlos (2008), *A cabeça do eleitor: estratégia, pesquisa e vitória eleitoral*, Rio de Janeiro, Record.
- BALANDIER, Georges (1982), *O poder em cena*, Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de (1994), *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática.
- BRASIL (2015), *Pesquisa Brasileira de Mídia*. Brasília, Presidência da República – Secretaria de Comunicação Social. Disponível em <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/relatorio-final-pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015/view>. Acesso em 26 de setembro de 2020.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2015), *A construção do Brasil - Sociedade, economia e Estado desde a Independência*. São Paulo, Editora 34.
- CHARAUDEAU, Patrick (2015), *Discurso político*, São Paulo, Contexto.

- AQUINO, Filipe (2020), “Convocações ecológicas: o meio ambiente nas campanhas presidenciais brasileiras”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXX, pp. 75-94.
- (2007), “Pathos e discurso político” in Ida Lucia Machado; William Menezes, Emilia Mendes (orgs.), *As emoções no discurso*. Volume 1. Rio de Janeiro, Lucerna, pp. 240-251.
- GALINDO, Daniel (2008), “Do marketing político ao marketing do político” in Adolpho Queiroz (org.), *A propaganda política no Brasil contemporâneo*, São Bernardo do Campo, ABCOP e Cátedra Unesco/Metodista, v.1, p. 17.
- GOMES, Neusa Demartini (2008), “Comunicação política: olhares convergentes e divergentes” in *XVII – Encontro da Compós - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Paulista*, São Paulo, 03-06 de junho de 2008.
- GOMES, Wilson (2004), *Transformações da política na Era da comunicação de massa*, São Paulo, Paulus.
- HOWARTH, David; STAVRAKAKIS, Yannis (2000), “Introducing discourse theory and political analysis” in David Howarth, Alleta Norval, STAVRAKAKIS, Yannis Stavrakakis (orgs.), *Discourse Theory and Political Analysis: identities, hegemonies and social change* New York, Manchester University Press, p. 15.
- LACLAU, Ernesto (2013), *A razão populista*, São Paulo, Três Estrelas.
- LACLAU, Ernesto; CHANTAL, Mouffe (2004), *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.
- MAGALHÃES, Raul Francisco (1995), “A Ciência Política e o Marketing Eleitoral”, *Revista Comunicação e Política*, v.I, n.3, abril-julho, p. 134.
- MANIN, Bernard (2013), A democracia de público reconsiderada. *Novos Estudos Cebrap*: número 97, Novembro 2013.
- (1995), As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.10, n.29, São Paulo.
- MARTÍNEZ ALIER, Joan (2009), *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*, São Paulo, Contexto.
- MOUFFE, Chantal (2015), *Sobre o político*, São Paulo, Editora WMF Martins Fontes.
- NORRIS, Pippa (2000), *A Virtuous Circle: Political Communication in Postindustrial Societies*, Cambridge University Press Fall.
- OLIVEIRA, Ana Claudia Mei Alves de (2004), *Semiótica plástica*. São Paulo: Hacker Editora.
- PIETROFORTE, Antonio Vicente Seraphim (2007), *Análise do texto visual*. São Paulo: Editora Contexto.
- (2004), *Semiótica Visual*. São Paulo: Editora Contexto.
- PRADO, José Luiz Aidar (2011), (Org.). *Regimes de visibilidade em revistas: análise multifocal dos contratos de comunicação*. In: DVD, 1 ed. São Paulo: PUC-SP, v.1.
- THOMPSON, John B. (1995), *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes.
- XAVIER, Adilson (2015), *Storytelling*, Rio de Janeiro, Bestseller.

AQUINO, Filipe (2020), “Convocações ecológicas: o meio ambiente nas campanhas presidenciais brasileiras”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXX, pp. 75-94.

Filipe Aquino. Analista Técnico em Comunicação e Marketing no Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae Maranhão (São Luís, Maranhão). Endereço de Correspondência: Avenida Solimões, Quadra B, Casa 3. Parque Amazonas, São Luís, Maranhão, 65031-660, Brasil. Email: filipeaquino@gmail.com, filipe@ma.sebrae.com.br

Artigo recebido em 2 de março de 2020. Aprovado para publicação em 20 de novembro de 2020.

Formação doutoral em Serviço Social. Contributos para a construção de ciência a partir da análise socio-histórica no caso de Portugal e dos Estados Unidos da América

Sandra Mendes

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Instituto Politécnico de Viseu. Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego

Resumo

O presente artigo aborda a criação do projeto científico do Serviço Social a partir da análise socio-histórica da sua emergência na academia, em Portugal e nos E.U.A.. Tem como temáticas centrais a institucionalização do Serviço Social na formação graduada, bem como na criação e desenvolvimento do Doutoramento como formação avançada. Para tal, exploram-se os determinantes institucionais orientadores para o caso norte-americano e a concretização do mesmo para o caso português, a partir da análise documental dos relatórios produzidos pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES).

Palavras-chave: Serviço Social; Doutoramento; Análise Socio-histórica

Doctoral training in Social Work. Contributions to the construction of science from the sociohistorical analysis in the case of Portugal and The United States of America

Abstract

This paper addresses the creation of the Social Work scientific project based on the sociohistorical analysis of its emergence at the university, in Portugal and in the USA. Its central themes are the institutionalization of Social Work in graduate training as well as the creation and development of the PhD as advanced training. To this end, we explore the institutional determinants guiding the American case and the implementation of the same for the Portuguese case, based on documental analysis of the reports produced by the Agency for Evaluation and Accreditation of Higher Education (A3ES).

Keywords: Social Work; PhD; Sociohistorical Analysis

MENDES, Sandra (2020), “Formação doutoral em Serviço Social. Contributos para a construção de ciência a partir da análise socio-histórica no caso de Portugal e dos Estados Unidos da América”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXX, pp. 95-122.

Formation doctorale en Travail Social. Contributions à la construction de la science à partir de l'analyse sociohistorique dans le cas du Portugal et des Etats Unis d'Amérique

Resumé

Cet article aborde la création du projet scientifique du Travail Social, basé sur l'analyse socio-historique de son émergence dans le monde universitaire, au Portugal et aux États-Unis. Ses thèmes centraux sont l'institutionnalisation du travail social dans la formation des diplômés ainsi que la création et le développement du Doctorat en tant que formation avancée. À cette fin, les déterminants institutionnels qui guident le cas américain sont explorés, ainsi que sa mise en œuvre dans le cas portugais, à partir de l'analyse documentaire des rapports produits par l'Agence d'évaluation et d'accréditation de l'enseignement supérieur (A3ES).

Mots-clés: Travail Social ; Doctorat ; Analyse socio-historique

Formación doctoral en Trabajo Social. Aportes a la construcción de la ciencia a partir del análisis sociohistórico em el caso de Portugal y Estados Unidos de America

Resumen

Este artículo trata de la creación del proyecto científico del Trabajo Social basado en el análisis sociohistórico de su surgimiento en el mundo académico, en Portugal y en los Estados Unidos. Sus temas centrales son la institucionalización del Trabajo Social en la formación de postgrado, así como la creación y desarrollo del doctorado como formación avanzada. Para ello se exploran los determinantes institucionales que guían el caso norte-americano, así como su aplicación en el caso portugués, a partir del análisis documental de los informes elaborados por el Organismo de Evaluación y Acreditación de la Enseñanza Superior (A3ES).

Palabras-clave: Trabajo Social; Doctorado; Análisis Sociohistórico

1. Portugal e E.U.A.: breve contextualização sobre as origens do Serviço Social na academia¹

A institucionalização da formação universitária em Serviço Social é, nos casos português e norte-americano, contemporânea e consequente de um conjunto de condições sociais e teóricas²

¹ Este artigo tem por base a tese de Doutoramento em Serviço Social da autora, intitulada “A dimensão científica do Serviço Social: uma ciência em construção”, apresentada ao ISCTE_IUL e defendida em junho de 2020. São aqui apresentados os resultados parciais acerca da institucionalização do Serviço Social em Portugal e nos E.U.A. e, em particular, a análise feita às respetivas formações de Doutoramento. Em termos metodológicos, a partir de uma abordagem de casos múltiplos, a pesquisa empírica centrou-se na exploração do projeto científico do Serviço Social a partir da análise socio-histórica da emergência do Serviço Social na academia; e, da análise a 1289 artigos científicos publicados por investigadores de Serviço Social, em três instituições de ensino superior de três diferentes países: Portugal, Espanha e E.U.A.. Para mais informações, disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/20625>

² “As condições teóricas envolvem, por um lado, um certo estado da problemática (conjunto articulado de questões) no campo científico considerado e os problemas atuais ou virtuais que essa problemática permite formular e, por outro lado, toda a instrumentalidade teórica, metodológica e técnica (os meios de trabalho teórico) disponível e acionável

que lhes subjazem. Quer-se com isto dizer que tal não é inócuo ao desenvolvimento de outras condições, de pendor teórico, político e social, que vieram a fazer parte de um movimento progressista, encabeçado por uma classe média educada, interessada em apresentar soluções para a explosão de problemas sociais que, pelo impacto que tinham no funcionamento social, bem como no domínio das relações sociais, assumiam cada vez maior importância, quer no Portugal do século XX, quer nos E.U.A. do século XIX. Com efeito, em diferentes períodos da história portuguesa e americana, cronologicamente em primeiro lugar nos E.U.A. e só posteriormente em Portugal, os dois países experienciaram um crescimento intenso dos problemas sociais, decorrentes das transformações estruturais próprias da modernidade. Típicos das sociedades modernas, os fenómenos sociais vinculados ao desenvolvimento massivo da maquinaria e da produção industrial, como as condições de trabalho marcadas pela precariedade, os baixos salários, as condições habitacionais deficientes, a desagregação familiar, a pobreza entre outros, chamavam a si formas de resolução que, para além de não poderem ser casuísticas, teriam de ser diagnosticadas, avaliadas e respondidas de forma consistente e responsável. Esta forma estruturada de conceber uma resposta social sólida aos problemas sociais que a modernidade trazia consigo consiste na institucionalização da educação em Serviço Social.

1.1. Do longo e lento processo de institucionalização português

Em Portugal, a emergência do Serviço Social enquanto área disciplinar foi fortemente influenciada pelo regime ditatorial vivido desde a década de 1930. A ação social da época é da responsabilidade da Obra das Mães pela Educação Nacional³, sendo ainda prévias à Constituição de 1933 as primeiras tentativas de edificação da formação em Serviço Social (1928), com o maior propósito de formar os “profissionais” inseridos nos serviços de justiça de menores e 6 anos mais tarde para formar “observadores” de psicologia juvenil e sociais (Martins, 1995). Por conseguinte, a primeira proposta de institucionalização da formação académica em Serviço Social ocorre em 1934, pela autoria da Condessa de Rilvas e por Bissaya Barreto, o que veio a dar origem à criação do Instituto de Serviço Social em Lisboa (1935) e à Escola Normal Social em Coimbra (1937). Na sequência da criação destas duas escolas, surge em 1939⁴ um plano de formação que, ainda

para dar conta dos referidos problemas. As condições sociais designam a pluralidade de estruturas e práticas da formação social em que a atividade de investigação se exerce e que nela por múltiplas formas interfere.” (Almeida *et al.*, 1995: 67)

³ Decreto-lei nº 26893 de 15 de agosto de 1936, que aprova os Estatutos da Obra das Mães pela Educação Nacional (O. M. E. N.)

⁴ Decreto-lei nº 30135 de 14 de dezembro de 1939, que estabelece os princípios gerais de orientação e coordenação a que haviam de submeter-se os estabelecimentos de educação para o serviço social.

que débil, era já desafiador para a época. Aliás, encontra-se aí presente uma certa valorização da dimensão tácita do conhecimento na sua interdependência com o conhecimento abstrato em Serviço Social, ao ressaltar a necessidade de um ensino teórico-prático. Mas é também aí apresentado um trajeto de formação marcado pela pluridisciplinaridade, onde ocorre uma preocupação de compreensão e intervenção sobre o indivíduo nas suas diversas dimensões de vida, nomeadamente na dimensão da saúde e do trabalho, da vida social, mental e moral, e na sua relação com a prática do Serviço Social.

Não podemos deixar de destacar o facto de que também está presente nesse Decreto-Lei a instauração formal de uma formação académica para um público feminino, o que reproduz uma matriz patriarcal e de género onde são remetidas às mulheres a formação e profissionalização para o cuidado. Mas é importante também considerar uma certa matriz de pensamento individualizante onde se atribui ao indivíduo a responsabilização pelos problemas sociais. Esta operacionalização formal de um conjunto de princípios orientadores é revista em 1956⁵⁶ com a introdução de alterações ao plano de estudos que remetem para a necessidade de entender os problemas sociais como decorrentes das transformações associadas à evolução da sociedade portuguesa. Pese embora a formação em Serviço Social continuasse a ter subjacente um preceituado de valores católicos, esta estaria agora mais alinhada com os valores associados aos direitos humanos numa perspetiva não religiosa. Note-se ainda, uma primeira injeção de carga sociológica no Serviço Social português induzido pelo próprio Decreto-Lei ao referir que:

“Decorridos dezasseis anos verifica-se a necessidade de introduzir certas alterações no preceituado pelo referido decreto lei, alterações destinadas principalmente a conseguir uma correspondência mais perfeita às exigências da evolução social portuguesa, que semelhantemente à de outros países, reclama-se de cada vez maior incremento às atividades de grupo, educativas e culturais, aos movimentos de organização das comunidades e aos estudos de carácter sociológico em que essas atividades e movimentos forçosamente têm de basear-se.” (Decreto Lei nº 40 678, nº1)

Em 1960, o Serviço Social via-se legitimado pela academia enquanto curso superior, a ser lecionado nos três institutos de ensino superior particulares, vendo novamente o seu plano de estudos reformulado, iniciando o seu distanciamento da prática-voluntarista para assumir uma prática mais profissionalizante e metódica. Nos anos 60 a formação académica em Serviço Social inicia o seguimento de modelos de formação já erigidos em democracias ocidentais. O currículo de formação de quatro anos ao nível do ensino superior tinha uma forte influência dos métodos clássicos de Serviço Social e conceptualizava os direitos sociais e humanos como principal

⁵ Decreto-lei nº 40678, de 10 de Julho de 1956, que insere as disposições pertinentes ao funcionamento de escolas destinadas à formação de assistentes sociais, de assistentes familiares e de monitoras familiares.

⁶ Data de 1956 a criação da terceira escola privada de formação em Serviço Social, o Instituto de Serviço Social do Porto.

preocupação do Serviço Social. Num contexto “ditatorial” e de “censura” da liberdade de expressão, era vedada a algumas ciências sociais, como é o caso da Psicologia e da Sociologia, uma formação académica própria, reconhecendo-se apenas os centros de formação em Serviço Social, como o único quadro de desenvolvimento das ciências sociais desejado até então em Portugal. Parafraseando Branco *et al.*,

“sem as liberdades fundamentais e a democracia política, num país rural e pobre, a consciência da população face aos seus direitos é estreita, reina então o corporativismo católico, o anti-liberalismo e o anti-Estado Providência, que vão arremessar e domesticar o Serviço Social, inserido nos campos da assistência (...) e da previdência.” (Branco *et al.*, 2005:2)

Foram introduzidas disciplinas específicas da Filosofia, das Ciências Sociais e da Psicologia, mas sobretudo caminhava-se para os processos metodológicos do Serviço Social de casos. Ainda que essa modificação no plano de estudos possa ter ocorrido, segundo Ferreira (2009) as monografias produzidas não demonstravam grande distanciamento da primeira escola de pensamento, mantendo a caracterização dos territórios e a valorização dos costumes e das tradições. Como Santos *et al.* (2016) referem, deve-se ter presente que a criação das primeiras escolas da área ocorre no quadro do Estado Novo que, apenas em 1974, conhece o seu fim. O que significa que, numa história de 85 anos de ensino em Serviço Social, 39 desenvolveram-se sob um regime fascista, totalitário e de censura.

Na sequência do 25 de abril de 1974 e, conseqüentemente das transformações que daí decorreram, devido ao colapso do Estado ditatorial e à institucionalização do Estado de direitos, a formação em Serviço Social reconcetualizou-se. Na verdade, face a um Estado-Providência que não se concretizou em pleno face ao “espírito” investido nos textos constitucionais, a segurança social (sua representante institucional por excelência) viria, no entanto, a ser alargada a todas as franjas populacionais, assistindo-se à democratização dos sistemas de ensino e de saúde, à imagem do que Marshall considerava necessário para a plenitude da cidadania social. Tal processo levou ao questionamento da formação dos/as assistentes sociais, a fim de fazer evoluir as pesquisas positivistas e funcionalistas, que até então nunca tinham sido verdadeiramente criticadas. Neste novo contexto social, político, cultural e económico, o modelo estrutural de formação depara-se com novas mudanças, onde o marxismo surge como maior referência teórica, amplamente influenciado pelo do Serviço Social brasileiro.

Em 1985, o plano de estudos em Serviço Social é alterado de quatro para cinco anos, suportado num perfil de formação interventor-investigador. Por força de movimentos reivindicativos das instituições de ensino do Serviço Social que promoveram o aumento da duração do curso, das associações de estudantes das escolas, da Associação dos Profissionais de Serviço Social (fundada em 1978) e do Sindicato dos Profissionais do Serviço Social e do da

função pública, levaram a que, em 1989, as escolas de Lisboa, de Coimbra e do Porto obtivessem do Estado o reconhecimento do grau de licenciatura em Serviço Social, comprometidas a adotar o modelo universitário.

Em 1995, o então Ministério da Educação, tutelado por Eduardo Marçal Grilo, autorizou o curso ao nível de mestrado em escolas privadas em Lisboa e no Porto e, no ano 2000 abria pela primeira vez a licenciatura em Serviço Social numa universidade pública (dos Açores), que até então apenas o ensino superior privado assegurava. Já em 2003, o Instituto Superior de Serviço Social do Porto estabelecia um protocolo com a Universidade do Porto para criar o primeiro programa doutoral em Ciências do Serviço Social, seguindo-se-lhe no mesmo ano a Universidade Católica, e, em 2004, o Doutoramento em Serviço Social promovido pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) em coorganização com o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.

1.2. À prévia e rápida institucionalização norte-americana

A edificação da formação em Serviço Social nos E.U.A. tem a sua origem em finais do século XIX. Olhada em primeiro lugar como uma vocação e mais tarde como uma profissão, a formação em Serviço Social neste país surgiu como o produto da mentalidade de uma certa engenharia social, que expressa a ideia de que os problemas podem ser solucionados através da aquisição e aplicação do conhecimento (Reid *et al.*, 2006), o que convoca a noção de ciência aplicada ao Serviço Social desde a sua fundação.

É contemporâneo ao final do século XIX, bem como da afirmação de um certo movimento social progressista, o desenvolvimento e institucionalização das ciências sociais como disciplinas científicas. Surgiam cada vez mais, nas instituições de ensino superior americanas, cursos relacionados com a interpretação e tratamento dos problemas sociais como a pobreza, o pauperismo, a delinquência e o crime, e havia uma preocupação crescente em determinar se estes fenómenos teriam origem num qualquer defeito individual, ou se, pelo contrário, radicariam num funcionamento deficiente no espectro social. É nesta sequência que temas como a ética social e a filantropia aplicada passam a fazer parte dos currículos das recém-criadas ciências sociais das universidades, nomeadamente dos programas da Sociologia e da Economia.

Para além dessa condição em particular, existem, de acordo com Austin (1997) duas outras condições consideradas de extrema importância para o futuro da educação em Serviço Social nos E.U.A.: (i) o estabelecimento da Conferência Nacional de Caridade e Correção⁷ que

⁷ National Conference of Charities and Correction.

chamou atenção para a organização e gestão das instituições de custódia estatais e locais; e, (ii), numa perspetiva de mudança de paradigma feminino, nomeadamente no que se refere ao abandono da perspetiva tradicional da mulher como esposa e dona de casa, o estabelecimento das universidades femininas, de carácter privado, bem como as universidades públicas mistas (Newcomer, 1959, *apud* Austin, 1997), que viriam a permitir a formação estruturada, no âmbito ainda primário das ciências sociais, das mulheres. Com efeito, enquadradas num espírito reformista progressivo que fazia oposição ao modelo norte-americano de bem-estar capitalista, tornaram-se cada vez mais consistentes as intervenções das mulheres no cuidar profissionalizado, nomeadamente nas questões da infância, e nas questões da opressão e da exploração familiar, típicas dos grandes espaços urbanos aos quais numerosas famílias de imigrantes tinham chegado para trabalhar.

A emergência do Serviço Social e a sua profissionalização surgiram num contexto marcado pelo esforço de indivíduos que voluntariamente tiveram a iniciativa de procurar respostas face à “Questão Social” do paradigma que se instaurava, nomeadamente marcado pelas consequências de uma afirmação capitalista selvagem. No fim do século XIX, os E.U.A. viviam um contexto paradoxal, pois se por um lado teria havido lugar à expansão da economia produtiva por via da industrialização, assistira-se, por outro lado, ao aumento da pobreza, do desemprego, da negligência e do abandono de crianças e a vulnerabilidade das pessoas portadoras de deficiência crónica. Passando de um modelo de estado, pré-guerra civil, assente na propriedade e na escravatura, e num modelo cidadão de luta pela liberdade dos oprimidos, nos finais do século XIX, assiste-se a um novo reformismo, assente na preocupação de intervir com os mais pobres, particularmente as crianças.

Com o eclodir de instituições cuja principal função seria a prestação de assistência aos mais pobres e necessitados, surgiram cerca de 1880 a Charity Organization Society (COS) e as Settlement Houses. Implementada, inicialmente em Buffalo no ano de 1877, tratava-se de uma organização que viria a ser a face da “caridade científica”, nas palavras de Reid *et al.*,

“termo cunhado pela COS, que expressava perfeitamente a seguinte ideia: aplicar os métodos e o rigor da ciência, e fazer pelo bem-estar social o que essa abordagem fizera para a medicina e pela engenharia. O trabalho social, como caridade científica, consistia em estudar o problema da dependência, reunir dados, testar teorias, sistematizar a administração e desenvolver técnicas que levassem a uma “cura”.” (Reid *et al.* (2006: 470)

Para desenvolver essa caridade moderna e científica, havia a necessidade de conhecimento objetivo, sistematizado e imparcial acerca dos fenómenos em causa, para que os assistentes sociais pudessem compreender em profundidade o carácter e a organização da ordem social, a natureza e o impacto da mudança social e serem competentes nos meios de trabalhar com os indivíduos para

efetuar a mudança. A constituição das COS incluía investigadores (remunerados) e os designados “Friendly Visitors” (voluntários) que visitavam os utentes, realizavam entrevistas e faziam o aconselhamento e orientação assistencial. Ao trabalhar de forma organizada, as COS vieram a dar origem ao planeamento social na prática comunitária e os seus investigadores viriam a ser os precursores dos trabalhadores sociais nos E.U.A..

Paralelamente ao trabalho desenvolvido pelas COS, as Settlement Houses foram estabelecidas nas grandes cidades nos Estados Unidos, durante a década de 1880, e visavam a criação centros comunitários em áreas urbanas. Os trabalhadores das Settlement Houses trabalhavam para ajudar a socializar os novos imigrantes nas cidades. Numa linha de trabalho de grupo e de articulação com atores sociais locais, tinham como principal função promover a educação, aconselhamento e a orientação para a integração dos indivíduos, usualmente imigrantes e pobres, na comunidade. Os trabalhadores destas casas eram normalmente indivíduos de classe média que aí operavam em regime de voluntariado e que trabalhavam em conjunto com cientistas sociais académicos, oriundos das universidades circundantes, e habitualmente alocados a disciplinas académicas que trabalhavam os problemas decorrentes da urbanização. A mais representativa deste movimento é sem dúvida a Hull House, fundada em Chicago em 1889, por Jane Adams e Ellen Gates Starr.

Este conjunto de aspetos viriam a ser os antecedentes da criação dos cursos de Serviço Social nas instituições de ensino superior americanas, especialmente preocupadas com a ciência aplicada aos problemas sociais concretos e com um móbil de se encontrar ao serviço do interesse público.

A primeira geração de escolas de Serviço Social tem a sua existência desde finais do século XIX até ao final da década de 20 do século XX (Austin, 1997). Não é despidiendo considerar que esta primeira geração corresponde, em termos temporais, a um conjunto de ocorrências sociais e políticas importantes e que determinaram, de certa maneira, a orientação perseguida por essas escolas, em particular, a intervenção ao nível da proteção dos veteranos de guerra e os seus dependentes, e as mães e filhos desprotegidos.

São vários os autores que radicam as primeiras conceptualizações sobre a necessidade de formação estruturada em Serviço Social num artigo apresentado por Anne Dawes, em 1893, intitulado “*The need for training schools for a new professions*”. Na verdade, para além da necessidade estruturada de formação específica, estava diagnosticada também a incapacidade do grupo designado de “visitantes amigáveis” (Reid *et al*, 2006: 470) conseguir responder às necessidades que as pessoas em situação de vulnerabilidade social viviam. Nesse sentido, a proposta de Dawes fazia a apologia da sistematização e transmissão de um vasto conhecimento acumulado pelas pessoas que se vinham dedicando à caridade, o que viria a ser reforçado pelo

artigo de Mary Richmond (1897) intitulado “*The need of a training school in applied philanthropy*”. É na sequência da tomada de conhecimento destes dois artigos, que ocorre em 1897, a Escola de Verão de Filantropia e Organização da Caridade, em Nova Iorque, naquela que viria a ser a primeira universidade americana a desenvolver um programa de formação em Serviço Social, a Universidade de Columbia. Esta Escola de Verão consistiu num programa de formação que decorreu ao longo de seis semanas, composta por palestras, visita a organizações de caridade públicas e privadas e trabalho de campo supervisionado. Em 1903, o programa da escola foi ampliado para incluir um curso de inverno de seis meses, que, em 1904, foi estendido para um ano, passando a designar-se New York School of Philanthropy.

A primeira geração de escolas em Serviço Social teve a sua concretização nas cidades de Boston, Nova Iorque e Saint Louis, tendo vindo a multiplicar-se ao longo das primeiras décadas do século XX. De acordo com Austin (1997) e Shoemaker (1998), os primeiros currículos em Serviço Social enfrentavam dois modelos de conceptualização. Se por um lado, se advogava a existência de um programa construído, em grande parte, em torno da teoria das ciências sociais e potencialmente preparando os alunos para cargos em administração organizacional, análise de políticas com foco em reformas sociais ou ensino académico, havia por outro lado, a defesa de um programa de formação centrado na ação, que enfatizava os métodos de prática para os profissionais de primeira linha, principalmente em organizações voluntárias de Serviço Social. A esta divergência não é inócua a formação académico-científica dos diretores de escola ou de curso, e como nos mostra Austin (1997), no caso da primeira escola de Serviço Social, decorrente dos debates criados na Escola de Verão, o ensino do Serviço Social seguia uma vertente assente na prática quotidiana dos trabalhadores que todos os dias enfrentavam os problemas sociais e conviviam com os indivíduos em situação de vulnerabilidade. Tal perspetiva mudou quando em 1907, Samuel McCune Lindsay, membro do corpo docente do Departamento de Economia da Universidade de Columbia, assumiu a direção da Escola. Sob a direção de Lindsay o currículo em Serviço Social viria a desenvolver-se em torno da ciência social aplicada, com a instrução prática no trabalho de caridade reduzida a um papel muito limitado (Meier, 1954 *apud* Austin, 1997). Alvo de críticas ferozes em torno da não preparação prática dos trabalhadores sociais, o mesmo programa viria a ser reformulado e ampliado para um currículo de dois anos, que enfatizava o uso de organizações comunitárias como laboratórios de formação, o uso indutivo de material de caso no ensino da prática de trabalho social e o emprego de indivíduos com experiência de trabalho social como membros do corpo docente.

É neste período que surge a obra curial sob a autoria de Mary Richmond “*Social Diagnosis*” (1917). Nesta obra, a autora promove a defesa de que o trabalho de caso era uma técnica exclusiva do serviço social e que poderia, portanto, fornecer a resposta para a

imperiosidade do serviço social, nomeadamente para o seu próprio autoconhecimento e a aquisição de distintas competências. Para isso contribuiriam as várias componentes do seu modelo de formação, designadamente, a avaliação e reabilitação de indivíduos e famílias a partir de um plano de primeiro ano focado em métodos práticos gerais, a participação dos estudantes em contexto de posto de trabalho, nomeadamente em organizações dedicadas ao serviço de apoio social, e a existência de professores de Serviço Social com experiência de terreno.

Ao longo das duas primeiras décadas do século XX foram crescendo, como já dissemos, o número de escolas e universidades que ofereciam a formação em Serviço Social. Este florescimento tinha como principal característica a sua diversidade, na medida em que pairavam sobre a criação dos currículos a filiação das escolas, por exemplo, em termos de confissão religiosa e etnicidade.⁸

Na sequência destes primeiros programas de formação em Serviço Social surge um segundo grupo de escolas com programas de graduação em ciências sociais em algumas universidades públicas, nomeadamente a Universidade do Minnesota e a Universidade Pública do Ohio, que viriam também a ser membros fundadores da Associação de Escolas de Formação em Serviço Social. Pese embora a sua heterogeneidade inicial, eram programas marcados por alguns traços comuns, nomeadamente em termos de institucionalização. Com efeito, nasceram todos nos departamentos de Sociologia existentes, evoluíram para um curso de ciências sociais aplicadas, terminando por se autonomizarem enquanto curso de Serviço Social. De acordo com Austin (1997), alguns dos programas iniciais de Serviço Social progrediram para cursos de pós-graduação e mais tarde para mestrado, e tiveram sempre na sua base uma certa ligação à política social do Estado e a um certo desejo social reformista encabeçado pelo corpo docente dessas universidades.

Com o *Social Security Act* (1935) foram estabelecidos programas federais que abrangiam o seguro por velhice, desemprego, segurança social e serviços sociais, programas supervisionados e financiados pelo governo federal. Por esse motivo, vários foram os Estados que contrataram novos funcionários, a maioria deles sem experiência de trabalho social, para atuar nesta rápida expansão de serviços nos sistemas de segurança social. Foram fornecidos programas de formação e variadas universidades públicas introduziram programas de educação e graduação em Serviço Social. Enfatizando a necessidade de formação superior, as escolas estabelecidas de Serviço Social, concentradas em áreas urbanas e muitas vezes em universidades privadas começaram a criar programas de pós-graduação. A criação de cursos deste género tinha o patrocínio de duas

⁸ A este respeito foi criada, em 1911, na Universidade Fisk em Nashville (Tennessee), nomeadamente pelo Departamento de Sociologia, o primeiro programa de formação em Serviço Social para negros (Austin, 1997).

organizações distintas que representavam os dois movimentos em educação para o Serviço Social, mas igualmente importantes: a American Association of Schools of Social Work (AASSW) e a National Association of Schools of Social Administration (NASSA).

O percurso da institucionalização da formação em Serviço Social nos E.U.A. ocorreu sempre com uma característica dicotómica. Os programas de pós-graduação em faculdades e universidades privadas geralmente preparavam os estudantes para cargos em programas sociais de caridade e em serviços especializados de Serviço Social dentro das organizações anfitriãs, como hospitais, clínicas de orientação infantil, escolas públicas. Por outro lado, os programas de graduação nas universidades públicas foram criados em grande parte para preparar os estudantes para trabalhar em programas de segurança social pública e programas municipais em ambientes rurais e urbanos.

2. O doutoramento em Serviço Social, ou sobre como formar para a prática de uma ciência integrativa

2.1. Da formação academicamente determinada

A educação de base em Serviço Social nos E.U.A. teve início, como já tivemos oportunidade de demonstrar em finais do século XIX, não tendo demorado mais de duas décadas a progredir no sentido de um ciclo de estudos superior e em particular no âmbito da formação doutoral. Na verdade, data de 1920 o primeiro ciclo de formação doutoral em Serviço Social, na Bryn Mawr Graduate School of Social Work and Social Research, na costa no leste dos E.U.A., geograficamente localizada nas cercanias da capital do Estado da Pensilvânia – Filadelfia. Com efeito, esta universidade, e em particular a sua oferta em termos de formação doutoral, é caracterizada como sendo uma das primeiras universidades femininas a oferecer formação graduada ao nível do terceiro ciclo de estudos, sendo designada como um sinal que os seus fundadores deram à recusa em aceitar as limitações impostas por outras instituições às mulheres no que se refere ao sucesso intelectual. Outras universidades se lhe seguiram, nomeadamente a University of Chicago School of Social Service Administration (1920), a Catholic University School of Social Service (1947) e a University of Pennsylvania School of Social Policy and Practice (1948) (Acquavita *et al.*, 2015; Kurzman, 2015;), todavia a Grande Depressão da década de 1930 e a II Guerra Mundial funcionaram como travões ao desenvolvimento da formação doutoral em Serviço Social. De acordo com Kurzman (2015) da mesma maneira que condições estruturais importantes exteriores à academia condicionaram em decréscimo a existência de

doutoramentos, condições políticas consonantes com uma certa inovação social propiciaram um novo retomar da preocupação com a implantação de programas doutorais em Serviço Social.

Com a administração Kennedy (1960-1963), num panorama de grande investimento social, iniciaram-se projetos, nomeadamente no bem-estar público e na prevenção da delinquência juvenil, para os quais foram devotados importantes fundos estatais. Este tipo de programas de investimento económico-financeiro e social, cujo projeto inicial tinha incidido sobre o trabalho no âmbito da saúde mental, viria ainda a ser seguido pela administração Johnson (1963-1969), que tinha criado um programa de luta contra a pobreza dirigido por entidades semipúblicas. Em qualquer uma das administrações e dos seus programas de investimento e inovação social, os assistentes sociais foram personagens principais, e a formação doutoral em Serviço Social viria também a sê-lo.

De acordo com Kurzman (2015) entre 1965 e 1975, vinte novos programas doutorais em Serviço Social teriam tido início. Esta projeção da formação doutoral em Serviço Social teve o seu início quando, em 1948, a Associação Americana de Escolas de Serviço Social (AASSW⁹) criou uma comissão dedicada ao desenvolvimento do Currículo Avançado em Serviço Social. Esta comissão viria a publicar, a partir de 1953, uma série de monografias onde viriam a ser definidos os critérios da formação doutoral em Serviço Social, com especial incidência para a metodologia de pesquisa, mas também para o ensino do Serviço Social (Acquavita *et al.*, 2015), especificamente na necessidade de detenção de um grau de nível doutoral para ensinar Serviço Social. Na sequência do escrutínio a que os programas doutorais em Serviço Social estiveram expostos na década de 70, viria a ser criada uma comissão para definir a estrutura e garantir a qualidade dos doutoramentos em Serviço Social, em 1972, pelo CSWE¹⁰, especialmente vocacionada para abordar a estrutura em transformação da educação em Serviço Social nos E.U.A.. Várias recomendações foram promovidas por esta Comissão, e por conseguinte, daqui viria a sair a instituição que, desde 1975 nos Estados Unidos, apresenta as linhas orientadoras dos programas doutorais em Serviço Social – o *Group for the Advancement of Doctoral Education in Social Work* (GADE)¹¹. Publicado pela primeira vez em 1985, o Guia GADE pretendeu recolher informação sobre todos os programas doutorais existentes nos E.U.A.. Na sua primeira edição, ficaram registados 49 programas de formação doutoral em Serviço Social, 30 dos quais no seu formato tradicional, de pendor mais académico – os chamados PhD, e 19 dos quais no seu formato

⁹ Associação que viria a dar origem ao Conselho de Educação em Serviço Social (CSWE no original).

¹⁰ Council on Social Work Education

¹¹ Este grupo é composto, em 2016, por representantes de 82 programas doutorais norte-americanos, 9 programas doutorais canadianos e 1 programa doutoral israelita. Para além disso, é composto ainda por 10 representantes de programas de doutoramento profissionalizante norte-americanos. Para efeitos de pesquisa, consideramos nesta investigação apenas os programas de doutoramento tradicionais e profissionalizantes norte-americanos.

de aplicação profissionalizante – os chamados DSW. É aliás esta a sua característica distintiva, porém não sem luta conflitual no campo do Serviço Social.

O *Group for the Advancement of Doctoral Education in Social Work* (GADE) elaborou um conjunto de orientações pelas quais os programas de doutoramento em Serviço Social devem guiar-se. Entendidas não como prescritivas, compilam, todavia, um conjunto de princípios base a que todos os programas de doutoramento em Serviço Social devem aspirar.

Para conseguir compilar o documento final aprovado em abril de 2013, este grupo recorreu a trabalhos prévios desenvolvidos por anteriores direções do GADE, para além de um estudo desenvolvido por Anastas (2012) sobre a educação doutoral em Serviço Social, bem como uma iniciativa nacional levada a cabo por Brekke (2012) e Fong (2012) em torno da ciência do Serviço Social. Para além destas fontes, e de acordo com o GADE (2013: 1) foi realizado um estudo nacional em dezembro de 2012 no qual participaram 416 docentes, administradores universitários e estudantes de Serviço Social, e onde era solicitado aos participantes que expressassem a sua opinião sobre a importância de vários aspetos num programa de doutoramento em Serviço Social.

Esse documento orientador começa por definir o propósito da educação doutoral em Serviço Social, que em nada é diferente da formação doutoral noutras disciplinas científicas. Com efeito, os estudantes doutorais são preparados para funcionarem como *administradores da disciplina*, isto é,

“aquele que gera e avalia criticamente o novo conhecimento, compreende como o conhecimento está a transformar a disciplina e o ambiente geral à sua volta, e comunica o seu conhecimento de uma forma responsável aos outros. (Walker *et al.* 2008 *apud* GADE, 2013). Ou seja, os doutorados em Serviço Social melhoram a arte e a ciência do Serviço Social gerando, disseminando e conservando o conhecimento que informa e transforma a prática profissional. Os domínios da investigação do trabalho social derivam da missão e do propósito do Serviço Social: “melhorar o bem-estar humano e ajudar a atender às necessidades de todas as pessoas, com atenção especial às necessidades e ao empoderamento das pessoas vulneráveis, oprimidas e vivendo na pobreza” (NASW Code of Ethics, *apud* GADE, 2013)¹².

Neste sentido são três as grandes áreas relativamente às quais os programas de formação devem desenvolver nos estudantes competências específicas e conhecimento, nomeadamente no que se refere ao (i) conhecimento profundo do Serviço Social enquanto profissão e enquanto disciplina, (ii) investigação e (iii) docência¹³.

¹² Tradução própria.

¹³ Operacionalizamos no Anexo 1 estas três grandes áreas associadas à estrutura da formação doutoral em Serviço Social.

2.2. À formação empiricamente evidenciada¹⁴

Como já tivemos oportunidade de referir, o primeiro ciclo de estudos doutorais em Serviço Social, em Portugal, ocorre em 2003 com a criação do Doutoramento em Ciências do Serviço Social protocolado entre o Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP) e a Universidade do Porto (UP). Seguiram-se-lhes a Universidade Católica Portuguesa (UCP) (2003), e o ISCTE em articulação com o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL) (2004). À data da redação da dissertação que dá origem a este artigo, existiam em Portugal quatro programas doutorais em funcionamento e devidamente acreditados pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), nomeadamente, promovidos pelo ISCTE-IUL, Universidade Católica Portuguesa (que viria a ser descontinuado em 2019), Universidade Católica Portuguesa em colaboração com a Universidade de Coimbra (UC) e Universidade Lusíada.

Como temos oportunidade de destacar, a sua institucionalização demorou cerca de sete décadas relativamente à primeira autorização de funcionamento de formação em Serviço Social. Muito mais tardia do que nos E.U.A., é também menos expressiva no que se refere ao número de doutoramentos que vieram a ter autorização para funcionar de acordo com o Ministério do Ensino Superior entre 2003 e 2013, e mais tarde a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), a partir de 2013.

Através de uma análise categorial aos relatórios produzidos pelas Comissões de Avaliação Externa (CAE) realizados pela A3ES, é-nos permitido afirmar que a formação doutoral em Serviço Social em Portugal é diversificada dependendo da escola disciplinar predominante na Instituição que promove a formação. Por outras palavras, embora os quatro programas doutorais refiram como área científica predominante, o Trabalho Social e Orientação¹⁵, no que respeita à área secundária do plano de estudos não existe o mesmo consenso, como expresso no Quadro 1.

¹⁴ Por constrangimentos de espaço, selecionamos apenas alguns dos resultados a que chegamos com a investigação que realizamos.

¹⁵ Acordado com a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF)

Quadro 1
Disciplinas predominantes no programa doutoral

Designação ¹⁶	Programa Doutoral	Área predominante principal	Área predominante secundária	Área predominante secundária
A	Universidade Lusíada	Trabalho Social e Orientação	Economia	Ciências Sociais e do Comportamento
B	ISCTE	Trabalho Social e Orientação	Sociologia e outros estudos	
C	Universidade Católica Portuguesa	Trabalho Social e Orientação	Ciências Sociais e do Comportamento	
D	Programa Interuniversitário (UCP e UC)	Trabalho Social e Orientação	Ciências Sociais e do Comportamento	

Fonte: Elaboração própria a partir da análise empírica dos relatórios de avaliação da A3ES’.

Os dados mencionados no Quadro 1 alinham-se com a teoria de Brekke (2012; 2014) acerca do Serviço Social ser uma disciplina integrativa, ou seja, ainda que tenha uma predominância específica com fronteiras delimitadas, abraça outras disciplinas para responder aos problemas da realidade social. Efetivamente, ao reconhecer-se que os programas doutorais não se restringem a apenas uma área científica, mas pelo contrário a duas ou três, reconhece-se um primeiro traço singular da pluralidade desta formação.

No que respeita à estrutura do plano de estudos, nomeadamente, a sua duração e o número de *ECTS* encontramos uma homogeneização dos quatro programas doutorais, ou seja, a duração de seis semestres, correspondente a três anos letivos e ao total de 180 ECTS. Além disso, todos os programas correspondem às designações adotadas para a área científica no quadro de Bolonha.

Partindo de um quadro conceptual que designa o Serviço Social como uma disciplina integrativa (Barak *et al.*, 2014), cuja ciência está enraizada em domínios, construções e estética de abordagens focadas em problemas centrais do bem-estar ecobiopsicossocial¹⁷ humano, desenvolvemos um conjunto de categorias a partir das quais operacionalizamos algumas das dimensões que consideramos ser explanatórias dessa identidade.

¹⁶ Doravante, por economia de espaço, utilizaremos as designações A, B, C e D para nos referirmos às universidades de origem dos programas doutorais em Serviço Social, nomeadamente nos excertos analisados.

¹⁷ Referimo-nos ao bem-estar no âmbito das relações mútuas entre o contexto e as características biológicas, psicológicas e sociais do ser humano.

Quadro 2
Categorias explanatórias do Serviço Social enquanto disciplina integrativa

Dimensões	Categorias
Integração Científica	Produção científica em geral
	Relação com outras disciplinas
	Participação em projetos de prestação de serviços à comunidade em parceria com centros de investigação, o que salvaguarda uma relação dialética entre teoria e prática
	Atividades em prol do desenvolvimento social local
	Utilidade da produção de conhecimentos no âmbito do doutoramento
Envolvimento com a comunidade científica	Realização de eventos científicos com participação de académicos e investigadores
	Criação de núcleos de investigação compostos por doutorandos e doutorados
Desenvolvimento e consolidação da identidade académica do Serviço Social	Presença dos três ciclos de estudos
	Qualificação do corpo docente em Serviço Social
	Atividades de investigação direcionadas aos estudantes em Serviço Social
	Centros de investigação e estudos com a área de Serviço Social
	Reforço do Serviço Social como área científica autónoma

De acordo com a análise dos relatórios das CAE que tivemos oportunidade de realizar, e relativamente à dimensão *Integração científica*¹⁸, é predominante a produção científica no geral¹⁹ por parte dos docentes e discentes dos programas doutorais. Esta evidência é traduzida, por exemplo, no relatório de avaliação da Instituição B, “(...) 4.1.10. Pontos Fortes: (...) produção científica dos docentes em geral. (...)” [B1. 2015: 12.]

Tendo em consideração a quase inexistência de revistas de Serviço Social em Portugal, a acrescer à juvenilidade dos programas de doutoramento, e, por conseguinte, da prática científica na área específica, somos levados a crer que os/as investigadores/as tivessem sido obrigados a iniciar a sua carreira de investigação (nomeadamente projetos de investigação e publicações) mais ou menos formal, em outras áreas do conhecimento (por exemplo, Sociologia, Psicologia, Ciência Política).

Já no que se refere à categoria “Relação entre teoria e prática”, presente em pelo menos dois relatórios de avaliação, apresentamos a afirmação correspondente a um ponto forte do programa doutoral da Instituição C,

¹⁸ Por Integração Científica entende-se a capacidade de realizar investigação e trabalhos académicos que não sejam apenas de pesquisa básica, mas que tenha também um trabalho aplicado efetivo, ao mesmo tempo que se permite uma abordagem integrativa do uso de vários recursos e disciplinas para dar respostas a problemas reais.

¹⁹ Entende-se por produção científica geral, não apenas aquela restrita ao Serviço Social, ou que ainda que tenha a visão do Serviço Social é disseminada em revistas de outras disciplinas das ciências sociais e do comportamento.

“(…) Articulação entre teoria e prática e aprofundamento teórico e metodológico no campo da investigação. Articulação da formação e dos formadores com o Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia.” [C.1, 2015: 3]

A esta categoria associa-se outras que designamos como a “Participação em projetos de prestação de serviços à comunidade em parceria com centros de investigação” e a “Realização de atividades em prol do desenvolvimento social local”.

“(…) Existem protocolos formais de integração junto do contexto económico e social local, por via [sic] tem havido envolvimento em projetos de desenvolvimento social local. Tais cooperações são estabelecidas com instituições diversas, a saber: Serviço prisionais, municípios, projetos de reabilitação urbana, ONG’s e organizações não lucrativas.” [A.1, 2013: 5]

Conseguimos inferir a partir da análise produzida que os quatro programas doutorais em Serviço Social têm um compromisso com a práxis. Nomeadamente, na missão de, através da inscrição de protocolos, desenvolverem atividades e/ou prestação de serviços à comunidade envolvente, bem como, projetos de investigação que procurem respostas aos problemas reais do seu ambiente. O doutoramento não procura apenas realizar uma pesquisa básica, mas também mover os recursos que tem ao seu dispor para dar uma vertente prática a este trabalho, de modo a que, o conhecimento tenha um uso efetivo, seja ele de grande ou pequena escala. Tal resultado parece, segundo a A3ES, remeter para a existência da relação da teoria com a prática. É importante que o conhecimento seja gerado com a mente e transferido continuamente para a realidade social através da matéria do corpo, que produz ações.

No que diz respeito à “Utilidade da produção de conhecimento em Serviço Social no âmbito dos programas doutorais”, uma vez que, uma ciência vai amadurecendo e reforçando a sua legitimação quanto maior for a utilidade do seu conhecimento, refere-se, a título de exemplo, a afirmação da A3ES’ como um dos pontos fortes do doutoramento da Instituição B, “a potencial relevância dos trabalhos finais do CE para o desenvolvimento socioeconómico e, em especial, para áreas e temas menos abordados em trabalhos académicos.” [B1, 2015: 12]. Esta evidência associa-se ao compromisso por parte dos programas doutorais em realizar atividades que promovam e desenvolvam o bem-estar do seu meio envolvente.

Criar e desenvolver o conhecimento em Serviço Social é uma emergência que deve ser respondida com a presença dos valores e, por conseguinte, da ética, no que respeita ao objetivo de gerar conhecimento científico. Não deve ser esquecido um dos primeiros pilares de Serviço Social, que, em última instância, deve ser sempre, o de dar voz aos problemas silenciados dos oprimidos e defender os valores basilares dos direitos humanos.

Relativamente ao uso de outros recursos e áreas disciplinares para construir respostas com predominância do olhar do Serviço Social a problemas da realidade social, são encontrados nos

quatro programas doutorais, como já foi possível aferir através da análise das áreas predominantes nos ciclos de estudos, nas quais se destacam, a sociologia, a economia, as ciências do comportamento, a história e as ciências políticas. “(...) A investigação produzida centra-se em práticas do Serviço Social e em políticas sociais numa análise dos seus impactos nos serviços de ação social. [D.1. 2015: 5-6] (...) Sinergias de recursos humanos especializados promotores de credibilidade científica do programa.” [D1., 2015: 3]

Na esteira de Perlman (1962), uma formação liberal com uma orientação humanista, outorga as melhores bases para alcançar o objetivo do que o assistente social deve ser, saber ou ser. A especificidade do Serviço Social é imprescindível na formação, tanto quanto a dimensão multi e transdisciplinar (ainda que esta última seja pouco apreciada ao nível universitário). A autora refere a psicologia, a biologia, a sociologia, e a antropologia social, como disciplinas que providenciam a exploração e explanação do Homem em interação com o seu meio ambiente, pelo que são importantes para a formação de conhecimento em Serviço Social. A economia e a ciência política outorgam o conhecimento básico para a construção do conhecimento e compreensão acerca do papel do Estado e das suas responsabilidades e a sua influência na vida dos mais fragilizados. A literatura e a filosofia incidem sobre a compreensão do comportamento humano em constante conflitos e dilemas. Desta forma, é possível que raciocínios sejam desenvolvidos em Serviço Social acerca da condição humana. A integração destas disciplinas no Serviço Social, nomeadamente na formação, permite o desenvolvimento das habilidades comunicacionais. Efetivamente, em Serviço Social é deveras importante saber adaptar a sua linguagem e comunicação para ser compreendido pelas pessoas com quem se trabalha, frequentemente desmunidas de arcabouço académico e por isso com fragilidade comunicacional. Mas é igualmente importante que o Serviço Social saiba comunicar com as outras disciplinas sociais, compreendê-las e saber fazer-se compreender por elas.

No que diz respeito à dimensão *Envolvimento com a comunidade científica*, verificamos a presença do compromisso em cada ciclo de estudo em integrar os doutorandos em Serviço Social numa comunidade científica, quer através da sua integração em centros de estudos e investigação, quer através de atividades e eventos científicos promovidos ao nível nacional e internacional com a comunidade científica e académica de Serviço Social.

Encontramos a este respeito, na análise dos relatórios de avaliação, afirmações tais como: “(...) Realizam eventos científicos, na área do Ciclo de Estudos e Seminários Avançados, com participação de investigadores estrangeiros e nacionais são abertos aos estudantes e à comunidade.” [A1, 2013: 11]
“(...) Existe cooperação internacional, designadamente com instituições europeias, com as quais vários protocolos estão estabelecidos. São promovidos ciclos de conferências com docentes e investigadores de escolas estrangeiras, bem como intercâmbios de estudantes e mobilidade de professores.” [B1, 2015: 5]

Da análise efetuada, três em quatro programas doutorais promovem relações entre doutorandos e o resto da comunidade científica em Serviço Social, através da realização de eventos científicos, tais como, debates teóricos, seminários internacionais, e conferências, mas também através de programas de intercâmbio de estudantes e mobilidade de professores nacionais e internacionais. O quarto programa não vê elencado no seu relatório a participação ou realização de tais atividades. Tal facto não deve, no entanto, ser entendido como total ausência de realização de eventos. Pelo contrário, numa pesquisa avançada ao programa doutoral dessa instituição, com recurso à análise de dados conseguidos, quer pela página web do programa doutoral, quer pela sua página numa rede social, conseguimos aferir que são realizados com regularidade, conferências, seminários, jornadas, congressos e aulas abertas com a participação de académicos/as e investigadores/as nacionais e internacionais.

A categoria “criação de condições para o habitus científico” encontra evidência nos mesmos documentos quando estes referem como pontos fortes dos programas: “(...) Possibilidade de desenvolver atividades de investigação com a participação dos estudantes no âmbito do centro de investigação (...)” [B1, 2015, 3]

Como podemos verificar, três dos quatro ciclos de estudos têm a preocupação de criar condições aos estudantes de doutoramento para a prática investigativa e o seu respetivo *habitus* científico (Bourdieu, 1976). Reiteramos novamente para a atenção na leitura dos dados, a ausência de evidências nos relatórios de avaliação no que respeita ao quarto programa doutoral, não deve ser tomado com veemência, uma vez que a triangulação de recolha de dados através da análise de uma rede social, e da página web dedicada ao programa doutoral nos permite aferir a existência de condições para o *habitus* científico. Verificamos a existência dessas condições, não apenas através da existência de um Centro de Investigação em Serviço Social (presente na Instituição A), mas também, através dos recursos bibliográficos que os programas doutorais possuem para uso dos investigadores, docentes e discentes.

A terceira dimensão contemplada na nossa análise conceptualiza-se na capacidade dos programas doutorais em formarem os seus estudantes para o *Desenvolvimento e consolidação da identidade académica do Serviço Social*, enquanto área profissional e científica.

Relembremos que na conceptualização desta categoria se retoma a ideia de Barak *et al.* (2014) com a aquisição de conhecimento e *expertise* científica, bem como, com o crescimento da personalidade e do carácter, moldados pelo sentido de missão no papel de investigador/a em Serviço Social. No entanto, entendemos, através de um raciocínio lógico que, a identidade académica deveria ser analisada como última categoria, uma vez que, defendemos existir um cruzamento entre os conceitos da comunidade científica e da disciplina integrativa, com o

conceito da identidade académica. Efetivamente, o cientista não pode e não é uma ilha que existe *per si*. Da mesma forma que o Serviço Social acredita que o que afeta o outro, mais cedo ou menos tarde o afeta a si, e por isso é importante o bem-estar social, também acreditamos que é importante estar inserido num contexto específico que reforce a auto-perceção, e alimente a reflexividade, neste caso a comunidade científica. Essa comunidade rege-se por tradições e paradigmas que permitem realizar a investigação, partilhando uma classe de elementos específicos à área à qual pertence. Efetivamente, a comunidade científica do Serviço Social deve ser entendida através da sua contextualização histórica, política e social que partilha regras e valores. Ora, é importante que os académicos da área conheçam a sua origem. Não se trata de criar um conceito novo, mas desenvolver os lugares comuns do pensamento da geração anterior, com o pensamento da geração presente.

Por conseguinte, ao identificarmos que os “programas doutorais das quatro instituições existem a par com mais dois ciclos de estudos” (Licenciatura e Mestrado em Serviço Social), ressalva-se que, ao longo dos ciclos formativos os estudantes vão sendo preparados para uma perceção consolidada do lugar (real, e não necessariamente socialmente construído) do Serviço Social na academia e, por conseguinte, no campo científico.

Como segunda categoria, encontramos a “Formação dos docentes em Serviço Social”, figuras de legitimidade científica e com grande relevo no que respeita à formação identitária dos estudantes. Efetivamente, três programas doutorais em quatro, têm como coordenador do ciclo de estudos um docente com formação de base em Serviço Social e também doutorado na área. O quarto programa por nós identificado como sendo uma exceção tem, na sua coordenação, um docente com qualificação de base em Serviço Social, mas com doutoramento noutra área social. Ora, ainda que possa ser considerado um calcanhar de Aquiles, ressalvamos a formação base do docente em questão, e, formulamos a hipótese já elencada previamente: devido ao desenvolvimento sociopolítico do Serviço Social em Portugal, nomeadamente ao que à sua emergência na academia diz respeito, muitos licenciados em Serviço Social, foram “obrigados” por falta de oportunidade, a realizar mestrados e/ou doutoramentos noutras áreas, uma vez que a inexistência de doutoramento em Serviço Social em Portugal, levava a que quem quisesse seguir programas avançados de formação em Serviço Social tivesse que os frequentar no, estrangeiro (note-se que os primeiros doutorados em Portugal completaram parte ou a totalidade do seu doutoramento no Brasil). Esta hipótese permite de igual modo, perceber, o motivo pelo qual, até há pouco tempo, as escolas tinham dificuldade em cumprir rácios de doutorados em Serviço Social nos seus ciclos de estudos, aliás, fragilidade elencada nos relatórios da A3ES. Os relatórios apontam nos quatro programas doutorais para a totalidade do corpo docente como sendo doutorados, e em duas instituições é ressalvada a internacionalização dos discentes.

Como terceira categoria, encontra-se a potencialidade dos doutoramentos em Serviço Social para a “criação de atividades de investigação para os doutorandos”, trabalhando o *habitus* científico e a própria identidade académica:

“A possibilidade de os alunos serem envolvidos em actividades de investigação, podendo ter algumas subvenções e fazendo parte do CLISSIS como membros da equipa e participando de uma das três linhas de investigação. [A1, 2013: 3]

O Trabalho autónomo dos doutorandos no processo de ensino-aprendizagem. A integração dos estudantes na investigação científica através do CESSS.” [C1, 2015: 9]

Além da realização de atividades de investigação com estudantes, como a produção científica, a realização de conferências e seminários com oradores nacionais e internacionais de Serviço Social, é também relevante quer a existência de um centro de estudos e investigação da área numa instituição, quer a possibilidade de integrar os doutorandos nos centros de estudos existentes nas três restantes instituições. As atividades de investigação para os estudantes de doutoramento permitem que seja adotada, através da situação, a identidade académica existente no contexto. Deste modo, é possível apreender formas de pensar, sentir e fazer ciência em Serviço Social. É através da participação e da associação às instâncias de investigação que é possível interiorizar a dimensão prática da identidade académica e interligar (para os estudantes que trabalham também no campo profissional) com a prática, fazendo emergir a *praxis*.

Também a participação em congressos e conferências da área, promovidas pelos programas doutorais, permitem reconstruir a perceção de si enquanto investigador/a de Serviço Social, nomeadamente, ao partilhar uma linguagem académica comum, e visões do mundo familiares à área disciplinar. Efetivamente, a construção e desenvolvimento identitário seja ela académica, profissional ou pessoal parece apenas fazer sentido quando devolvida pelo nosso semelhante. Não será, pois, possível vermo-nos à janela, a não ser através da imagem que construímos de nós no outro.

Como penúltima evidência encontramos a referência ao “Serviço Social enquanto ciência autónoma”, reconhecida e legitimada pelos relatórios da A3ES acerca dos programas doutorais desta área, nomeadamente ao referirem-se aos objetivos dos ciclos de estudo em Serviço Social.

“Os objetivos gerais definidos para o CE prevêm a qualificação de docentes, investigadores e outros profissionais no campo do Serviço Social. Contextualizar o Serviço Social no quadro das transformações sociais contemporâneas é outro dos propósitos a que se acrescentam alguns dos meios para a sua concretização: análises aprofundadas e investigações, debates e intercâmbios a nível nacional e internacional e, ainda, o incentivo à produção e divulgação de trabalhos.

Dado que esta IES tem em funcionamento os três ciclos de estudo na ACP é esperado que os objetivos de cada CE sejam definidos simultaneamente garantindo a sua singularidade, mas também as relações de complementaridade e cooperação com os restantes CE.” [B1, 2015: 2-3]

Por fim, procuramos, como última evidência, o ajustamento do plano de estudos do 3º ciclo em Serviço Social à identidade académica da área. Conclui-se que existem cinco disciplinas específicas de Serviço Social: uma unidade curricular contribui para o reforço da ética na investigação em Serviço Social, bem como para a dimensão da Filosofia. Duas unidades curriculares concentram-se na dimensão da realização de pesquisa na área, nomeadamente ao que à metodologia, aos métodos de investigação e à epistemologia em Serviço Social diz respeito. E duas unidades curriculares que aprofundam as teorias em Serviço Social, bem como, a sua aplicação na intervenção. Além das disciplinas específicas da área científica predominante, acrescentam-se unidades curriculares provenientes de diferentes áreas sociais: Metodologia e métodos avançados de análise de dados nas ciências sociais; Problemas sociais (com enfoque na perspetiva sociológica); e as Ciência Política, nomeadamente a política social.

Este resultado confere com a dimensão “integrativa” já encontrada nos relatórios de avaliação da A3ES dos programas doutorais. Mas também com o reforço identitário académico, ao verificarmos que cerca de 60% dos planos de estudo respeitam especificamente a área em estudo.

Por outro lado, ao analisarmos os objetivos das unidades curriculares, reconhecemos a preocupação em trabalhar não apenas um *habitus* científico nos estudantes, nomeadamente através de avaliações que passam pela redação de artigos e projetos de investigação, mas também, por trabalhar os alunos no sentido da responsabilidade científica tendo em conta o código ético e a missão que rege a profissão, bem como, a consolidação da identidade académico-profissional.

Notas conclusivas

O presente artigo aborda a criação do projeto científico do Serviço Social a partir da análise socio-histórica da sua emergência na academia, em Portugal e nos E.U.A.. Para tal, desenvolvemos uma análise focada inicialmente na edificação da formação em Serviço Social na Universidade, nos dois países, sendo esta edificação profundamente influenciada pelo contexto social e político envolvente. A uma lenta e tardia institucionalização da formação graduada em Portugal, ancorada num contexto político ditatorial, católico e economicamente deprimido contrapõe-se uma rápida e extensiva institucionalização norte-americana, muito devedora de uma incessante necessidade de dar resposta social estruturada aos problemas que as transformações estruturais provocadas pelo desenvolvimento social, vinham produzindo. A premissa do cuidar dos outros esteve sempre presente em qualquer um dos casos, fosse numa perspetiva mais caritativa-assistencialista, fosse numa perspetiva mais científico-filantrópica.

A evolução da formação graduada para a formação pós-graduada, nomeadamente ao nível do terceiro ciclo, conheceu nos dois países as mesmas características que já a formação graduada detinha, isto é, longa e pouco expressiva institucionalização em Portugal em oposição a uma difusão rápida e sólida pelo contexto norte-americano de programas doutorais em Serviço Social (ora mais científico-acadêmicos - PhD, ora mais profissionalizantes - DSW). Esta celeridade norte-americana, associada a uma forte componente reguladora, permitiu criar determinantes institucionais orientadoras para aquilo que se espera de um programa doutoral em Serviço Social, nomeadamente nas suas componentes de conhecimento profundo da disciplina, de investigação e de docência, em particular relativamente às competências nucleares de base e recomendadas de aquisição por parte dos estudantes que o venham a frequentar. Já no caso português, e a partir da análise documental dos relatórios produzidos pela A3ES relativos aos quatro programas doutorais em funcionamento à data da realização da dissertação foi possível constatar que: i) os doutoramentos têm presentes a integração científica evidenciada pela, a) participação em projetos de prestação de serviços à comunidade em parceria com centros de investigação, o que salvaguarda uma relação dialética entre teoria e prática; b) pelas atividades em prol do desenvolvimento social local; c) pela relação com outras disciplinas; d) pela produção científica em geral; e) e pela utilidade da produção de conhecimentos no âmbito do doutoramento; ii) os doutoramentos têm presente o envolvimento com a comunidade científica em Serviço Social, evidenciado por realizações de eventos científicos com participação de académicos e investigadores e através da criação de condições para o *habitus* científico (no qual se destacam as criações de núcleos de investigação compostos por doutorandos e doutorados); e iii) a identificação do desenvolvimento e consolidação da identidade académica do Serviço Social, evidenciado pela, f) presença dos três ciclos de estudos em cada uma das instituições que o ministram; g) pela qualificação em Serviço Social do respetivo corpo docente; h) por atividades de investigação direcionadas aos estudantes em Serviço Social; i) por centro de estudos com a área de Serviço Social; j) e pelo reforço do Serviço Social como área científica autónoma.

As evidências empíricas que encontramos na análise que desenvolvemos parecem ser consentâneas com a perspetiva de Barak *et al.* (2014) que sugere que o Serviço Social se caracteriza como uma disciplina científica integrativa. As disciplinas científicas integrativas procuram impor limites disciplinares para resolver problemas da vida humana. São definidas pelo seu foco explícito na aplicação do conhecimento disciplinar de forma integrada, aplicado a domínios centrais. A Medicina, o Serviço Social e a Saúde Pública são segundo Brekke (2012; 2014;) exemplos disso. Estas disciplinas derivam frequentemente das profissões, o que permite fornecerem novas aplicações de teorias para os problemas, desenvolvendo ao mesmo tempo novas teorias e novos modelos que abrangem e se baseiam em conhecimentos sólidos das diferentes

disciplinas consideradas principais. O que torna uma disciplina integrativa única e autónoma é o que ela constitui ser um problema crítico, e no caso em particular do Serviço Social tal significa conceber uma resposta sólida aos problemas sociais, partindo de um diagnóstico estruturado, um plano de intervenção e uma avaliação que potencie o desenvolvimento e a capacitação de indivíduos e organizações.

Referências bibliográficas

- ACQUAVITA, Shauna; TICE, Carolyn (2015), “Social work doctoral education in the United States: examining the past, preparing for the future”, *Social Work Education*, vol. 34, n.º. 7, pp. 846–860.
- ALMEIDA, João Ferreira; PINTO, José Madureira (1995), *A investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença.
- ANASTAS, Jeane (2012), *Doctoral education in social work*. New York, Oxford University Press.
- AUSTIN, David (1997), “The institutional development of social work education: the first 100 years and beyond”, *Journal of Social Work Education*, 33(3), pp. 599-612.
- BARAK, Michàlle; BREKKE, John (2014), “Social Work Science and Identity Formation for Doctoral Scholars Within Intellectual Communities” *Research on Social Work Practice*, 24(5), pp. 616–624. <https://doi.org/10.1177/1049731514528047>
- BOURDIEU, Pierre (1976), “Le Champ Scientifique”, *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*. 23, pp. 88-104.
- BRANCO, Francisco; FERNANDES, Ernesto (2005), *O Serviço Social em Portugal: trajetória e encruzilhada*. Disponível em: <http://www.cpihts.com/> Acedido em: jul. de 2017.
- BREKKE, John (2012). “Shaping a Science of Social Work”, *Research on Social Work Practice*, 22(5), pp. 455–464. <https://doi.org/10.1177/1049731512441263>
- BREKKE, John (2014), “A Science of Social Work, and Social Work as an Integrative Scientific Discipline: Have We Gone Too Far, or Not Far Enough?”, *Research on Social Work Practice*, 24(5), pp. 517–523. <https://doi.org/10.1177/1049731513511994>
- FERREIRA, Maria Emília (2009), “Serviço Social e sociedade, cumplicidades e interações: contributos para uma análise da produção académica portuguesa no período de 1936 a 1972”, *Em Pauta*, 23(6), pp.161-190.
- FONG, Rowena (2012), “Framing education for a science of social work: missions, curriculum, and doctoral training”, *Research on Social Work Practice*, 22(05), pp. 529-536. <https://doi.org/10.1177/1049731512452977>
- KURZMAN, Paul (2015), “The evolution of doctoral social work education”, *Journal of Teaching in Social Work*, 35(1-2), pp. 1-13.

MENDES, Sandra (2020), “Formação doutoral em Serviço Social. Contributos para a construção de ciência a partir da análise socio-histórica no caso de Portugal e dos Estados Unidos da América”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXX, pp. 95-122.

MARTINS, Alcina (1995), “Génese, emergência e institucionalização do Serviço Social português: a escola normal social de Coimbra”, *Intervenção Social*, (11/12), pp. 17–34. Disponível em: <http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/is/article/view/1265>

MENDES, Sandra (2019), *A dimensão científica do Serviço Social: uma ciência em construção*, Tese de Doutoramento em Serviço Social, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/20625>](http://hdl.handle.net/10071/20625).

PERLMAN, Harris (1962), *So You Want to Be a Social Worker*, New York, Harper & Row.

REID, Nelson; EDWARDS, Richard (2006), “The purpose of a school of social work - an american perspective”, *Social Work Education*, 25(5), pp. 461-484.

RICHMOND, Mary (1917), *Social Diagnosis*, New York, Russel Sage Foundation.

SANTOS, Cláudia Mónica; MARTINS, Alcina (2016), “The Education of Social Assistants in Portugal: Trends in Critical thinking”, *Revista Katálysis*, 19(3), pp. 333–341. <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.003.00003>

SHOEMAKER, Linda, (1998), “Early conflicts in Social Work education”, *Social Service Review*, 72(2), pp. 182-191.

Legislação

Decreto-Lei nº 26893 de 15 de Agosto de 1936, Estatutos da Obra das Mães pela Educação Nacional (O. M. E. N.)

Decreto-Lei nº 30135 de 14 de Dezembro de 1939, Princípios gerais de orientação e coordenação dos estabelecimentos de educação para o serviço social.

Decreto-Lei nº 40678, de 10 de Julho de 1956, que insere as disposições pertinentes ao funcionamento de escolas destinadas à formação de assistentes sociais, de assistentes familiares e de monitoras familiares.

Outras Fontes

Council on Social Work Education (CSWE) (2018), 2017 Statistics On Social Work Education In The United States. Council on Social Work Education (CSWE).

GADE-GUIDE. Retrieved from, <http://www.gadephd.org/Membership.aspx>

Group for the Advancement of Doctoral Education in Social Work, 2013.

Group for the Advancement of Doctoral Education in Social Work, 2016.

Quality Guidelines For Phd Programs In Social Work. Retrieved from <http://www.gadephd.org/Guidelines> Task Force Survey, GADE, 2012.

Fontes Consultadas Online

Relatórios das CAE dos programas doutorais em Serviço Social.

MENDES, Sandra (2020), “Formação doutoral em Serviço Social. Contributos para a construção de ciência a partir da análise socio-histórica no caso de Portugal e dos Estados Unidos da América”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXX, pp. 95-122.

Sandra Mendes. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal. Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego – Instituto Politécnico de Viseu, Lamego, Portugal. Endereço de correspondência: Quinta de Prados, 5001-801 Vila Real, PORTUGAL. Email: sandrarm@utad.pt

Artigo recebido em 20 de agosto de 2020. Aprovado para publicação em 25 de novembro de 2020.

Anexo

Áreas de formação doutoral em Serviço Social, conhecimentos e competências essenciais e conhecimentos e competências recomendadas

(i) Conhecimento profundo do Serviço Social enquanto profissão e enquanto disciplina	Conhecimentos e competências essenciais nucleares dos doutorandos	Conhecimentos e competências recomendados
<p>É importante que o novo conhecimento que os administradores da disciplina desenvolvem e divulguem seja contextualizado dentro das características distintivas e das mais importantes ideias e achados que constituam o legado da profissão de Serviço Social. Os alunos com um Mestrado trazem um sólido conhecimento fundacional sobre o Serviço Social como uma prática profissional, que se aprofundou e se expandiu no programa de doutoramento em relação à teoria, à pesquisa e ao desenvolvimento do conhecimento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Localizar seu trabalho no panorama intelectual do trabalho social. • Analisar criticamente teorias, práticas, políticas e pesquisas. • Compreender as relações entre educação, pesquisa e prática do serviço social. • Compreender como o conhecimento no serviço social é relevante para questões públicas, incluindo a promoção da justiça social e aumento da equidade. • Compreender o papel e a importância dos valores e ética do trabalho social na pesquisa e desenvolvimento de conhecimento. • Desenvolver expertise em pelo menos uma área especializada do conhecimento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Articular as principais questões e controvérsias no trabalho social, tanto do passado como do presente. • Compreender as contribuições do trabalho social para a sociedade. • Conhecer as práticas / intervenções de ponta no campo de pesquisa do aluno. • Analisar políticas sociais em um nível avançado.
(ii) Investigação	Conhecimentos e competências essenciais nucleares dos doutorandos	Conhecimentos e competências recomendados
<p>Como os assistentes sociais do PhD são responsáveis por gerar conhecimento, eles devem ser capazes de conduzir pesquisas de alta qualidade e comunicar as descobertas a diversos públicos. Habilidades de pesquisa, amplamente definidas, envolvem a recolha sistemática e análise de dados que esclarecem questões de investigação relevantes para o Serviço Social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conceptualizar questões de pesquisa de Serviço Social significativas, e relevantes. • Avaliar e avaliar criticamente o trabalho publicado na área de especialização do estudante. • Identificar os pontos fortes e as limitações de sua própria pesquisa. • Realizar pesquisas que sejam guiadas pela teoria. • Compreender os aspetos técnicos e os fundamentos concetuais de uma ampla gama de técnicas metodológicas e estatísticas. • Demonstrar conhecimento profundo na seleção e aplicação das abordagens de análise metodológica e de dados mais rigorosas, viáveis e apropriadas para a (s) questão (s) de pesquisa apresentada (s). 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver propostas de pesquisa e financiamento, de forma independente e em colaboração com outros. • Desenvolver um plano ou trajetória de carreira de pesquisa. • Participar numa equipa de pesquisa interdisciplinar.

	<ul style="list-style-type: none"> • Proactivamente e consistentemente implementar planos para a conduta responsável e ética da pesquisa. • Projetar e implementar procedimentos apropriados para amostragem e coleta de dados. • Amplamente disseminar o conhecimento que contribua para o avanço da pesquisa, prática e política do serviço social, incluindo: redação de manuscritos publicados e revistas por pares; apresentação em conferências locais, nacionais e internacionais; e produção de recomendações de política / livros brancos. 	
(iii) Docência	Conhecimentos e competências essenciais nucleares dos doutorandos	Conhecimentos e competências recomendados
A maioria dos estudantes de doutoramento em serviço social deseja trabalhar em ambientes nos quais têm oportunidades de conduzir pesquisas e ensinar (Anastas, 2012; Task Force Survey, 2012). Esta aspiração é congruente com ser um administrador da disciplina, que desenvolve e dissemina conhecimento. Além disso, programas de PhD de todos os tipos têm sido criticados por não prepararem adequadamente os alunos para ensinar. Os alunos tornam-se especialistas em conhecimento, mas também envolvem o desenvolvimento de competências em habilidades relevantes de ensino em sala de aula e a compreensão da relação entre suas pesquisas e seu ensino. Uma abordagem comum para a construção dessas habilidades é que os alunos concluem um curso obrigatório ou eletivo sobre a teoria e prática do ensino de serviço social.	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender e aplicar as teorias da aprendizagem de adultos. • Projetar e ministrar um curso num currículo de serviço social. • Criar uma cultura de aprendizagem e clima de sala de aula que inclua uma população diversificada de alunos e diversos estilos de aprendizagem. • Abordar dilemas éticos que possam surgir no ensino. • Compreender o lugar da educação do Serviço Social dentro do contexto maior do ensino superior 	<ul style="list-style-type: none"> • Comprometer os alunos usando uma variedade de estratégias de ensino. • Aplicar a tecnologia e estratégias digitais de ponta. • Compreender os problemas e processos de acreditação do CSWE. • Desenvolver uma filosofia de ensino escrita. • Compreender as questões contemporâneas na educação do Serviço Social, incluindo o ensino on-line, a motivação dos alunos e a integridade acadêmica.

Fonte: GADE, 2013: 2-4²⁰

²⁰ Tradução e adaptação própria

Recensão

FERRO, Lúgia; POVEDA, David (eds.) (2019), *Arts and Ethnography in a contemporary world: From learning to social participation*, London, Tufnell Press. ISBN 978-1-87276-779-6

Pedro Varela

O livro “*Arts and ethnography in a contemporary world: From learning to social participation*”, editado por Lúgia Ferro e David Poveda, apresenta nove capítulos de dezassete autores, com pesquisas que cruzam temas das artes e da educação através da metodologia etnográfica. Este livro transporta-nos para diversos campos de investigação, colocando-nos importantes discussões metodológicas e teóricas, a partir de abordagens multidisciplinares.

Os capítulos desta obra surgem dos contributos de académicos, educadores, estudantes e artistas que participaram na conferência ETHNOARTS, que se realizou na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2017. A motivação para organizar esse encontro remonta a 2015, quando decorreu a *Oxford Ethnography and Education Conference*. Na introdução, os editores referem que aí surgiu o desejo de colocar em diálogo diferentes perspetivas sobre o papel da etnografia na abordagem às práticas artísticas e educativas. Os textos que este livro reúne são de especial interesse para profissionais das ciências sociais, bem como de educadores e artistas que têm interesse na etnografia.

Através do livro somos levados para lugares onde as artes e as ciências sociais se cruzam como um espaço privilegiado, dinâmico e inovador de interpretação do mundo contemporâneo. Os autores apresentam-nos, assim, as suas experiências e discussões teóricas; mas, por vezes, também nos revelam as suas dúvidas e os limites das suas abordagens. É, nesse sentido, que ao longo do livro emergem questões metodológicas em contextos onde as artes desempenham um papel fundamental como ferramenta de intervenção social, participação e mudança.

Partindo da experiência de autores de diversos países como o Reino Unido, Portugal, Espanha, Chile ou Suécia; e com pesquisas em vários territórios do mundo, este livro cruza disciplinas académicas como a sociologia, a antropologia, a psicologia ou a educação. Sendo que os terrenos de observação passam por escolas, museus, associações, instituições, ruas de cidades, trilhos do campo ou espaços de improvisação musical. Deparamo-nos também com comunidades urbanas, rurais ou indígenas. Nestes espaços diversos e através da observação participante, os pesquisadores analisam dinâmicas e processos de aprendizagem e participação social. Ao longo

dos capítulos do livro, várias práticas artísticas, como a pintura, a escultura, o *grafitti*, a escrita, o teatro ou a música, encontram-se no centro da reflexão.

No primeiro capítulo da autoria de Pat Thomson, Amy McKelvie, Leanne Turvey e Alice Walton, baseado nas experiências de professores e antropólogos em escolas de verão da Tate Modern e da Tate Britain em Londres, surge-nos um texto experimental e colaborativo. Aqui discute-se o papel da escrita etnográfica na antropologia em contextos de trabalho interdisciplinar onde as práticas artísticas têm um papel central.

No capítulo seguinte, através de uma etnografia realizada por Anton Franks, conhecemos um programa artístico de base comunitária na *Serpentine Gallery* em Londres. Neste âmbito, artistas, curadores, educadores e investigadores refletem sobre novas formas de brincar dirigidas e construídas por crianças. Numa abordagem conhecida como *Changing Play*, surgem novos olhares sobre a aprendizagem e o desenvolvimento infantil.

No terceiro capítulo, ficamos a conhecer uma pesquisa realizada por Maria Vigo e Denis Beach, numa pequena escola rural espanhola em Aragão. Os autores tentam compreender o papel das artes no domínio dos processos de aprendizagem dos estudantes. Num ambiente onde a heterogeneidade domina a sala (diferentes idades, anos escolares, origens socioculturais e geográficas), o ensino criativo vai suportar uma maior inclusão social das crianças.

Depois “viajamos” para uma ilha isolada do sul do Chile, Apiao, no arquipélago Chiloé. Neste local, a antropóloga Giovanna Bacchiddu e o artista Francisco Schwember exploram novas realidades numa sociedade indígena. Na escola estatal, as crianças apresentam dificuldades de autonomia na aprendizagem, quando no seu dia-a-dia fora da sala isso não acontece. Um novo olhar sobre os saberes ancestrais vem permitir novas abordagens educativas através de práticas e intervenções artísticas, partindo de uma lógica comunitária que estimula a participação.

Andrew Hewitt e Mel Jordan discutem o lugar da arte na sociedade e a sua relação com a sociologia no capítulo seguinte. Através dos projetos comunitários artísticos desenvolvidos em Northampton e Sheffield (*Free Art Collective* e *Forum for Democratic Practices*), os autores pretendem entender a importância do trabalho interdisciplinar entre artistas e sociólogos para o conhecimento da realidade, mas também os seus limites. Segundo os autores é importante compreender o “aspeto antagonista” de cada campo para que verdadeiros processos de interdisciplinaridade aconteçam.

No sexto capítulo somos levados para uma prisão portuguesa, onde o etnoteatro é usado como ferramenta etnográfica por Ricardo Seíça Salgado. Sendo o espaço carcerário limitado para as técnicas de observação, o etnoteatro torna-se uma abordagem fundamental para realizar observação participante e compreender esta realidade. A dramatização de aspetos da vida real permite uma expansão das possibilidades do trabalho etnográfico.

Geoff Bright e Anton Hunter realizam um estudo em Manchester sobre o coletivo de improvisação musical *Manchester Improv Collective*. Este projeto é caracterizado por relações não hierárquicas e abordagens igualitárias horizontais. No entanto, no seu interior continuam a refletir-se as diferenças de classe, de género e étnico-raciais existentes no resto da sociedade.

Também em Manchester, Harriet Rowley mostra-nos o projeto *Partispace* onde é realizada uma etnografia sobre uma instituição de apoio social que utiliza a arte para transformar a vida de pessoas sem-abrigo. Surge, então, a discussão das possibilidades e limites das práticas artísticas como forma de ajudar pessoas nestas condições.

Por fim, percorremos um bairro de maioria negra dos subúrbios de Lisboa, que foi transformado numa das maiores galerias de arte urbana da Europa. Otávio Raposo acompanha jovens guias que mostram a “galeria” da Quinta do Mocho a visitantes. Num contexto onde a comunidade está confrontada com o lado positivo e negativo das mudanças que surgiram no bairro, a população reivindica o seu papel nessa transformação.

Já há muito que a etnografia ultrapassou as fronteiras da antropologia, tendo sido adotada por outras disciplinas das ciências sociais, primeiramente com mais intensidade na sociologia, e até por outras áreas do saber como as artes. As pesquisas multidisciplinares que surgem neste livro demonstram esta realidade fértil e dinâmica. No entanto, alguns perigos espreitam a etnografia. A velocidade exigida na produção académica impede muitas vezes trabalhos de campo longos e aprofundados. Sabemos também que hoje em dia, o uso da etnografia deve contornar alguns aspetos mais clássicos de um realismo naífe, mas também devemos rejeitar a total relativização (Hammersley, 1992). Já no âmbito das etnografias nas artes, Hal Foster alerta para o perigo das “pseudo-etnografias”, que utilizando a autoridade da etnografia, fazem falsas abordagens colaborativas com as comunidades (Foster, 1995).

Num momento em que existe um crescente interesse sobre pesquisas que ligam diferentes disciplinas, este livro traz-nos relevantes experiências etnográficas, discussões metodológicas e teóricas numa obra multidisciplinar. É nesse cruzamento das ciências sociais com as artes que se abrem novas possibilidades, seja para as práticas etnográficas como uma importante forma de análise e interpretação da realidade, seja como uma ferramenta para impulsionar processos de aprendizagem, participação e transformação social.

FERRO, Lúgia; POVEDA, David (eds.) (2019), *Arts and Ethnography in a contemporary world: From learning to social participation*, London, Tufnell Press. ISBN 978-1-87276-779-6
Pedro Varela, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXX, pp. 123-126.

Referências Bibliográficas

FOSTER, Hal (1995), “The artist as ethnographer?”, Marcus, George; Myers, Fred (eds.), *Traffic in Culture: Refiguring Art and Anthropology*, Berkeley, University of California Press, pp. 302-309.

HAMMERSLEY, Martyn (1992), *What's wrong with Ethnography?*, New York, Routledge.

Pedro Varela. Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Colégio de S. Jerónimo.
Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal. Email: pedromfvarela@gmail.com

MASCLET, Olivier; AMOSSÉ, Thomas; BERNARD, Lise; CARTIER, Marie; LECHIEN, Marie-Hélène; SCHWARTZ, Olivier; SIBLOT, Yasmine (Dir.) (2020), *Être comme tout le monde. Employées et ouvriers dans la France contemporaine*, Paris, Éditions Raisons d’agir. ISBN 979-10-97084-06-6

João Queirós, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXX, pp. 127-130.

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc40r2>

Recensão

MASCLET, Olivier; AMOSSÉ, Thomas; BERNARD, Lise; CARTIER, Marie; LECHIEN, Marie-Hélène; SCHWARTZ, Olivier; SIBLOT, Yasmine (Dir.) (2020), *Être comme tout le monde. Employées et ouvriers dans la France contemporaine*, Paris, Éditions Raisons d’agir. ISBN 979-10-97084-06-6

João Queirós

O livro *Être comme tout le monde. Employées et ouvriers dans la France contemporaine*, organizado por um coletivo de cientistas sociais ligado a centros de investigação sediados em Paris, Nantes e Poitiers (CERLIS, CMH, CENS e GRESCO), apresenta os principais resultados de uma investigação desenvolvida entre 2014 e 2018, com o apoio da *Agence nationale de la recherche*, sobre recomposições sociais e culturais das classes populares na França contemporânea.

A pesquisa, que envolveu perto de três dezenas de investigadores e investigadoras, a maioria coautora de pelo menos um dos 22 capítulos do livro (são 26 os nomes inscritos na lista de autorias dos diferentes segmentos do volume), assumiu como propósito fundamental a produção de conhecimento sociológico aprofundado sobre estilos de vida das frações “estáveis-modestas” dos meios populares contemporâneos, isto é, dos grupos domésticos populares cujas condições de existência e padrões aspiracionais e de consumo ficam aquém dos das classes médias e dos segmentos mais dotados das classes populares, mas que se afastam também das famílias menos dotadas de recursos, mais precarizadas e o mais das vezes dependentes dos apoios do Estado social. Fração “central” das classes populares – porventura por isso mesmo geralmente arredada da atenção de sociólogos e jornalistas –, o segmento das famílias “estáveis-modestas” engloba os grupos domésticos que procuram “viver do seu trabalho”, aspirando por essa via a “viver como toda a gente”, isto é, a viver segundo as normas – de consumo, alojamento, educação, saúde, entre outras – comuns à sociedade modal.

A análise das condições, constrangimentos e aspirações deste amplo e multifacetado grupo social é aqui realizada considerando o pano de fundo desenhado por três transformações

relevantes dos universos populares observadas em França ao longo das últimas quatro décadas: i) uma “extensão do domínio do comum”, resultante do alargamento do acesso a bens materiais (alojamentos, equipamentos, viaturas) e a serviços e bens simbólicos (escolaridade, lazeres, cuidados de saúde) outrora monopolizados pelas categorias médias e superiores; ii) uma “extensão do domínio do julgamento”, decorrente da primeira transformação mencionada e, bem assim, do alargamento dos processos de comparação interpessoal e interclassista, que pesam significativamente sobre as categorias populares, gerando tensão e risco acrescido de estigmatização; e iii) uma “extensão do domínio das aspirações”, resultante do maior contacto e da paulatina aproximação aos universos de sentido, normas e práticas das categorias médias e diplomadas (pp. 13-15; 27-29).

“Desencravadas” e “abertas” à sociedade englobante como nunca, mas nem por isso mais protegidas face aos riscos de precariedade e marginalização no terreno económico, as classes populares contemporâneas – e, em especial, as famílias “estáveis-modestas” – constituem um segmento social clivado e heterogéneo, que por isso mesmo desafia o olhar sociológico e impõe desconfiança relativamente aos retratos unilaterais e monocromáticos que delas possam ser feitos. Mesmo aceitando que estes homens e mulheres – eles mais regularmente operários, elas mais regularmente empregadas – sejam analiticamente agrupados no segmento “popular” do espaço social, caracterizável genericamente pela “pequenez dos estatutos profissionais” que engloba, pelo “caráter reduzido dos recursos económicos” de que dispõe e pela “distância ao capital cultural” que manifesta (pp. 15-16), a verdade é que estamos perante indivíduos e famílias com origens, trajetórias, condições e projetos bastante diversos. Como estudar, então, este grupo “central”, mas muito amplo e internamente diferenciado, dos universos populares contemporâneos?

A investigação a que o livro aqui recenseado se refere optou, a este propósito, por uma combinação – que se revelou heurística – entre pesquisa estatística e pesquisa monográfica. Através da construção de um dispositivo estatístico baseado na exploração e análise de dados de fontes oficiais e na elaboração de uma “cartografia fatorial” das famílias estudadas (pp. 71-76), a pesquisa procedeu a uma caracterização – explorada no Capítulo 1 do livro – da evolução, ao longo das últimas décadas, dos grupos socioprofissionais integráveis na categoria dos “estáveis-modestos”, em planos como os da situação face à atividade económica e ao emprego, rendimentos e padrões de consumo, escolarização e diplomas, origens sociais e familiares e conjugalidades. Esta caracterização permitiu, por um lado, objetivar a divisão ternária do espaço social habitado pelos grupos domésticos populares – um segmento “superior” munido de maiores recursos e mais próximo económica, cultural e socialmente das classes médias (empregados administrativos de certos setores de atividade, polícias, militares); um segmento “inferior” muito marcado pela

escassez de recursos e pela precariedade económica e social (operários não qualificados, empregadas de serviços sociais e pessoais, muitas vezes imigrantes); e um segmento “mediano” distinguível daqueles dois polos (p. 65) – e, por outro lado, forneceu o enquadramento necessário a uma adequada apreciação analítica dos casos selecionados para estudo aprofundado.

Enquadradas por tais elementos de caracterização, as monografias realizadas pela equipa de investigação, que neste livro surgem vertidas em 21 retratos de grupos domésticos, distribuídos por outros tantos capítulos, são a porta de entrada para a exploração de dimensões fundamentais do quotidiano destas “frações medianas” das classes populares. Ainda que elaborados em torno de um mesmo guião, os 21 retratos apresentam direções e pontos focais distintos, e estão por isso organizados em três partes temáticas, correspondentes a três eixos analíticos diferentes: numa primeira parte (Capítulos 2 a 9), trata-se de explorar as modalidades de acesso à estabilidade social em meio popular, podendo aqui observar-se a complexidade deste processo, que decorre de múltiplos fatores (propriedades biográficas individuais, efeitos de contexto e trajetória, relações conjugais e familiares); numa segunda parte (Capítulos 10 a 15), olham-se primordialmente as formas de organização doméstica e as divisões de género, focando, muito em especial, a situação laboral das mulheres, o quotidiano relacional no seio do lar e aspetos diversos relativos a estratégias de reprodução social das famílias; numa terceira parte, finalmente (Capítulos 16 a 22), observam-se práticas de sociabilidade, relações com instituições e lógicas de posicionamento face a outros grupos sociais, destacando-se a variabilidade das formas de “boa vontade institucional” praticadas por estas famílias e a consolidação no seu seio de uma “consciência social triangular” (já não a tradicional apreciação “Nós” *versus* “Eles”, mas um sentimento de “dupla distância” – quer face aos grupos tidos como “superiores”, quer face aos grupos populares entendidos como estando “pior”).

Lidos em conjunto, estes 21 retratos de famílias “estáveis-modestas” oferecem um panorama amplo, rico e detalhado da diversidade característica dos meios populares, tal como estes podem ser observados na França dos nossos dias, e contribuem para especificar analiticamente uma noção – a noção de “popular”, ou de “classes populares” – que tantas desinteligências, mitos e equívocos continua a gerar. Sem temer a exploração de outros eixos de análise das desigualdades sociais, como os que remetem para as relações de género, a imigração, a pertença étnica ou a vinculação territorial, este livro constitui uma ilustração especialmente robusta de como a classe é um analisador teórico e prático indispensável a qualquer esforço sociológico alargado de compreensão da estruturação e devir das sociedades contemporâneas. O livro é ainda prova da vitalidade e capacidade de renovação que, ao menos em França, a sociologia das classes sociais vem demonstrando.

MASCLET, Olivier; AMOSSÉ, Thomas; BERNARD, Lise; CARTIER, Marie; LECHIEN, Marie-Hélène; SCHWARTZ, Olivier; SIBLOT, Yasmine (Dir.) (2020), *Être comme tout le monde. Employées et ouvriers dans la France contemporaine*, Paris, Éditions Raisons d’agir. ISBN 979-10-97084-06-6

João Queirós, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXX, pp. 127-130.

João Queirós. Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Porto, Portugal. Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, PORTUGAL. E-mail: jqueiros@letras.up.pt

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

N.º XXV, JANEIRO-JUNHO 2013

EDITORIAL

ARTIGOS

A mudança em Portugal, nos romances de Lídia Jorge: esboço de interpretação sociológica de uma interpretação literária

Augusto Santos Silva

Trabalho, Qualificação, Poder e Precariedade: uma abordagem dinâmica à estruturação dos modelos produtivos, a partir de um estudo de caso da profissão científica

Alfredo Campos

Desigualdades sociais e ação coletiva nas sociedades contemporâneas: a fecundidade teórica de Pierre Bourdieu e de Nicos Mouzelis

Nuno Nunes

Uma proposta multidisciplinar para o entendimento da centralidade urbana como facto social total

Adriano Zilhão

Propagandas e blogues como narrativas de políticas urbanas na cidade de Almada

Roselane Gomes Bezerra

A celebridade pós-moderna da solidão plural e da banalidade pública

Paulo Barroso

A política de *classe* na economia do Estado Novo: a burguesia como classe beneficiária

João Valente Aguiar

A inovação social como utopia renovada: o caso da Associação Humanitária Habitat

Vera Diogo e Paula Guerra

Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participado

Lorena Sancho Querol

Incerteza e redefinições do trabalho médico: um estudo de caso sobre o aconselhamento genético no cancro hereditário

Hélder Raposo

RECENSÃO

Recensão crítica do livro *Des bons voisins. Enquête dans un quartier de la bourgeoisie progressiste*

Tiago Castro Lemos

N.º XXVI, JULHO-DEZEMBRO 2013

EDITORIAL

ARTIGOS

Toward a Sociology of Wealth: definitions and historical comparisons

Richard Lachmann

Principais estádios evolutivos da sociologia em Portugal

Hernâni Veloso Neto

Condomínios habitacionais fechados: (im)precisões conceptuais. Apontamentos para um debate sobre urbanidade e autonomia, segregação e qualidade de vida

Marta Martins

Análise comparativa dos divórcios em casais nacionais e binacionais em Portugal (2001-2010)

Sofia Gaspar, Madalena Ramos e Ana Cristina Ferreira

Carreira, arte feminista e mecenato: uma abordagem à dimensão económica do circuito artístico principal sob uma perspetiva de género

Rui Pedro Fonseca

Os movimentos sociais e a crítica epistemológica ao local de produção do conhecimento científico

Caetano De' Carli e Elizardo Scarpati Costa

As Paneleiras de Goiabeiras e a dinâmica da Cultura do Barro

Marcelo de Souza Marques e Vinicius de Aguiar Caloti

FÓRUM

The Vale do Amanhecer. Healing and spiritualism in a globalized brazilian new religious movement

Massimo Introvigne

Panoramas umbrais da modernidade: autoidentidade e o *dissensu* matrimonial em Anthony Giddens

Antônio Augusto Oliveira Gonçalves e Daniella Santos Alves

Implantação geográfica dos portugueses em França: evolução observada entre 1990 e 2009

Jorge Portugal Branco

RECENSÃO

Recensão crítica do livro *Portugal nas Transições – O Calendário Português desde 1950*

Miguel Quaresma Brandão

N.º XXVII, JANEIRO-JUNHO 2014

EDITORIAL

ARTIGOS

A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990

Ricardo Antunes

Trabalho e processos de marginalização social no século XXI: aproximações teóricas e dados estatísticos

Agostinho Rodrigues Silvestre e Luís Fernandes

Diplomados do ensino superior e posicionamentos avaliativos

Luísa Pinheiro

Participação associativa dos investigadores científicos em Portugal

Luís Junqueira, Ana Delicado, Raquel Rego e Cristina Palma Conceição

A economia social como setor empregador nos distritos de Viseu e da Guarda

Maria Teresa de Sousa e Ilona Kovács

Autonomia, autoridade e confiança em tempo de novas TIC: atitudes e práticas diferenciadas entre os alunos do secundário

Nuno Ferreira

Deambulações exploratórias no Centro Histórico de Guimarães – pontos de chegada sociológicos num estudo multidisciplinar

Natália Azevedo e Raquel Cadilhe Pereira

N.º XXVIII, JULHO-DEZEMBRO 2014

EDITORIAL

ARTIGOS

Política e Administração: em que medida a atividade política conta para o exercício de um cargo administrativo

João Bilhim

Para uma história operária do capital: classe, valor e conflito social

Ricardo Noronha

Da Geração à Rasca ao *Que se Lixe a Troika*. Portugal no novo ciclo internacional de protesto

José Soeiro

Rituais Familiares: Práticas e Representações Sociais na Construção da Família Contemporânea

Rosalina Costa

Padrões de mudança de casa e eventos de vida: uma análise das carreiras habitacionais

Magda Nico

A fotografia como retrato da sociedade

Ana Rita Bastos

Narrativas das relações entre o Estado e as organizações do terceiro setor: algumas pistas de análise

Paula Guerra e Mónica Santos

A Socialização Antecipatória para a Profissão Docente: estudo com Estudantes de Educação Física

Patrícia Gomes, Paula Queirós e Paula Batista

Fundos de conhecimento e egoredes: traduzindo uma abordagem teórico-metodológica

Filipa Ribeiro

TEXTOS

Contributos para a definição de uma visão estratégica na construção de um percurso profissional de sucesso

Rui Santos

N.º XIX, JANEIRO-JUNHO 2015

EDITORIAL

ARTIGOS

Uma etnografia das práticas e dos processos de produção de conhecimento em empresas e laboratórios

Luísa Veloso, Joana Lucas e Paula Rocha

Reverberações da medicalização: paisagens e trajetórias informacionais em consumos de performance

Telmo Costa Clamote

Pressupostos para a construção de uma sociologia das redes sociais

Joaquim Fialho

Redes sociais no recrutamento de imigrantes: fundamentos teóricos de uma proposta de explicação

Filipa Pinho

Das tensões entre desmistificar e reconhecer os discursos ao repensar o “social”: manifesto por uma sociologia ecléctica

Pedro dos Santos Boia

Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos

Luciana Teixeira de Andrade e Luís Vicente Baptista

RSI, tolerância zero: o embrutecimento do estado

Ricardo Sá Ferreira

Os menores estrangeiros isolados ou não acompanhados em França e Portugal: a “batata quente”

Vítor Rosa

RECENSÃO

Recensão crítica da obra *De l’artification. Enquêtes sur le passage à l’art*

Natália Azevedo

N.º XXX, JULHO-DEZEMBRO 2015

EDITORIAL

ARTIGOS

Texturas, ou sobre os efeitos sociais das artes

Sara Melo

Palcos de inovação social: atores em movimento(s)

Ana Alves da Silva e Joana Almeida

O ensino público no olhar das elites escolares: representações sociais dos agentes educativos de dois colégios privados

Maria Luísa Quaresma

Da saúde e bem-estar/mal-estar ao termalismo

Maria Engrácia Leandro e Ana Sofia da Silva Leandro

Governança, participação e desenvolvimento local

Isabel Ferreira

Acidentes com tratores agrícolas e florestais: aprender para prevenir

Carlos Montemor, Luísa Veloso e João Areosa

A insustentável sustentabilidade das previsões económicas: reflexividade, etnoeconomia e neoliberalismo

Fernando Ampudia de Haro

N.º XXXI, JANEIRO - JUNHO 2016

EDITORIAL

ARTIGOS

Précarités: les effets de la rupture du lien social

Augusto Santos Silva

Políticas de reabilitação urbana e recomposição do tecido social no centro histórico do Porto: representações e discursos de moradores sobre a respetiva evolução recente

João Queirós

Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas

Mauro Serapioni

Diferenças nas perceções dos valores organizacionais dos candidatos a cargos de direção superior na Administração Central do Estado

João Abreu de Faria Bilhim, Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

O Catolicismo nos Contextos e Circunstâncias da Modernidade em Cabo Verde

Adilson Filomeno Carvalho Semedo

Comment les psychiatres se représentent-ils aujourd’hui “la” maladie mentale?

Caroline Guibet Lafaye

ENSAIO BIBLIOGRÁFICO

Notas sobre a dominação social em António Gramsci e Pierre Bourdieu

Marcello Felisberto Morais de Assunção

N.º XXXII, JULHO - DEZEMBRO DE 2016

Carreiras e circuitos de músicos brasileiros: uma exploração etnográfica no Bairro Alto, Lisboa

Ricardo Bento, Graça Índias Cordeiro, Lígia Ferro

Consumo sustentável e ambiente: o papel do Estado e das políticas públicas na inculcação de disposições ambientalistas

Isabel Silva Cruz

A gestão de recursos humanos nas Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento portuguesas: uma análise interpretativa exploratória

Vanessa Marcos

Modèles de représentation sur la parentalité sociale du point de vue des jeunes portugais

Cristina Cunha Mocetão

Inserção profissional dos licenciados em Direito: da formação académica ao acesso às profissões reguladas

Mónica Santos

Narrativas acerca da formação de professores de Educação Física em contexto de prática supervisionada

Inês Cardoso, Paula Batista, Amândio Graça

A Ciência Biomédica e o Processo Civilizador

Bruna de Farias, Mari Cleise Sandalowski

RECENSÃO

Recensão da obra de FREIRE, André (Org.), (2015), *O Futuro da Representação Política Democrática*, Lisboa, Nova Vega.

Carolina Pimentel Corrêa

N.º XXXIII, JANEIRO – JUNHO DE 2017

Dulce Magalhães: marcas de um percurso

Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra
(I Parte)

Jordi Estivill

A typology of professional situations in the analysis of graduate transition from higher education
to the labor market

Madalena Ramos, Cristina Parente, Mónica Santos, Miguel Chaves

Atitudes sociais face ao trabalho por conta própria em tempos de crise: da valorização do trabalho
por conta própria a um retraimento da iniciativa empresarial

Ana Isabel Couto

Proposta de modelo explicativo das perceções sobre gestão e políticas públicas em matéria de
cibersegurança e cibercrime

*Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, Susana Isabel da Silva Santos,
João Abreu de Faria Bilhim*

A Vigilância Lateral e Participativa na Web 2.0

Rita Espanha, Tiago Estêvão

O Projeto *Orquestra Geração*. A duplicidade de um *evento* musical/social

Jorge Alexandre Costa, Graça Mota, Ana Isabel Cruz

Ciências sociais, arquivos e memórias: considerações a propósito das culturas musicais urbanas
contemporâneas

Pedro Quintela, Paula Guerra

N.º XXXIV, JULHO – DEZEMBRO DE 2017

EDITORIAL

ARTIGOS

Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra (II Parte)

Jordi Estivill

Proletários ou profissionais? A condição do jornalista durante o Estado Novo (1934-1958)

José Nuno Matos

Comunicação interna e comprometimento organizacional: o caso da Autoridade para as Condições do Trabalho

Cátia Filipa Neto, Sofia Alexandra Cruz

As camadas internas da secularização: proposta de sistematização de um conceito essencialmente contestado

Jorge Botelho Moniz

O bem-estar das crianças e dos jovens em Portugal: contributos de uma pesquisa qualitativa

Magda Nico, Nuno de Almeida Alves

The Sámi Library, North of the North: colonialism, resistance and reading in a public library

Paula Sequeiros

RECENSÃO

MOTA, Graça e TEIXEIRA LOPES, João (Orgs.), (2017) *Crescer e tocar na Orquestra Geração*, Vila do Conde, Verso da História.

Irene Serafino

N.º XXXV, JANEIRO – JUNHO DE 2018

EDITORIAL

ARTIGOS

Perfis sociodemográficos da população sénior de Vila Nova de Gaia: de privilegiados, a remediados e excluídos

Hélder Alves; Idalina Machado; Sidalina Almeida; Joana Guedes; Adriano Zilhão; Óscar Ribeiro

Famílias em tempos de crise: a regulação judicial do exercício das responsabilidades parentais

Paula Casaleiro; Andreia Santos

As implicações dos indicadores de desempenho contratualizados na prática clínica da Medicina Geral e Familiar: um modelo profissional em mutação?

Hélder Raposo

A Composição Sociopolítica do Legislativo Brasileiro: uma análise da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (2004-2015)

Carolina Pimentel Corrêa

O impacto dos determinantes da inovação na geração de ideias no Ensino Superior: a perceção dos estudantes como evidência

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia; Ireneu de Oliveira Mendes

Nas teias da construção identitária socioprofissional: práticas profissionais de trabalhadores sociais pós-graduados inseridos em organizações da economia social

Vera Diogo

Mundo do trabalho e pluralidade epistemológica: uma contribuição para o estudo da precariedade

Elizardo Scarpati Costa; Pablo Almada

N.º XXXV, JULHO-DEZEMBRO - 2018

EDITORIAL

ARTIGOS

Desvendando a praxe: desafios de uma incursão etnográfica

Inês Maia

Trabalho e educação de adultos em Portugal: uma perspetiva histórica de 1945 à
Revolução dos Cravos

Rui Canário

A Igreja Universal do Reino de Deus no espaço público religioso global

Ari Pedro Oro e Marcelo Tadvald

Papel da Sociedade Civil em prol da Boa Governação – o caso de Moçambique

Pedrito Carlos Chiposse Cambrão

Ciência à medida: conflitos de interesse e interferência na investigação científica
financiada

Rita Faria

Conhecer doença: os doentes em primeiro lugar

Paula Silva

Alianças e conflitos nos segmentos artísticos relativamente especializados: o caso do rock
independente de Teresina no início do século XXI

Thiago Meneses Alves

Nº XXXVII, JANEIRO-JUNHO 2019

EDITORIAL

ARTIGOS

Quando nem a palavra é de prata, nem o silêncio é de ouro. Análise de conflitos sobre mineração em Portugal

Ana Raquel Matos e Lúcia Fernandes

A percepção de justiça na avaliação do desempenho na Administração Pública e a produtividade

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, Ireneu de Oliveira Mendes e Sara Raquel dos Santos Rodrigues Manaia da Silva

Ser (um) expatriado, numa empresa: uma obrigação, uma distinção, um parêntese

João Vasco Coelho

A Bandeira Vermelha em números: uma análise sobre o semanário da Federação Maximalista Portuguesa (1919-1920)

André Costa Pina

A intolerância religiosa à brasileira: estudo de caso na cidade de Londrina / Paraná

Cláudia Neves da Silva e Fábio Lanza

Nº XXXVIII, JULHO-DEZEMBRO 2020

EDITORIAL

ARTIGOS

Descodificar as paredes da cidade: da crítica à gentrificação ao direito da habitação no Porto

Inês Barbosa e João Teixeira Lopes

The concept of us and them: communitarianism and the rise of populist politics

Ihsan Cetin

Processos de criação artística comunitária: questões metodológicas

Irene Serafino

Madonna, “sex” e o fetichismo pós-moderno

Roney Gusmão

Trabalho de equipa em saúde como processo de relação formal potenciador da satisfação e motivação laboral

Ana Teresa Nogueira Jeremias e Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

Motivações e repercussões da formação em agricultura biológica em contexto urbano: uma abordagem sociológica

Cristina Parente, Rui Santos e Madalena Ramos

NÚMERO TEMÁTICO | 2016 - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos

EDITORIAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO

ARTIGOS

Conceptual foundations of qualitative life course research

Walter R. Heinz

A pluralização limitada de trajetórias familiares em Portugal

Vasco Ramos

O mundo aos nossos olhos: socialização familiar e reflexividade

Ana Caetano

A seu tempo: um estudo sobre transições familiares precoces em Portugal no contexto Europeu

Diana Carvalho

A família conta: ilustrações a partir do fado

Ana Gonçalves

Quantas vidas cabem numa vida? Da autobiografia de 52 trabalhadores ao caso de um funcionário administrativo

Pedro Abrantes

Redes pessoais em Portugal numa perspetiva do percurso de vida

Rita Gouveia

NÚMERO TEMÁTICO | 2017 - Processos sociais e questões sociológicas

EDITORIAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Bruno Monteiro, Ester Silva e Idalina Machado

ARTIGOS

A religião na cidade: territórios, materialidades e comunicação

Helena Vilaça

Artes e inclusão social: projetos e ações enquanto experiências metodológicas

Natália Azevedo

Diplomados universitários e sobre-educação

Carlos Manuel Gonçalves

Ensino politécnico, empreendedorismo e transição para o trabalho

Luís Nuno Sousa

“Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório
por excelência de inovação social

Naldeir dos Santos Vieira, Cristina Parente, Allan Claudius Queiroz Barbosa

Perfis de profissionalização: um contributo sociológico para
a compreensão das ONGD portuguesas

Vanessa Marcos

NÚMERO TEMÁTICO | 2018 - Cidade, cultura e turismo: novos cruzamentos

EDITORIAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO. A ambivalência do turismo na transformação das cidades

João Teixeira Lopes; Helena Vilaça; Natália Azevedo

ARTIGOS

Mobilidade, Cidade e Turismo: pistas para analisar as transformações em curso no centro histórico de Lisboa

Luís Vicente Baptista; Jordi Nofre; Maria do Rosário Jorge

A cidade imaginável: elementos para uma viagem visual e sensorial na cidade do Porto

Diogo Guedes Vidal

La ciudad y el turismo. Experiencias desde la gestión del *street art*

Ricardo Klein

The touristic Porto – gazing over the city

Tiago Miranda

Entre o fazer etnográfico e o fazer psicanalítico: reflexões sobre a “escuta” da população sem-abrigo na rua de Cimo de Vila da Cidade do Porto

Julio Cesar Nicodemos; Lúcia Ferro

**NÚMERO TEMÁTICO | 2019 - A construção civil numa perspetiva sociológica:
enquadramento e análise**

EDITORIAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO. A construção civil numa perspetiva sociológica:
enquadramento e análise

Virgílio Borges Pereira

ARTIGOS

Estrutura económico-produtiva, sistema de emprego e qualificações na Construção:
uma breve leitura sobre tendências e mudanças recentes

José Madureira Pinto, Vanessa Rodrigues e Maria Inês Coelho

O campo das grandes empresas da construção civil. Perspetiva teórica e análise
relacional sobre o caso português (em 2012)

Virgílio Borges Pereira

A crise da construção civil sob múltiplos pontos de vista: (des)regulação da atividade
económica e recomposição do trabalho na perspetiva dos atores institucionais do setor da
construção civil no período posterior a 2008

João Queirós, Laura Galhano e Virgílio Borges Pereira

Azares, riscos e culpas: representações sobre os acidentes de trabalho da construção
civil na imprensa portuguesa (1996-2017)

Bruno Monteiro e Carla Aurélia de Almeida

O Estado à beira-mar. Estratégias burocráticas na formação do mercado
imobiliário em *Matosinhos Sul* - o exemplo da *Comissão* de 1 de março de 1996

Tiago Lemos

Social policy and labour mobility in Europe - the gap between law and enforcement

Jan Cremers

Comment étudier les classes populaires contemporaines? De l'analyse statistique
d'un espace social à une enquête par monographies de ménages

*Thomas Amossé, Lise Bernard, Marie Cartier, Marie-Hélène Lechien,
Olivier Masclat, Olivier Schwartz, Yasmine Siblot*

NÚMERO TEMÁTICO 2020 - Direitos das crianças: abordagens críticas a partir das ciências sociais

NOTA DE APRESENTAÇÃO. Direitos das crianças: abordagens críticas a partir das ciências sociais

Inês Barbosa, João Teixeira Lopes, Lígia Ferro, Eunice Castro Seixas

ARTIGOS

A infância é um direito?

Manuel Jacinto Sarmiento e Catarina Tomás

O Direito das Crianças à Cidade apropriada como lugar de Liberdade e de (inter)Ação

Frederico Lopes, Rosa Madeira e Carlos Neto

Para uma definição de tempo livre tendo as crianças por medida e referente. *O que diz a língua dos pássaros?*

Maria José Araújo e Hugo Monteiro

Direitos cívicos e políticos na infância e adolescência: da retórica da participação ao protagonismo infantil

Inês Barbosa

ESTATUTO EDITORIAL

A *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, da responsabilidade do Departamento de Sociologia, iniciou a sua edição em 1991, na sequência da criação da Licenciatura em Sociologia, em 1985, e do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, três anos depois.

Na qualidade de revista científica, tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspetivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.

A Revista aceita trabalhos de diversa natureza – artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos – e em várias línguas como o português, francês, inglês e espanhol, o que visa alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Os trabalhos são avaliados por especialistas em regime de duplo anonimato. Publica-se semestralmente e com um número temático todos os anos.

A *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* está empenhada em assegurar a qualidade dos textos que publica e o cumprimento pelos intervenientes de uma postura que siga os princípios éticos exigidos para a edição de textos científicos. Serão respeitadas as normas do Committee on Publication Ethics (COPE) e da Associação Portuguesa de Sociologia (APS).

Responsabilidade dos autores:

- deverão garantir que os textos que submetem são originais, assumindo que não foram publicados – qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação – e que não foram submetidos simultaneamente noutra publicação;
- deverão assegurar que o texto apresentado não é o resultado de uma prática de plágio ou de uma apropriação de criações intelectuais de outros autores sem o seu

consentimento legal, sendo que ambos se constituem como práticas eticamente inaceitáveis;

- deverão assegurar previamente a permissão para a utilização de conteúdos provenientes de outras fontes;
- sempre que os artigos surjam como resultado de investigações, a metodologia deverá ser descrita de forma clara e inequívoca, para que as conclusões obtidas possam ser objeto de avaliação. Igualmente deverão indicar as referências usadas e os suportes de financiamento;
- nenhum dos dados ou resultados apresentados deverá ser alvo de falsificação ou distorção intencional, de forma a ir ao encontro de uma determinada linha orientadora do trabalho ou às hipóteses de investigação previamente delineadas;
- deverão indicar possíveis conflitos de interesses que poderão ocorrer no processo de avaliação;
- deverão participar ativamente no processo de revisão em colaboração com o editor;
- todas as informações curriculares prestadas deverão ser verdadeiras. Na autoria deverão ser incluídas todas as pessoas que deram o seu contributo tanto na conceção e planificação do trabalho, como na interpretação dos resultados e na elaboração do texto;
- no caso dos artigos escritos em coautoria, o autor de correspondência deverá garantir um consenso pleno na aprovação da versão final do texto e na sua submissão para publicação.

Responsabilidade dos avaliadores:

- assumir o compromisso de empreender uma avaliação crítica, construtiva, justa e imparcial, contribuindo para a qualidade científica do texto;
- não aceitar elaborar um parecer sobre um texto cujo tema ultrapassa as suas competências ou se verificar a existência de um conflito de interesses que impeça de realizar a avaliação;
- nos casos em que o avaliador considere que o texto deverá ser modificado, todas as alterações a implementar deverão ser devidamente apresentadas e justificadas;
- sempre que o avaliador detetar a existência de um texto que já tenha sido publicado, na íntegra ou em parte, ou que tenha sido submetido em simultâneo

noutra publicação, ou então que não esteja de acordo com as normas éticas de publicação deverá comunicá-lo à Direção da revista.

Responsabilidade do editor:

- garantir uma posição de isenção e objetiva na avaliação dos textos, atendendo unicamente ao seu mérito científico. Respeitar a liberdade científica dos autores;
- garantir que todos os textos serão tratados de forma confidencial e que serão selecionados avaliadores o mais idóneos possível, que empreendam uma avaliação crítica e especializada dos textos submetidos para publicação;
- assegurar que o processo de avaliação decorrerá em regime de duplo anonimato e que os nomes e endereços apresentados na revista serão exclusivamente utilizados para os serviços por esta prestados, não sendo utilizados para outras finalidades ou fornecidos a terceiros;
- as alegações de plágio ou de uso indevido de textos publicados serão devidamente investigadas. Todos os textos submetidos para publicação serão sujeitos a uma verificação minuciosa para deteção de plágio. Nos casos em que o mesmo seja detetado ou em que se verifique a utilização de textos de outros autores sem autorização prévia dos mesmos, reserva-se o direito de tomar as medidas em conformidade.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO

– INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES –

1. Os autores devem indicar a natureza do seu texto: artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos.
2. Os textos devem incluir as respectivas autorias, indicando os seguintes aspetos: nome do autor; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence, bem como a cidade e o país onde se localiza a instituição); correio eletrónico; contacto telefónico; endereço de correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso dos artigos em coautoria, deve existir apenas um autor de correspondência).
3. Os textos devem ser redigidos em páginas A4 com margem normal, a espaço e meio, tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível. As notas de rodapé devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. O mesmo espaçamento deve ser utilizado nos quadros, os quais devem ser redigidos com corpo de letra 11.
4. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos, figuras e fotografias. As resenhas não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços; as notas de investigação e ensaios bibliográficos, os 20.000 caracteres, incluindo espaços.
5. O título completo do texto deve ser apresentado em português, francês, espanhol e inglês. O artigo deve ser acompanhado por um resumo de 600 caracteres (máximo), redigido em cada uma destas línguas, bem como por 3 palavras-chave.
6. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua e acompanhados dos respetivos títulos e fontes e apresentados a preto e branco ou em tons de cinzento. Estes elementos não podem ter uma largura superior à do corpo do texto. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar elementos não textuais cuja realização implique excessivas dificuldades gráficas ou um aumento dos custos financeiros.

7. Os textos terão de indicar claramente as fontes e referências, de natureza diversa, respeitante aos elementos não originais. Se existirem direitos de propriedade intelectual, os autores terão de solicitar as correspondentes autorizações. A *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* não se responsabiliza pelo incumprimento dos direitos de propriedade intelectual.
8. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação: Lima, 2005; Lima (2005); Lima (2005: 35); Lima *et al.* (2004).
9. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.
10. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.
11. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. Os vocábulos noutras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatados em itálico.
12. Apenas as referências citadas ou mencionadas ao longo do texto deverão ser incluídas na bibliografia final. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:
 - a) Livro com um autor: LUHMANN, Niklas (1990), *Essays on self-reference*, New York, Columbia University Press.
 - b) Livro com mais de um autor: BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2004), *A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.
 - c) Livro com mais de quatro autores: ALMEIDA, João Ferreira *et al.* (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
 - d) Capítulo em livro: GOFFMAN, Erving (1999), “A ordem da interação”, in Yves Winkin (org.), *Os momentos e seus homens*, Lisboa, Relógio d’Água, pp. 99-107.
 - e) Artigo em publicação periódica: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66.
 - f) Artigo em publicação periódica *online*: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3031.pdf>>.

g) Publicações *online*: PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2011), *Programa do XIX Governo Constitucional português*, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf>.

h) Comunicações em eventos científicos: QUINTÃO, Carlota (2004), “Terceiro Sector – elementos para referência teórica e conceptual”, in *V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga, Universidade do Minho, 12-15 Maio 2004.

i) Teses: CARVALHO, Paula (2006), *Percursos da construção em Lisboa. Do Cine-Teatro Monumental ao Edifício Monumental: Estudo de caso*, Tese de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

j) Legislação: Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*.

13. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.

14. Os textos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.

15. Os originais devem ser enviados por correio eletrónico para:
revistasociologia@letras.up.pt